



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JANE ANDRÉIA CABRAL E SILVA

**JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: O CASO DO ASSENTAMENTO
MÁRTIRES DE ABRIL, DISTRITO DE MOSQUEIRO – BELÉM/PA**

BELÉM/PA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JANE ANDRÉIA CABRAL E SILVA

**JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: O CASO DO ASSENTAMENTO
MÁRTIRES DE ABRIL, DISTRITO DE MOSQUEIRO – BELÉM/PA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento.

BELÉM/PA

2016

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Armando Corrêa Pinto – ICSPA/UFPA

S893 Silva, Jane Andréia Cabral e
Juventude rural e trabalho: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro – Belém - PA / Jane Andréia Cabral e Silva. - 2016.
140 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Nádia Socorro Fialho Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

1. Juventude rural – Belém (PA). 2. Jovens – Belém (PA) – condições sociais. 3. Assentamentos humanos – Belém (PA). I. Nascimento, Nádia Socorro Fialho, *orient.* II. Título.

CDD 305.23098115

JANE ANDRÉIA CABRAL E SILVA

**JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: O CASO DO
ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL, DISTRITO DE MOSQUEIRO –
BELÉM/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Dr^a Nádia Socorro Fialho Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFPA

Examinadora Interna:

Dr^a Sandra Helena Ribeiro Cruz

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFPA

Examinador Externo:

Dr. William Santos de Assis

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PPGDR/UFPA

Apresentado em: ____/____/____

Conceito: _____

Belém/PA

2016

À minha mãe Lindalva Cabral, que me permitiu voar todas as vezes que achei necessário, e abrigou-me sempre que quis voltar, com uma única condição: que eu jamais abandonasse a arte de estudar!

Ao Movimento Sem Terra, pela oportunidade que me deu de estar em luta e saber que teoria e prática caminham juntas. Por ter me levado a descobrir horizontes que ajudaram a me construir enquanto sujeito.

AGRADECIMENTOS

À minha família, base da minha vida, que sempre apoiou e respeitou minhas escolhas e ensinou-me que o ser humano é para ser amado. Em especial a minha mãe, que me demonstrou com simples gestos que o amor só serve quando não aprisiona, e que é possível a tolerância diante do diferente, seguiu todas as minhas “pontas”, foi avó e mãe do meu filho Camilo. Ao meu pai “Sabá” (in memória) queria ter lhe dado essa alegria em vida, obrigada pelo esforço sem medida para garantir nosso direito ao estudo.

Ao meu companheiro Luis, por ter acreditado desde o início que eu iria passar na seleção do mestrado, ele acreditou mais que eu, e pelos mapas e cuidado compartilhado com a Dissertação.

Meu filho Camilo, meu ponto de equilíbrio e desequilíbrio, grande amigo que me viu chorar, desesperar-me e fez-me sorrir nestes 2 (dois) anos de mestrado.

As famílias do Assentamento Mártires de Abril que me concederam as entrevistas para a construção deste trabalho. Em especial a Carla, Paulinho e Ernesto que sempre estão com a casa de portas abertas para receber a todos, e a Kátia Veiga que me deu estadia em sua casa com muito carinho e paciência.

Aos jovens que contribuíram para que essa pesquisa se fizesse realidade, fazendo-me recordar de todos os bons momentos que já passamos juntos e os desafios que temos pela frente.

A militância do MST por ter entendido que eu precisava focar na pesquisa e me ausentar em corpo das atividades.

Ao amigo Eldenilson Monteiro (pipoca) por ter dado o primeiro empurrão para eu fazer meu pré-projeto para a seleção do mestrado, sem esse apoio seria muito difícil conseguir.

As amigas Midiã e Elaine, vocês foram fundamentais para conquista deste mestrado.

Aos meus camaradas da turma 2014, trocar conhecimento com vocês foi fundamental para meu crescimento profissional e pessoal, aprendi que o diferente sempre acresce na nossa formação. Vocês fizeram esses dois anos serem mais agradáveis, as tardes eram mais felizes na companhia de vocês, mesmo quando os artigos nos faziam chorar. Aprendemos juntos que os direitos conquistados não precisam ser exatamente para nós, assim, através de nossa organização deixamos muitas conquistas para as turmas que virão.

A minha orientadora Nádia Fialho, por ter me ajudado a caminhar, porém deixando-me livre para fortalecer minhas pernas. Obrigado por ter deixado esses dois anos mais leves, mais sorridentes, e mais sábios.

As amigas da turma 2014 Andréa e Ediane, regressar à Cuba, na companhia de vocês foi vê-la com outros olhos, gracias muchachas.

A Joana Valente, que não por acaso carrega esse sobrenome, obrigada por ter dedicado considerável parte de suas horas ao Programa de Mestrado. Fostes fundamental para chegarmos à conclusão desta etapa, te preocupastes para além da sala de aula com nossas vidas.

Aos Professores William Santos e Sandra Helena Cruz, por terem contribuído com este estudo desde a qualificação, obrigado pelo compromisso!

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social (PPGSS), vocês são a prova viva de que ainda é possível acreditar numa sociedade humanamente justa, socialista.

Ao povo brasileiro que contribuiu através da alta carga tributária em nossa sociedade para o financiamento de minha bolsa de Mestrado pela CAPES. Espero retribuir com o resultado desta pesquisa e com a socialização do conhecimento adquirido.

Somos construtores de uma realidade que ainda não existe, fazemos parte de uma aventura pedagógica. Continuar nessa caminhada com a consciência de nossa pequenez é a grandeza desse sonho.

Ernesto Che Guevara (1928–1967)

RESUMO

Este estudo aborda as condições de vida, trabalho e organização da juventude rural do assentamento Mártires de Abril, localizado no Distrito de Mosqueiro - Belém/PA. O trabalho teve como objetivo: analisar as formas e condições do trabalho dos jovens do Mártires de Abril; seus objetivos específicos foram: identificar o perfil dos jovens do Assentamento Mártires de Abril/AMA, caracterizar as formas de trabalho dos jovens e a organização dos jovens do Mártires de Abril. A pesquisa teve caráter quanti-qualitativo e seus procedimentos metodológicos envolveram a realização de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, além de pesquisa de campo através de observação e entrevistas semiestruturadas com 12 (doze) jovens do AMA, na faixa etária de 15 a 29 anos em conformidade com o estabelecido no Estatuto da Juventude. Os resultados da pesquisa indicam que a juventude do AMA, como os demais assentados, vivencia dificuldades de acesso à educação, trabalho e assistência técnica sem as quais o trabalho agrícola e a própria identidade de trabalhador rural podem ser comprometidos, entretanto, mesmo com a ausência de políticas públicas que incentivem o trabalho na terra e a vida no assentamento, os jovens disseram se identificar com o trabalho na terra, quanto a organização política da juventude, embora com dificuldades de participar das atividades organizadas pelo MST a juventude ainda traz consigo o pertencimento a esse Movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural, Trabalho, Assentamentos, Reforma Agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

This study addresses the conditions of life, work and organization of rural youth of Martyrs settlement April/AMA located in Mosqueiro district - Belém/PA. The study aimed to analyze the forms, working conditions and the results of the AMA, as well as identify the profile of the young settlement, His objectives were to identify the profile of the young settlement Martyrs April/AMA, to characterize the forms of youth work and youth organization of the April Martyrs. The research was quantitative and qualitative character and its methodological procedures involved the realization of bibliographical research and document search plus field research through observation and semi-structured interviews with twelve (12) young AMA, aged 15 to 29 years in accordance with the provisions of the Statute of Youth. The survey results indicate that the rural youth of the AMA, as indeed the settlement, experiencing difficulties in gaining access to education, work and technical assistance without which the agricultural labor and rural worker identity itself can be compromised, nevertheless, even with the absence of public policies that encourage work on earth and life in the settlement, the youth said to identify with the work on the ground, as the youth political organization, despite difficulties in the activities organized by the MST youth still brings with belonging to this movement.

KEYWORDS: Rural Youth, Labor, Settlements, Land Reform, Rural Workers Landless Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Presença do MST nos estados por Regional	47
Quadro 2 - Assentamentos e acampamentos organizados pelo MST/PA localizados por Regionais	53
Quadro 3 - Local de moradia dos jovens trabalhadores entrevistados do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	76
Quadro 4 - Jovens entrevistados do Assentamento Mártires de Abril, Belém/PA, por grupo de trabalho	77
Quadro 5 - Identificação dos jovens trabalhadores entrevistados do AMA, Distrito de Mosqueiro/PA.....	78
Quadro 6 - Remuneração financeira dos jovens que trabalhavam nos lotes no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	95

MAPAS

Mapa 1 - Estados onde o MST está presente no Brasil por Regionais - 2016.....	49
Mapa 2 - Municípios onde o MST/PA está presentes por Regionais - 2016.....	54
Mapa 3 - Localização do Distrito de Mosqueiro na Mesorregião Metropolitana - Belém/PA (2016)	60
Mapa 4 – Localização do PCA Mártires de Abril no Distrito de Mosqueiro - Belém/PA (2016)	63

FOTOS

Foto 1 - Praça da Leitura em São Braz	56
Foto 2 - Monumento “Coluna da Infâmia”	57
Foto 3 - Piscina do AMA que já existia quando era fazenda TABA	66
Foto 4 - Casa que já existia na fazenda TABA	67
Foto 5 - Casas e ruas da agrovila do AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA.....	68
Foto 6 - Casa construída no lote de produção, AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	68
Foto 7 - Depósito para lixo localizado na agrovila, AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	69
Foto 8 - Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade, UFRA, Belém/PA. -janeiro de 2015	138

Foto 9 - Mística no Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade, UFRA, Belém/PA - janeiro de 2015	138
Foto 10 - Mobilização de denúncia contra o extermínio da juventude no campo e na cidade, Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade, UFRA, Belém/PA - janeiro de 2015.....	138
Foto 11 - Mística no 10º Encontro nacional Pedagógico da Juventude, Curva do “S”, Marabá/PA - abril de 2016	139
Foto 12 - Mística no 10º Encontro nacional Pedagógico da Juventude, Curva do “S”, Marabá/PA - abril de 2016	139
Foto 13 - Plenária de estudo no 10º Encontro nacional Pedagógico da Juventude, Curva do “S”, Marabá/PA - abril de 2016.....	139
Foto 14 - Trabalho voluntário nos lotes de produção, Assentamento Luiz Carlos Prestes, Irituia. Escola Regional de Formação de Militantes “Luiz Beltrame”. Regional Cabana. - Julho de 2016.....	140
Foto 15 - Trabalho voluntário nos lotes de produção, Assentamento Luiz Carlos Prestes. Irituia. Escola Regional de Formação de Militantes “Luiz Beltrame”. Regional Cabana. - Julho de 2016.....	140

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organização político social do AMA.....	65
Gráfico 2 - Etapa da vida em que os jovens entrevistados chegaram ao AMA, Distrito de Mosqueiro – Belém/PA	79
Gráfico 3 - Interesse dos jovens trabalhadores entrevistados em profissões que exigem ensino médio e/ou superior. AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	82
Gráfico 4 - Profissões citadas pelos jovens trabalhadores entrevistados que exigem ensino médio e/ou superior. AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	83
Gráfico 5 - Local de moradia dos jovens entrevistados antes de virem para o AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	87
Gráfico 6 - Área de localização do Assentamento segundo os jovens trabalhadores entrevistados do AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	89
Gráfico 7 - Jovens entrevistados que trabalham no lote de produção do AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA.....	93

Gráfico 8 - Frequência de trabalho dos jovens entrevistados nos lotes de produção, no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA.....	94
Gráfico 9 - Procedência dos lotes de produção nos quais os jovens entrevistados trabalhavam, AMA, Distrito de Mosqueiro – Belém/PA.....	97
Gráfico 10 - Identificação dos jovens entrevistados com o trabalho agrícola no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	99
Gráfico 11 - Local de trabalho dos jovens entrevistados fora do lote de produção no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA.....	101
Gráfico 12 - Ocupação dos jovens entrevistados no trabalho não agrícola no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	102
Gráfico 13 - Remuneração financeira dos jovens entrevistados no trabalho fora do lote de produção, AMA, Distrito de Mosqueiro, Belém/PA.....	105
Gráfico 14 - Relação de pertencimento dos jovens entrevistados com o MST, AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA	113

LISTA DE SIGLAS

AMA – ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL
APROAMA – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL
BM - BANCO MUNDIAL
CODEM – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COMFIAMOS – COLETIVO DE MULHERES FITOTERÁPICAS DE MOSQUEIRO
CONJUVE – CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
CVRD – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
DRP – DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
NB – NÚCLEO DE BASE
MDA - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
NPT- NOSSA PRIMEIRA TERRA
MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
NUARA – NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE APOIO A REFORMA AGRARIA
PCA – PROJETO CASULO DE ASSENTAMENTO
PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PGC – PROJETO GRANDE CARAJÁS
PMB – PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PROCAMPO – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
RB – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS
RMB – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
SEMEC – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TABA – TRANSPORTES AÉREOS DA BACIA AMAZÔNICA

TCLE- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UDR – UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

UFRA – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

UHE – USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ

UNIFESSPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. SOBRE O TRABALHO E A JUVENTUDE RURAL NO CAMPO BRASILEIRO ...	21
1.1 FUNDAMENTOS DO TRABALHO E O SER SOCIAL	21
1.2 A JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA SOCIAL	25
1.3 JUVENTUDE RURAL NO CAMPO BRASILEIRO.....	33
2. A LUTA PELO DIREITO À TERRA NO BRASIL E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	42
2.1 BREVE HISTÓRICO DO MST NO ESTADO DO PARÁ.....	50
2.2 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL NO DISTRITO DE MOSQUEIRO - BELÉM/PA	55
3 JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/AMA, DISTRITO DE MOSQUEIRO - BELÉM/PA	76
3.1 PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL, DISTRITO DE MOSQUEIRO - BELÉM/PA.....	77
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/AMA NO DISTRITO DE MOSQUEIRO, BELÉM/PA	91
3.3. PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/AMA NO DISTRITO DE MOSQUEIRO, BELÉM/PA	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	129
APÊNDICE A: TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO ..	130
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO	131
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS DO AMA	133
ANEXOS	137
ANEXO A: FOTOS	138

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da categoria juventude têm ganhado espaço dentro e fora da academia e isso é fundamental quando pensamos os jovens enquanto atores que são, ou podem se tornar, protagonistas nos diversos movimentos que lutam por mudanças sociais, tanto no meio rural, quanto na cidade. Assim como cresceram as pesquisas voltadas para a juventude nas cidades cresceram também, embora ainda em menor proporção, os estudos sobre a juventude rural, parte delas relacionada à permanência ou não dos jovens no campo. Argumentamos que essa área de estudos se faz urgente e necessária, pois a luta pela terra no campo brasileiro, que ainda é presente, agora toma outras formas com a modernização do latifúndio e as chamadas terras “produtivas do agronegócio”, o que faz com que a disputa pela terra se torne mais acirrada.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o número de jovens na faixa etária entre 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos que deixaram o meio rural em direção à cidade vem ocorrendo em ritmo mais lento. Acredita-se que um dos fatores que vem contribuindo para o desacelera do êxodo rural e jovens foi a implementação de Políticas Públicas voltadas para a juventude rural – especialmente a partir da criação em 2005 da Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Presidência da República, com o objetivo de elaboração de políticas públicas direcionadas aos jovens. No entanto, movimentos sociais do campo, à exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm ressalvas a respeito de algumas ações voltadas à juventude como, por exemplo, a linha de crédito “Nossa Primeira Terra” (NPT), que para o movimento terminaria sendo uma maneira de endividar o jovem que ainda está começando seu trabalho produtivo.

Outro caso a se pensar é o alcance dessas políticas que ainda não chegaram à totalidade das comunidades rurais e em um estado como o Pará, que possui segundo Lima e Alves (2013) um total de 7.581,051 habitantes e desses, 2.243,780 são jovens na faixa de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, as políticas públicas estão ainda mais distantes. Da população paraense que está nessa faixa etária, 1.566.310 o que corresponde a 69% reside na zona urbana e 677.409 correspondentes a 31% reside na zona rural. A problemática do êxodo rural também diz respeito ao desenvolvimento do país - e isso passa pela garantia da permanência dos jovens nestas comunidades - não só em termos de segurança alimentar, como também na diminuição do inchaço das periferias das cidades. Se a agricultura familiar é responsável por quase 70% da produção de alimentos que chegam à mesa do brasileiro o êxodo rural, em especial da juventude, não pode ser desconsiderado, pois o envelhecimento

dos que continuam nas comunidades, geralmente os pais dos jovens, poderia comprometer a relação de abastecimento das cidades e a própria vida nas áreas rurais.

O MST no ano de 1995, em seu 3º Congresso Nacional, definiu o lema: “Reforma Agrária: Uma luta de todos!”, que nortearia a luta pela terra e pela reforma agrária e buscaria uma aproximação do Movimento às cidades. Em Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA) no ano de 1996 inicia-se a organização do Núcleo Universitário em Apoio à Reforma Agrária (NUARA), formado por estudantes de várias áreas do conhecimento com o objetivo de incentivar a discussão sobre a reforma agrária e intercambiar conhecimento nos assentamentos do MST. A militância no Núcleo enquanto estudante do curso de Serviço Social, resultou em nosso ingresso ao MST em 1999 na condição de militante, quando participamos da ocupação da fazenda de propriedade da empresa de Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), momento a partir do qual passamos a acompanhar a juventude Sem Terra nos trabalhos referentes à formação política e cultural.

Como resultado dessa ocupação foi criado no ano de 2001 o Assentamento Mártires de Abril (AMA), como um Projeto de Assentamento Casulo através de convênio entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Prefeitura Municipal de Belém (PMB). O AMA está localizado no Distrito de Mosqueiro, que faz parte do município de Belém e mesmo com a ausência de políticas públicas – em função das mudanças políticas na gestão municipal - o assentamento ainda resiste, embora, entre as muitas preocupações do Movimento, esteja a realidade da juventude que lá reside, o que nos levou a problematizar a respeito. Em nossas idas na condição de militante ao AMA observamos um fluxo grande de jovens se deslocando para trabalhar em Mosqueiro e Belém, e poucos trabalhando somente nas atividades agrícolas e ainda, que os trabalhos alcançados eram os que exigiam o mínimo ou nenhuma qualificação profissional.

A relação entre trabalho e juventude no AMA nos chamou atenção para outro aspecto do MST e, por conseguinte, dos assentamentos, que foi a ausência de organização política dos jovens através do Coletivo de juventude. Em nível nacional e estadual o MST conta com o Coletivo de Juventude, organizado desde os acampamentos e assentamentos e na Regional Cabana, localizada no nordeste paraense, da qual o AMA faz parte, o Coletivo vem ganhando força com a realização de importantes atividades. São exemplos dessa organização o “Acampamento de Jovens do Campo e da Cidade”, realizado em Belém/PA, no ano de 2015; o 10º “Acampamento Estadual da Juventude “Oziel Alves Pereira”, em Eldorado de Carajás realizado no ano de 2016 e a Escola Regional de Formação Política que aconteceu no município de Irituia/PA, também no ano de 2016. A ausência dos jovens do AMA,

principalmente quando as atividades têm a duração de médio e longo prazo, nos fez refletir e problematizar a respeito da realidade da juventude naquele assentamento.

Além disso, problematizou-se também se a ausência de Políticas Públicas para o incentivo à permanência dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, dos jovens no assentamento estaria contribuindo para o enfraquecimento do MST no assentamento Mártires de Abril? Ou dito de outra forma: estariam os jovens do assentamento buscando renda em outras atividades em função das condições de vida no AMA?; estaria o trabalho dentro e fora do assentamento dificultando a constituição do Coletivo de jovens no AMA?; a pouca presença da juventude que trabalha a terra no assentamento poderia pôr em risco a continuidade do assentamento enquanto um espaço agrícola? Para responder inicialmente a estas questões foram levantadas as seguintes hipóteses: as difíceis condições de vida no assentamento têm contribuído para a busca de trabalho no Distritos de Mosqueiro e adjacências; o trabalho, principalmente fora do assentamento, poderia estar dificultando a organização do Coletivo de jovens no Mártires de Abril, assim como a participação destes nas atividades extra assentamento; a pouca participação dos jovens no trabalho agrícola dentro do assentamento poderia comprometer a existência do AMA, enquanto um espaço de vida e resistência do MST.

No intuito de responder as questões formuladas e confirmar ou não as hipóteses levantadas, a pesquisa para a elaboração desta dissertação teve como objetivo geral: Analisar as formas e condições do trabalho da juventude do AMA, no Distrito de Mosqueiro, Belém/PA, a qual se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: i) Identificar o perfil dos jovens do Assentamento Mártires de Abril/AMA; ii) caracterizar o trabalho dos jovens do Assentamento Mártires de Abril/AMA e; iii) caracterizar a organização dos jovens do Assentamento Mártires de Abril/AMA no Distrito de Mosqueiro, Belém/PA.

Para alcançar esses objetivos a pesquisa teve por base a teoria social crítica, dos clássicos aos autores como Carneiro (1998), Stropasolas (2002), Frigotto (2004), Castro (2005; 2007) que tiveram um papel importante para compreensão da realidade social, política, econômica e cultural em que estão inseridos os trabalhadores rurais, neste caso, os jovens trabalhadores. O caminho metodológico foi construído a partir da pesquisa bibliografia, documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica voltou-se para as leituras de teses, livros, artigos, dissertações que nos fizeram aprofundar o conhecimento e refletir sobre a realidade vivida no meio rural e a condição de trabalho dos jovens. A pesquisa documental realizou-se através de

documentos organizados por instituições como o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o IBGE, dentre outros.

A pesquisa de campo que subsidia esta dissertação teve caráter quali-quantitativo e foi realizada no Assentamento Mártires de Abril que fica localizado em Mosqueiro, Distrito de Belém/PA, em 03 (três) momentos. O primeiro momento ocorreu em dezembro de 2015, quando fomos ao AMA apresentar a pesquisa para alguns dirigentes assentados no Mártires de Abril e jovens lideranças desse assentamento para explicar o que seria a pesquisa, sua importância e metodologia que iria ser aplicada.

O segundo momento ocorreu também em dezembro de 2015, com o objetivo de fazer um levantamento mais abrangente sobre a realidade do assentamento, procurando conhecer seu cotidiano, ritmo de trabalho e assim poder identificar onde poderiam ser encontrados os jovens trabalhadores de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos que são foco dessa pesquisa. Para chegar a esse fim, decidimos distribuir formulários às famílias que vivem no assentamento, em torno de 110 (cento e dez) cadastradas no INCRA ou não, e que vivem assentados no Mártires de Abril atualmente, de modo que as mesmas pudessem preenchê-los dando assim agilidade à pesquisa.

Ao iniciar as visitas às famílias fomos observando que as mesmas teriam dificuldades de sozinhas garantirem o preenchimento dos formulários, tornando-se necessário que repensássemos a metodologia decidimos por fazê-las pessoalmente. Priorizamos descentralizar as casas, alcançando os três locais que se concentravam as famílias: Agrovila, lotes de produção localizados na estrada do Caruara e lotes de produção na estrada Baía do Sol, com o processo mais lento, porém com garantias do preenchimento dos formulários atingimos 35 (trinta e cinco) famílias. Considerando que o último levantamento feito pelo Diagnóstico Rural Participativo (DRP) era de que as famílias cadastradas que continuam no AMA somavam 56 (cinquenta e seis) e que foi constatado por este levantamento indicado no item 3.2, do capítulo II, que esse número aumentou para aproximadamente 110 famílias, entre cadastrados e não cadastrados, dos 35 (trinta e cinco) entrevistados, 20 (vinte) eram cadastrados e 15 (quinze) eram não cadastrados.

Feita a primeira visita às 35 (trinta e cinco) famílias, conseguimos mapear as casas onde existiam os jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte) anos que estavam dentro do foco da pesquisa, partindo-se para o terceiro momento que se deu em março de 2016, com entrevista semiestruturada que, segundo Minayo (2013), permite ao pesquisador ir além das perguntas já estruturadas, ocasião em que também foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos entrevistados. Chegamos ao assentamento no dia 08 de

março, dia Internacional da Mulher, e tivemos a oportunidade de participar do II Encontro de Mulheres dos assentamentos e acampamentos da Regional Cabana, ocasião em que pudemos constatar que entre as mulheres do Mártires de Abril presentes nesta atividade havia somente 02 (duas) jovens na faixa etária de 15 a 29 (quinze a vinte e nove) anos, embora dentro do assentamento existissem outras jovens nessa faixa etária. Neste terceiro momento ficamos alojados por 08 (oito) dias em dois locais: numa casa de um lote de produção na estrada do Caruara à qual é passagem para as praias do Marahú e Paraíso, e noutra casa, localizada na agrovila do assentamento com entrada pela estrada Baía do Sol que também leva à praia de mesmo nome, ambas as casas pertenciam a dirigentes do MST.

A amostra para esta pesquisa foi de 12 (doze) jovens, sendo 07 (sete) do sexo feminino e 05 (cinco) do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos conforme estabelecido no Estatuto da Juventude, aprovado no ano de 2013 e que entrou em vigor no ano de 2014. Para garantir o anonimato, os jovens trabalhadores entrevistados foram identificados por letras do alfabeto que vão do A ao M, excetuando-se K e Y.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa esta dissertação organizou-se em 03 (três) capítulos, excetuando-se a Introdução e as Considerações Finais. O primeiro capítulo traz a discussão sobre trabalho e juventude rural como categorias essenciais ao estudo, trazendo elementos sobre os fundamentos do Ser Social, o surgimento da juventude enquanto categoria social e uma problematização sobre a juventude rural no Brasil. O segundo capítulo apresenta um panorama histórico sobre a luta pelo direito à terra no campo brasileiro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto organização em nível nacional, sua aproximação, no estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém (RMB) e o caso do Assentamento Mártires de Abril (AMA), *lócus* desta pesquisa. No terceiro e último capítulo são apresentadas as análises dos dados coletados na pesquisa a partir dos objetivos propostos, finalizando com as Considerações Finais que buscam refletir sobre a importância do tema, as dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa e algumas proposições para o fortalecimento da organização dos jovens do assentamento AMA na perspectiva de contribuir com o próprio MST.

1. SOBRE O TRABALHO E A JUVENTUDE RURAL NO CAMPO BRASILEIRO

1.1 FUNDAMENTOS DO TRABALHO E O SER SOCIAL

O trabalho é a condição da vida humana, pois é através dele que o ser social cria e recria a sua existência de forma consciente o que diferencia o homem de outros animais que atuam a partir do instinto. O homem ao contrário, ao relacionar-se com a natureza a transforma através do trabalho, que de acordo com Marx (1983, p. 149) se dá num processo em que o “[...] homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem”. Isso porque o trabalho do homem não se realiza mediante determinações genéticas e nem atende a necessidades invariáveis, já que o homem ao se reconhecer como ser social passa a ter necessidades múltiplas a partir daquelas ditas fundamentais.

É através da prévia ideação enquanto prefiguração ideal que se objetiva, isto é, quando a matéria natural pela ação do sujeito é transformada que o trabalho traz ao sujeito exigências tanto em sua finalidade, quanto no meio para operá-lo que fogem as determinações naturais, de acordo com Netto e Braz (2007, p 33):

[...] não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as condições objetivas em que atua (dureza da pedra etc) e possa transmitir a outrem essa representação [...] a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado e estimulado a generalizar e a universalizar os saberes que detém. [...] ora, tudo isso requer um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos [...] por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a linguagem articulada) que, além de aprendida, é condição para o aprendizado através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca.

Significa dizer que esse conhecimento sobre a natureza precisa ser repassado a outros, e a articulação da linguagem é fundamental nesse processo, quando o conhecimento sobre determinada atividade não é transmitido ela tem seu fim com quem a criou, por isso Netto; Braz (2007, p. 34) citam que “O trabalho é sempre atividade coletiva. [...] Esse caráter coletivo da atividade do trabalho, é substancialmente, aquilo que se denominará de social”. Quanto mais desenvolvido se torna o ser social, mais necessidade ele tem de outras objetivações, o trabalho é a primeira delas, porém não será a única, pois segundo Neto e Braz (2007, p. 41):

[...] O trabalho, porém, permanece como objetivação primária do ser social num sentido amplo: as outras formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõem os traços fundamentais que estão vinculados ao trabalho (vamos repeti-los: a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) e só podem existir na medida em que os supõem; somente com eles tornam-se possíveis o pensamento religioso, a ciência, a filosofia e a arte. E continuam dizendo, [...] o ser social constitui-se como um ser que, dentre todos os tipos de ser, se particulariza porque é capaz de: realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e socializar-se.

Por ter estas qualidades o ser social consegue fazer-se objeto de reflexão e assim passar a conhecer a natureza e a si mesmo, tendo esse conhecimento ele pode através de sua ação e atuação fazer escolhas o que configura ter liberdade, ou seja, poderá conhecer, escolher etc, são essas ações que tornam o ser social universal, além disso, ele tem a capacidade de socialização através de processos educativos. Justamente por essas características é reconhecido no homem o ser social, já que o homem é um ser da sociedade, isolado ele não desenvolve suas habilidades, poderá viver como qualquer outro animal da natureza, no entanto, não será um ser social.

Outra característica importante do ser social é que ele é construído na história, e como cita Netto; Braz (2007, p. 42): “[...] só se pode pensar num ponto terminal de seu desenvolvimento se pensar numa paragem, terminal da história, hipótese que contraria todos os conhecimentos científicos e teóricos disponíveis”, portanto sempre inacabado, aberto a novas experiências que se conformarão como aprendizados por serem o resultado da ação do homem através do trabalho. O ser social passa a constituir-se no ser dos homens, e como já foi citado, estará sempre em pleno desenvolvimento.

Como ser social que atua e reflete, podemos dizer que o processo de humanização teve um percurso longo na história e que, portanto, o ser social que é produto do trabalho, tem visibilidade recente, como enfatiza Netto e Braz (2007, p. 43):

[...] cumpre mesmo afirmar que tal visibilidade só se tornou possível há pouco mais de dois séculos e meio, quando o modo de produção capitalista se consolidou como dominante no Ocidente e operou a constituição do mercado mundial, que permitiu o contato entre praticamente todos os grupos humanos.

No entanto, com seu avanço e a forma como a classe dominante passou a utilizar os meios de produção para controlar os trabalhadores, fez com que o trabalho, essência do ser social fosse perdendo o caráter de elo entre homem e natureza com o objetivo de transformação mútua, deixando de representar a liberdade de poder se construir enquanto ser

humano. O modo de produção capitalista aprofundou o rompimento da relação Homem X Natureza através do trabalho levando a que aquele homem, apesar de não ter vida fora daquela relação, já não se reconheça no produto do seu trabalho, que já não mais pertence a ele, tornou-se exterior ao seu criador. Segundo Marx (2005) “Aquele que compra o produto não o produz ele mesmo, mas troca o que foi produzido por outro” (p. 212,) configurando um trabalho alienado, haja vista, que antes o Homem produzia para a sua existência e o trabalho era um elemento que o diferenciava de outros animais, afirmando sua existência enquanto ser humano. Quando o trabalho passa a ter o valor de troca, ele deixa de ter o que Marx (2005, p. 213) chama de “relação imediata e pessoal com o produtor”, e isso significa que no momento em que o trabalho se torna lucrativo a produção não mais obedece à necessidade de quem a produz, tudo é feito em nome do mercado.

Na sociedade burguesa a produção do trabalhador não pertence a ele, mas sim ao dono do capital, e não somente no resultado, mas no processo mesmo de produção o trabalhador já não reconhece o objeto que está produzindo. Segundo Marx (1989, p. 149):

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna mercadoria tão mais barata quanto mais cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.

Enquanto na concepção marxiana o trabalho é fundante do ser social, pois, ele se produz e reproduz através desse ato, na sociedade capitalista ele é tido como meio de sobrevivência e em alguns casos ele é visto como humilhação. Desta maneira o trabalhador deixará de sentir prazer em seu ato produtivo, uma vez que esse ato traz a carga de exploração da sua força de trabalho, até mesmo o local de produção estará desvinculado de sua essência, conforme Antunes (2005, p. 174):

Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa.

Confirmando esse enunciado de Antunes, no qual se diz que não é possível conciliar trabalho explorado com um tempo livre e repleto de sentido fora do trabalho, Marx (1989) dirá que no sistema capitalista o trabalhador é forçado ao trabalho, ele não desenvolve esta

atividade voluntariamente, como algo que o completa. Com a perda de si mesmo para o proprietário do capital, o homem viu sua liberdade restringida, pois é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir minimamente sua sobrevivência. Marx (1989, p. 160), enfatiza que a “relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista com este último, ou como quer que se queira chamar o senhor do trabalho”. A alienação do trabalho é naturalizada no capitalismo, e em consequência pelo trabalhador, pois, esse último não percebe o momento que deixa de ter relação direta com a natureza através do seu trabalho, não se reconhecendo mais no resultado desse. No capitalismo há necessidade de se manter a alienação do trabalho, por isso, é importante que o trabalhador permaneça sem educação, sem formação política, para que não questione sua exploração.

Vale destacar também que alienação do trabalho atinge todos os espaços do mundo do trabalho e o campo não está ileso a isso, pois, a propriedade privada da terra, que no capitalismo se manifesta dentre outras formas através do latifúndio, é um exemplo da separação do homem com seu objeto de trabalho: a natureza. Atualmente vê-se no campo, o avanço do agronegócio, expulsando trabalhadores de suas terras ou mantendo-os como força de trabalho explorada.

Antunes (2005) sustenta a tese de que a classe trabalhadora não chegou a seu final, sendo necessária a organização dos trabalhadores para contrapor-se aos donos dos meios de produção, dando inclusive, o exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que organizam em nível nacional, uma parcela de trabalhadores do campo ou ainda a Via Campesina que tem sua organização em nível internacional, congregando vários movimentos sociais do campo. Nas cidades ele chama atenção para os sindicatos de trabalhadores, instrumentos que têm o objetivo de lutar pela emancipação dos trabalhadores, o que requer a luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção. O homem só poderá se reconhecer enquanto ser social quando o trabalho voltar a ser uma atividade coletiva, permitindo ao trabalhador se reconhecer no resultado de sua produção e em seu tempo livre ter condições para atender as outras objetivações humanas.

Nesta sociedade foram criados alguns instrumentos para manter sob controle os trabalhadores, como o exército de reserva, que servirá para mantê-los sob ameaça de desemprego. O que se observa no capitalismo, é a constante luta pelo direito ao trabalho, entretanto, Antunes (2005) destaca que a luta pelo direito de trabalhar não é uma defesa pelo trabalho ofertado no sistema capitalista. Enquanto na cidade o trabalhador deixou a muito de se reconhecer enquanto ser social, no campo brasileiro a modernização da agricultura alterou o padrão de produção agrícola e abriu espaço para a desarticulação das práticas tradicionais de

agricultura e a desestruturação familiar camponesa o que, para Stédile (2013, p. 48), leva à fragilização das identidades sociais.

A falsa dicotomia entre o tradicional e o moderno foi enraizada e sectarizada. Perdeu-se a capacidade de adaptação, inovação e convivência com o diferente. Na ideologia do consumo de massa, o “próprio” foi descartado: desterritorializou-se o produto local. O produto adquirido do alheio, sob o apelo de ser do outro, industrializado e de presença internacional, passou a ter representação fetichizada de prestígio por ser “moderno”. O “nosso” foi negado. Perdeu-se nesse processo a fidelidade a elementos relevantes da história camponesa e indígena, e com isso fragilizaram-se as identidades sociais. Camponeses e indígenas foram e estão sendo desenraizados.

As formas de alienação do trabalhador de seu produto final afetam tanto o trabalhador urbano como o trabalhador rural e, por essa razão, a emancipação dos trabalhadores das condições de exploração a que são submetidos na sociedade do capital será a emancipação da humanidade e essa passará pela luta de classes.

1.2 A JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA SOCIAL

A juventude enquanto categoria social é uma construção histórica que, segundo Weisheimer (2009, p. 51) “passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade”. Isso significa dizer que, mesmo havendo jovens em períodos passados, suas características e atribuições diferenciavam-se das que são hoje remetidas à juventude. Para o mesmo autor, a modernidade caracteriza-se pelo período histórico fundado com o desenvolvimento do capitalismo, onde a burguesia ascende como classe social e rompe de maneira definitiva com os laços do tradicionalismo. De acordo com Weisheimer (2009, p. 51), a modernidade traz como características:

As contínuas, rápidas e intensas transformações sociais, culturais e econômicas, a ampliação da diferença social, da especialização e da relativa autonomia das instituições; assim como a crescente racionalização, burocratização e secularização da vida. Estas características encontram-se relacionadas com o surgimento da juventude. Nota-se que não é sem justificativas que os jovens são frequentemente adjetivados como modernos, diferentes ou inovadores.

Autores como Ianni (1968), reforçam a tese de que é com a chegada do sistema capitalista que vai se dá o advento da juventude, porém a integração dessa à sociedade não é realizada de maneira imediata e muito menos natural. Segundo Ariès (1981), houve no início do século XVIII uma mistura de idades decorrente da aprendizagem, embora, não se possa

negar que existiam classificações que persistiam no que se refere à vigilância sexual e à organização das festas, sendo assim, havia nas sociedades tradicionais mais uma posição entre casados e solteiros do que entre grupos de idade. (p. 45). Aqui o *status* de responsabilidade familiar, na condição de casado, era crucial para definir o que se podia fazer ou não em determinados espaços sociais. A família também nesse período era considerada um espaço aberto e sem privacidade, é no final do século XVII e início do XVIII que os laços familiares vão se fortalecendo e tornando-se um espaço mais íntimo.

Por não haver uma organização por faixa etária para o aprendizado, Ariès (1981) destaca que as crianças aprendiam livremente no meio dos adultos, sem que a elas fosse reservada a educação para a sua etapa de vida. No século XVIII com a modernidade a juventude também emerge enquanto fenômeno social localizada nos setores burgueses e aristocrata, pois, eram esses que através de seu poder econômico tinham a capacidade para manter seus filhos estudando sem que os mesmos precisassem exercer atividades laborais para sobreviver. O objetivo dessas famílias era manter seus filhos em escolas, onde pudessem apreender algum ofício para desenvolvê-lo no futuro.

Segundo Weisheimer (2009, p. 52), foi a separação das novas gerações nas “instituições educacionais que substituiu a aprendizagem privada da família por um sistema de educação via escolarização que acaba por conferir visibilidade ao fenômeno juvenil”. Para Ariès (1981), no momento em que a educação se torna instituída com o intuito de servir como um espaço de preparação para que a juventude pudesse ingressar ao mundo do trabalho, é que se tornará mais visível à singularidade existente entre a infância e a fase adulta, caracterizada pela adolescência e a juventude.

No século XX, conforme Meireles (2009), os primeiros estudos a respeito da juventude iniciados ainda nos anos de 1920, tinham como objeto de pesquisa os fenômenos de “delinquência e marginalidade, portanto, data de longe caracterizar o jovem como aspecto problemático para a ordem perpetrada pelo *status quo*” (p. 2-3). Para parte da sociedade os jovens sempre foram encarados como revoltados, aqueles que não querem assumir responsabilidades. De acordo com Meireles (2009, p. 3), “[...] somente após a Segunda Guerra Mundial, é que a abordagem sociológica da juventude se detém a encarar os jovens como sinônimo de mudança social”. Aqui no Brasil, a juventude tem na época do processo ditatorial (1964-1985), o período aguçado de lutas, embora na clandestinidade, a organização da juventude em partidos de esquerda foi importante para a resistência social e a luta pelas diretas já.

Abramo (1997, p.30) faz uma breve retrospectiva desde a metade do século XX, onde a sociedade vê a juventude como “[...] depositária de um certo medo, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio”. De acordo com a autora, na década de 1950 a juventude foi relacionada a um comportamento que transgredia, sendo associado a uma delinquência, chegando-se a acreditar que estes adjetivos eram inerentes a pessoa do jovem, essa transgressão era tida pela sociedade como algo sem motivo para existir, colocando a juventude, como cita a autora dentro do estigma “dos rebeldes sem causa” (p.30).

Para a autora, será neste período o momento em que toda a visão construída a respeito de uma adolescência enquanto fase de vida sustentada pela agitação, inquietação e até mesmo patologia, passará a ter um alcance em nível de sociedade, o que segundo Abramo (1997, p. 30) demandará “[...] cuidados e atenção concentrada de adultos para 'pastorear' os jovens para um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade” (grifo do autor). Isso demonstra o entendimento que se tem a respeito da juventude, como etapa que ainda carrega comportamentos adolescentes, e que, portanto, precisam ser guiados, para que não se desviem pelos caminhos. Este comportamento juvenil tido como “desviante” pela sociedade, foi dando lugar à ideia de que essa etapa de transgressão, agitação, era necessário ao amadurecimento do jovem, para que esse tivesse condições de integrar-se a uma sociedade adulta.

Enquanto nos anos de 1950 a juventude é estigmatizada pela sua agitação e rebeldia sem causas aparentes, já nos anos de 1960 e parte dos anos de 1970, com a tomada do poder no Brasil pelo regime ditatorial, a juventude passa a ser considerada como ameaça à ordem social estabelecida por esse regime, pois os jovens passam a ter, segundo Abramo (1997), uma atitude crítica em relação à ordem social estabelecida, e fazem isso através de atos concretos que buscam a transformação social, quer através de movimentos estudantis ligados a partidos de esquerda, ou ainda de movimentos hippies.

Assim, a partir desses movimentos, o jovem começa a ser vista como um indivíduo transformador, porém, para muitos também representava o medo de que esta característica de transformação pudesse converter-se numa possível reivindicação da revolução. Este sentimento social, Abramo (1997, p.31) classifica como medo duplo: por um lado o da “[...] reversão do sistema; por outro, o medo de que não conseguindo mudar o sistema, os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade, por sua própria recusa”.

Com a perseguição do regime ditatorial aos jovens que contestavam seu funcionamento, muitos foram obrigados a deixar sua militância política, não que tivessem abandonado seus ideais, no entanto, não podiam continuar defendendo claramente suas organizações. Segundo a autora, esses jovens foram obrigados a viver de forma clandestina, e outros preferiram mudar sua maneira de viver, rompendo com os padrões estabelecidos pela sociedade, recusaram-se a assumir empregos formais, optaram por construir sua vida em comunidades alternativas, sozinhos ou com seus familiares. Esse momento histórico de organização da juventude foi fundamental para dar visibilidade à categoria social no Brasil, pois:

[...] é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha visibilidade, exatamente pelo engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento - sexuais, morais, na relação com a propriedade e consumo. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (uso de drogas, o modo de se vestir etc.) como por suas ideias e ações políticas. (ABRAMO,1997, p. 31).

Conforme Abramo (1997), a imagem da juventude contestadora dos anos de 1960, só foi reformulada e vista de maneira positiva a partir do momento em que os movimentos políticos encabeçados pelos jovens começaram a entrar em declínio, sem sentimento de ameaça à ordem estabelecida, a autora dirá que:

[...] a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social [...] essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária. (p. 31).

De uma juventude que ousou se organizar nos anos de 1960 e 1970 em movimentos e partidos de esquerda para enfrentar a uma ordem imposta pela ditadura, passamos à uma juventude que contrasta com essa imagem, nos anos de 1980 vemos os jovens apáticos a mudanças sociais. De acordo com Abramo (1997, p. 31), esta “[...] geração se recusa a assumir o papel de inovação cultural, que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social”. Para a autora, a história recente da ditadura, com sumiço de jovens militantes e repressões aos partidos de esquerda, influenciou para que nos anos de 1980 a juventude retrocedesse em seu papel protagônico de resistir as tendências negativas do sistema, na década de 1980, vê-se a uma juventude

moldada pelo individualismo, conservadorismo moral. Embora, segundo a autora, estes jovens tenham ficado marcados pelo medo que se instalou durante a ditadura, é sabido que a juventude ligada à partidos e movimentos de esquerda foram responsáveis também pela resistência e derrubada do regime ditatorial, e são exemplos para as lutas atuais pela garantia de direitos sociais e da democracia no país.

Na década de 1990, a juventude tende novamente às ações coletivas e individuais, porém, como enfatiza Abramo (1997, p. 32), grande parte dessas ações continua sendo relacionada aos “[...] traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio, como são: as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo, e outras”. Aqui, segundo a autora, estão presente de forma incisiva, algumas características dos anos de 1950, com os jovens sendo envolvidos em assuntos de criminalidades, violência, com uma maneira de comportar-se que se difere da juventude dos anos de 1960, 1970 e até mesmo de 1980, pois, volta-se a um perfil antissocial, sem contestação política para maior parte dos jovens brasileiros. Abramo (1997) conclui que:

A juventude na década de 90 é fruto de uma situação anômala, da falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma dissolução social. (p. 32).

Essas características que integram a juventude dos anos de 1990 aprofundam-se ainda mais no século XXI, por ser um século marcado pela globalização da economia, que perpassa também pela tecnologia e imposição de uma cultura universal, que atinge principalmente os jovens. Para Novaes (2007), a juventude do início do século XXI é marcada por esse processo, que ao mesmo tempo em que os conecta aos jovens dos mais distantes países, os separa daqueles de sua própria rua. Trilhando caminhos e descaminhos os jovens continuam sendo vistos como problemáticos por uns e a esperança por transformação da ordem societária atual por outros, sem que sejam dados a eles a oportunidade de serem reconhecidos como sujeitos históricos.

Segundo estudos da Sociologia da Juventude¹ existem duas correntes que abordam a juventude: na primeira, chamada geracional, a juventude é entendida como um grupo social onde a principal característica é a de ser composta por pessoas que pertencem a uma dada fase

¹“Definimos a Sociologia da Juventude como uma área especializada da Sociologia que se dedica ao estudo da juventude como um fenômeno social, cultural e histórico. Isto implica em reconhecer que a juventude não é um dado natural, mas sim, uma construção social. Todavia as dificuldades de uma Sociologia “específica” que toma como objeto a juventude, suas relações sociais, processos de estruturação e suas ações sociais, reside justamente nas dificuldades de conceituação deste objeto”. (WEISHEIMER, 2013, p.09).

da vida baseando-se assim em termos etários. A outra corrente conhecida como classista, compreende a juventude na sua diversidade, onde as culturas serão marcadas pela cultura de classe, apresentando-se de formas diferentes segundo a classe a que pertence os jovens.

Mesmo dentro da primeira corrente não há uma única posição quanto à questão da faixa etária da juventude. Para Weisheimer (2009), ao nos perguntamos quem é jovem em nossa sociedade, o que nos vem em mente são pessoas de determinada idade, dificilmente levaremos em conta a forma de ser de cada indivíduo ou se ele se auto intitula jovem. De acordo com Weisheimer (2009), segundo os padrões estabelecidos pelos organismos nacionais e internacionais:

A adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico, abrange as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e adolescência (15 – 19 anos); 'a juventude se iniciaria nessa faixa etária e se estenderia até os (24 anos)'. Por sua vez a Organização Ibero-americana de Juventude trabalha com a faixa etária entre os 14 e os 30 anos de idade. Alguns países como o Japão, classificaram como jovens os indivíduos até 35 anos. No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE classifica o grupo jovem entre 15 a 24 anos, em três recortes etários: 15-17 anos como jovens adolescentes, 18-20 anos como jovens; e 21-24 anos como jovens adultos. (p.71, grifos do autor).

O Estatuto da Juventude, instituído em agosto de 2013, pela lei nº 12.852, define juventude na faixa etária entre 15 e 29 anos. No entanto, como indicado na citação à cima, não existe uma faixa etária única para determinar a juventude, o que há é uma idade inicial que mais se aproxima a idade estabelecida pelos diversos organismos nacionais e internacionais, marcada geralmente pelo início da puberdade, mas para o término não há nada definido, o que é reforçado por Waiselfisz (2007):

Encarada como categoria analítica, a juventude tem sido definida como um agregado estatístico, o que possibilita juntar, em um mesmo conjunto, indivíduos diferentes categorizados pelo fato único de ser tal ou qual idade. Se o início dessa fase jovem é mais ou menos consensual – começa quando finalizam as transformações da adolescência, algo entre os 13 e os 15 anos de idade -, o ponto final parece ser bem mais difuso: 18, 24 ou até 29 anos ou mais de idade, segundo o país, à época, o grupo, a cultura, dentre outros fatores. Trata-se, via de regra, de encontrar as diferenças de situação ou de condição a partir da ruptura da aparente homogeneidade estabelecida pela faixa etária que permitiria englobar uma enorme diversidade em uma categoria única, a juventude. (p. 11).

E continua o autor dizendo que:

Em geral, considera-se juventude o período de transição que vai da adolescência à idade adulta. Na adolescência, tem lugar uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e à maturidade reprodutiva. Na idade adulta, ocorre a autonomia dos

indivíduos, com a independência familiar e econômica. Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e a reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções. Pode-se falar até de uma transição para a vida adulta que apresenta, na atualidade, trajetórias juvenis mais ou menos definidas, mas em constante mutação. Terminar os estudos, ingressar no mundo do trabalho, o casamento, a formação de um novo lar, apareceriam como indicadores da trajetória nesse processo juvenil de aquisição do papel de adulto na sociedade. (p. 11-12).

No entanto, Pais (2005), dirá que essa linearidade de transição da juventude para a vida adulta sofre também um processo que ele denominou de “yoyogeineização”, o qual representa um vai e vem na trajetória de vida do jovem, marcada num momento pela estabilidade financeira, e em outro pelo desemprego, pela constituição de uma família/pelo abandono da família. O jovem que saiu de casa com o objetivo de construir sua independência financeira e familiar, poderá regressar a família voltando novamente a uma dependência. Retornando a noção de juventude caracterizada por uma faixa etária, Weisheimer (2009), destaca que os traços que marcam a faixa etária juvenil não são uniformes a toda juventude, como também esses traços nem sempre ocorrem ao mesmo tempo dentro da mesma faixa etária, pode acontecer de dois jovens de a mesma idade responderem a mudanças psíquicas e biológicas em tempos diferentes.

Mesmo percebendo a importância que tem a faixa etária na constituição da juventude, Neto (2009) argumenta que juventude é um termo que possui vários sentidos, e que, portanto, a faixa etária não é o único critério para se considerar a juventude, haja vista que, os outros aspectos ligados ao estado de espírito, estilo de vida, a etapa que serve de transição entre a infância e a vida adulta, não devem ser levados em menor consideração ao se falar da juventude. Para Dayrell (2003) “juventude é ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”, pois:

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (p. 41-42).

Conforme Dayrell (2003), para que se constitua uma concepção de juventude pautada na diversidade, faz-se necessário desconectá-la dos aspectos rigorosos que a enquadram em uma etapa da vida, e vê-la “[...] como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas

pelos indivíduos no seu contexto social” (p. 42). Assim, para este autor, a juventude não deve ser vista como uma etapa da vida que tem seu término preestabelecido, tão pouco como um momento preparatório que será superado com a chegada da vida adulta. Nessa direção, Spósito (2008) propõe a adoção do termo juventude no plural, ou seja, juventudes, tendo em vista a necessidade de considerar os múltiplos aspectos que marcam a diversidade entre os jovens, como os recortes de classe, gênero e etnia.

A segunda corrente da Sociologia da Juventude é conhecida como classista, e compreende a juventude na sua diversidade, onde as culturas serão marcadas pela cultura de classe, apresentando-se de formas diferentes segundo a classe a que pertencem os jovens. Diante dessas duas correntes que buscam explicar a juventude de maneiras diferentes, Pais (1990, p. 149) sugere que esta seja olhada através de dois eixos semânticos: como “[...] aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros)”.

Neste último caso, Pais (1990), enfatiza que é realmente difícil situar a juventude enquanto uma fase da vida, como uma unidade, quando se tem jovens de diversas classes sociais, como os pertencentes à burguesia ou os que pertencem à classe trabalhadora, aqueles que vivem nos meios rurais ou os que estão nos centros urbanos, os jovens que somente estudam e outros que trabalham, os que precisam estudar e trabalhar, e por fim, aqueles que são solteiros e os que já constituíram família. Neste sentido Novaes (2007, p. 01) dirá que:

Certamente, entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades sócio-econômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios.

Reforçando esta ideia de diversidade, visto que mesmo dentro de uma mesma geração, existem os aspectos que diferenciam a juventude, como já citado pelos autores neste texto, Dayrell (2003) argumenta que mesmo tendo unidade nos aspectos bio psicológicos para se marcar o início da juventude, a maneira como a juventude vai ser construída socialmente nas diversas sociedades e em momentos históricos diferentes pode se dar de várias formas. Portanto, podemos dizer que cada sociedade e cada grupo social vivem e representam de várias formas esse momento jovem.

Assim, a juventude possui um tempo determinado, no entanto não se pode resumi-la a uma passagem, como se fosse uma oportunidade que a sociedade concedeu ao jovem para

viver uma etapa da vida e preparar-se para entrar na fase adulta. Para Dayrell e Gomes (2007, p. 4), o processo pelo qual passa a etapa da juventude é influenciado pelo meio social no qual se “desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Enfim, podemos dizer que não existe um único modo de ser jovem, o que nos leva a enfatizar a noção de juventudes no plural”, por isso para o autor a juventude constitui uma importância em si mesma.

Por outro lado, Santos (2010) nos chama atenção para o fato de que a diversidade que envolve a juventude, no que tange a suas especificidades, não pode estar fora da totalidade da vida, uma vez entendido que a sociedade não é um aglutinado de indivíduos com suas experiências de vida, particulares e singulares. Ao contrário, toda a vida social compõe-se em uma totalidade articulada e combinada de fatores históricos construídos em meio à contradições e relações que os indivíduos estipulam entre si, tendo como mediação as diferentes necessidades e interesses. Devemos levar em consideração também que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais e que, portanto, essa totalidade deverá ser vista de acordo com estas, pois, como informa Frigotto (2004) a juventude tem classe e rosto definido.

1.3 JUVENTUDE RURAL NO CAMPO BRASILEIRO

Apesar de na atualidade o debate a respeito da juventude ter ganhado espaço nas universidades, nas organizações governamentais e nas organizações não governamentais (ONG's), observa-se que o foco está na juventude das grandes metrópoles. No Brasil, juventude rural é associada à migração do campo para a cidade, entendido como um percurso natural para as famílias dos jovens que vivem no meio rural. Contrariando a ideia da migração como um estágio normal, Castro (2005, p. 3) destaca que ficar ou sair do meio rural envolve muitas questões, onde a categoria “[...] jovem é construída e seus significados disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades [...]”, apesar da disseminação do discurso de que não há jovens no campo, e mesmo que seja fato que muitos estão saindo rumo às cidades pelas dificuldades encontradas em suas localidades para estudar e/ou trabalhar, também é verdadeiro que muitos continuam vivendo em comunidades rurais, assentamentos e outros espaços, construindo desde essas áreas identidades e demandas sociais.

Castro (2007, p. 131) destaca que “existem trabalhos desde o século XIX falando sobre a migração de jovens do campo para a cidade. Mais especificadamente, os estudos do

campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980”. Castro, Martins, Almeida *et al* (2009) ao analisar as principais questões sobre o êxodo rural, salienta que um dos principais fatores para a continuidade desse movimento é a saída dos jovens e essa informação é confirmada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2009), ao destacar que a saída do meio rural no Brasil tem ocorrido mais fortemente entre os homens na faixa etária de 20 a 24 anos, e entre as mulheres isso tem acontecido na faixa etária de 15 a 29 anos, ou seja, as mulheres começam a sair mais cedo e continuam esse processo uns anos a mais que os homens.

É fundamental para o país que a agricultura familiar tenha êxito, porém, autores como Brumer, Pandolfo e Coradini (2005) consideram que a continuidade dessa prática no meio rural é inerente ao desejo dos filhos em continuarem o trabalho dos pais, portanto, o não segmento dessa atividade agrícola e o êxodo dos jovens para a cidade podem se transformar em obstáculo para o sucesso da agricultura familiar. Para Carneiro (1998) e Stropasolas (2002) a heterogeneidade e diversidade de atividades existentes no meio rural, muitas delas não sendo obrigatoriamente agrícolas, também explica, em certa medida, o desinteresse dos jovens em suceder seus pais.

Outro fato importante, é que os jovens rurais não vivem isolados da realidade brasileira, pois seu mundo não está apartado como se fossem totalmente diferentes dos demais jovens urbanos. Wanderley (2007) frisa que sob vários aspectos os jovens rurais se assemelham aos jovens que vivem nas cidades.

[...] eles se vestem modestamente, mas com roupas consideradas do padrão da moda. Gostam de conviver com grupos de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem as novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo. Mesmo as carências sociais de que são vítimas são a tradução, no meio rural, das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Tudo isto nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e considerá-los com pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem. (p.31).

Para Carneiro (2007, p. 63) “[...] no contexto brasileiro atual, a observação sobre a mobilidade dos jovens nos leva também a uma constatação. A valorização da aldeia não aplica a negação aos bens imateriais e materiais urbanos”, por isso, para a autora, muitos jovens não querem mais abandonar suas localidades rurais para viver na cidade, embora, viver no meio rural não implique ter seu futuro atrelado à agricultura. O que eles querem é ter acesso a uma educação de qualidade e à tecnologia, como a informática por exemplo,

podendo assim estarem conectado ao mundo. Viver no meio rural, não significa mais estar conformado em viver desligado da sociedade em geral, principalmente em tempos de avanços tecnológicos como estes que estamos vivendo. Wanderley (2007) traz a ideia de que campo e cidade são dois polos que se completam não existindo essa oposição entre elas, mas uma integração na medida do possível, para o autor “isso não significa que o rural e o urbano se diluam numa realidade homogênea” (p.137), pois, não se deve desconhecer ou desconsiderar as formas particulares de viver a juventude nas áreas rurais brasileiras.

Para Durston (1994 *apud* Carneiro, 1998), além da dicotomia entre campo/cidade há também uma invisibilidade no que tange a juventude e isso se dá pautado na concepção que se tem de juventude urbana, principalmente no que se refere a espaços culturais nas cidades, pois esses existem especificadamente à juventude. Outro aspecto dessa separação segundo o autor, é o fato de os jovens urbanos terem suas responsabilidades como adultos adiadas, o que não acontece com a juventude do campo, que começa a trabalhar mais cedo, e constrói família de maneira mais precoce quando comparada à juventude da cidade. Lima *et al* (2013) confirma essa condição quando observa que:

Na área urbana, 79% dos homens começaram a trabalhar antes dos 17 anos (10% deles, antes dos nove anos, a maioria (39, 6%) de 10 aos 14 anos); já 87,9% das mulheres começam a trabalhar entre 10 a 24 anos. Elas não trabalham antes dos nove anos, como os homens. No meio rural, os homens também começam a trabalhar cedo, e 95% deles iniciam o trabalho antes dos 17 anos (28,4 % antes dos dez anos, 54,1% de 10 a 14 anos). As mulheres, no campo, seguem o mesmo padrão que o homem, sendo que 90% delas começaram a trabalhar antes dos 17 anos (23 8%, antes dos 10 anos; 51,8% de 10 a 14 anos). (p.39)

Esses resultados vêm confirmar o que Frigotto (2004) caracteriza como “adultização” precoce por meio do trabalho, pois, no meio rural é comum observarmos crianças trabalhando, o que para a família representa que essa criança está sendo envolvida no mundo o qual se acredita ser o que ela vai seguir quando adulta. Castro (2007, p. 129, grifos no original) traz a centralidade da invisibilidade do jovem rural para a dicotomia entre rural e urbano, ao dizer que “a análise da categoria juventude rural revela como essa hierarquia entre 'mundo rural' e 'mundo urbano' permanece e opera no cotidiano das pessoas”, pois, não é recente a construção da imagem dos jovens que vivem no meio rural e passam a se interessar pela cidade, há tempos lemos textos relacionados ao tema.

Viver no campo ainda traz estigmas como atraso, isolamento, etc. e, ainda hoje isso se faz presente no imaginário da população urbana como revela Castro (2007, p. 129-130):

Ainda que tenham ocorrido mudanças por meio de processos de luta pelo acesso à terra, as transformações nas condições de vida do meio rural mudaram muito pouco. Permanece a falta de acesso a serviços de bens e consumo, a política pública em geral. Portanto temos uma realidade que muda de forma ainda muito lenta frente à cidade e que não é priorizada por políticas de desenvolvimento.

É nesse contexto de ausência de políticas públicas, principalmente no que tange ao acesso à educação e ao trabalho, que estão imersos os jovens filhos dos trabalhadores rurais, os quais por sua vez, buscam várias estratégias para reproduzir-se socialmente. Para Malagodi e Marques (2007, p. 198) existem aqueles jovens que permanecem nos espaços rurais inseridos no trabalho juntamente a sua família, os que saem de suas comunidades rurais “para trabalhos temporários em outros trabalhos agrícolas, e os que se engajam em trabalhos urbanos nas capitais de seus estados ou metrópoles de outras regiões, e ainda os que buscam através da educação formal a capacitação para outras profissões”. Portanto, percebemos que a juventude que vive no meio rural, apesar de ser rotulada como isolada, não vive o seu mundo de maneira solitária, pois, essa mantém relações com outras localidades rurais e urbanas, por isso Paulo (2010) nos dirá que a distância e relação que o jovem rural tenha como o meio urbano, irá fazer a diferença na construção da identidade desse.

Paulo (2010), destaca também que para além dos debates sobre o conceito de juventude rural, as questões que florescem acerca desse tema, em especial aqui no Brasil, estão relacionadas a duas questões que são “os processos sucessórios e, no mesmo âmbito de discussões, a identidade juvenil rural quando da sua relação com o mundo urbano” (p. 63). É interessante trazer a análise da autora sobre alguns determinantes que definem a decisão dos jovens rurais (moças e rapazes) de sair ou continuar no meio rural, assim ela vai dizer que:

Se antes, essa decisão era quase totalmente orientada pela família, como coletividade, hoje, além desta, outros elementos devem ser considerados para entendê-la. Estes elementos são: a educação no meio rural, a diferenciação social e a precarização das unidades produtivas, além de não se poder deixar de levar em consideração as dimensões de gênero e geração nas relações familiares e nos processos sucessórios. (PAULO 2010, p. 64).

Ainda segundo esta autora, existe uma relação entre as condições de vida, grau de escolaridade, idade, gênero e o futuro profissional desses jovens, e as pesquisas e estudos demonstram que há uma maior disposição em sair de suas localidades aqueles jovens que pertencem às famílias que possuem poder aquisitivo menor, que estão com o nível de escolaridade mais avançado, ou aqueles considerados mais novos - dentro da faixa etária considerada para os jovens - e também que sejam do sexo feminino.

Por outro lado, dirá Paulo (2010), a tendência é que fiquem no meio rural os jovens do sexo masculino que já estão acima dos vinte anos, não tenham tido muitos anos de estudo e pertençam a famílias pobres. No sul do país está ocorrendo um fenômeno já observado em outros países, denominado de masculinização do campo. Esse é um fato interessante que vem sendo debatido por alguns autores como Abramovay (1998) a qual nos traz a informação de que muitas mulheres jovens têm deixado o meio rural no sul do país para continuar seus estudos e buscar “melhores condições de vida”, através de outro trabalho considerado menos duro que o rural.

Carneiro (1998) procurou compreender como as mudanças mais recentes no meio rural tem afetado a juventude, e como em nível de individual ou familiar esta realidade tem uma nova elaboração de acordo com os contextos sociais e econômicos diferenciados. Para Carneiro (1998, p. 98), é neste cenário de transformação do mundo rural “que a família deixa de ser o principal espaço de socialização, devido a maior integração dos jovens com o mundo urbano”. Segundo a autora, o ato de integrar-se dos jovens rurais com os jovens urbanos, faz com que os primeiros comecem a almejar uma vida melhor, e para alcançar tal objetivo, o estudo pode ser um dos caminhos. Para isso a cidade ainda é vista como o lugar de valorização do estudo, em detrimento do campo, onde estudar pode transformar-se numa tarefa árdua pelas precárias condições existentes como: longa distância até a escola, estradas com pouca ou sem pavimentação, precário ou ausente transporte escolar entre outros fatores que desqualificam o estudo no meio rural. No entanto, mesmo com as dificuldades apresentadas no meio rural, Carneiro (1998) trará um contexto de ressignificação do campo pelos jovens:

Se de um lado, há pesquisas que identificam o “desinteresse” dos jovens em relação ao campo e sua recusa à profissão de agricultores, por outro lado, muitas pesquisas têm notado que diferentes experiências de exploração do trabalho nas cidades, bem como os processos de luta pela terra, têm contribuído para a ressignificação do meio rural por parte dos jovens. O campo, antes associado a “lugar parado”, isolado, passa a ser valorizado como “espaço de vida”, de moradia, não exclusivamente de trabalho, em oposição à cidade grande e à violência. (p. 57, grifos da autora).

Como indicado pela autora, apesar de continuar a migração de jovens rurais para a cidade, temos visto que o inverso também vem acontecendo, pois, a violência e o desemprego das cidades têm sido fatores fundamentais para que esses jovens passem a ver no meio rural novas perspectivas de vida, como poder viver em segurança e ainda ter a tranquilidade e liberdade que são questionadas como ausentes no mundo urbano. Outro fator que marca a condição de jovem no meio rural são as políticas públicas para a juventude, sobre isso Costa

(2011) destaca a criação em 2005 da Secretária Nacional da Juventude e, na sequência, do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) com a finalidade de construir políticas voltadas para a juventude. Segundo a autora, é necessário além disso, pensar na promoção de “[...] políticas públicas aliadas à sucessão rural, para que as mesmas possam garantir a permanência da juventude no meio em que vivem, e quando esta opte pelo êxodo rural, evite-se a evasão total no espaço rural” (p. 42-43).

No caso específico das políticas públicas para a juventude, tem surgido, embora lentamente, estudos que reconhecem serem necessárias políticas que estejam direcionadas ao reconhecimento do jovem rural como sujeito de direito e um ator transformador do meio rural. Conforme Costa (2011), após análises de documentos elaborados pelo CONJUVE e Banco Mundial, realizou-se a publicação do relatório onde estão presentes políticas públicas que tem por objetivo atender a juventude rural. Ainda segundo a autora, esse documento traz presente três políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que tem por objetivo atuar de forma direta na realidade vivida pelos jovens rurais, são elas:

1- Pronaf Jovem: linha de crédito especial de até 6 mil reais destinada a agricultores entre 16 e 25 anos que estejam concluindo o ensino médio ou que tenham participado de curso de formação. 2- Nossa Primeira Terra: uma das principais linhas de financiamento do Programa de Crédito Fundiário, foi criada para atender à demanda de jovens sem terra ou de agricultores. Para terem acesso ao crédito, os jovens devem ter pelo menos cinco anos de experiência no meio rural. Essa política conta com o apoio do Banco Mundial. 3- Consórcio Social da Juventude Rural: com a colaboração do Ministério do Trabalho, essa política é focada para a aprendizagem de ética, cidadania e educação ambiental, e para a elevação da escolaridade, pois, conta com oficinas de empreendedorismo, legislação agrária e trabalhista, contabilidade e gestão de recursos hídricos, entre outros. (COSTA, 2011, p. 43-44).

Nesse relatório elaborado pelo CONJUVE e Banco Mundial, foi apontado em relação à juventude rural que:

1- Os jovens das áreas rurais, sobretudo os de mais alto nível de escolaridade, apresentam certo grau de mobilidade, podendo trabalhar em atividades não agrícolas, como as desempenhadas em empresas de pequeno e médio porte. 2- A migração rural-urbana é mais elevada entre jovens e, nas cidades, estes tendem a se concentrar em empregos e trabalhos de piores condições. Através desta leitura o BM faz algumas recomendações: quanto à mobilidade, sugere que sejam desenvolvidas habilidades através da educação formal, experiências profissionais e treinamento não formal; ressalta também que a escola deveria colaborar com a experiência de trabalho, desenvolvendo habilidades diversas. Segundo o BM, há necessidade de políticas que forneçam mais informação e acesso ao crédito. (COSTA, 2011, p. 43-44).

Costa (2011) traz também a opinião dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que tem uma posição crítica em relação aos programas destinados aos jovens, sobretudo no que diz respeito ao “Programa Primeira Terra” e ao PRONAF² Jovem. Segundo Costa (2011):

No primeiro caso, compreende a política pública direcionada para a juventude como uma política de distribuição de terra, atribuindo que o Estado não tendo condições de realizar a reforma agrária e distribuir terra sem que as pessoas se endividem, oferece a condição de subsídio, criando então “o meu primeiro jovem endividado”, alegando que dificilmente ele terá condições financeiras para pagar o crédito e a terra. No caso do Pronaf Jovem, contestando que o governo precisa criar uma política de crédito para o custeio, mas também precisa pensar no investimento como um todo, proporcionando condições para que os jovens permaneçam no campo, pensando em uma política de agroindústria destinada para industrializar os produtos produzidos na agricultura, do mesmo modo, resolveria parte dos problemas da comercialização. (p. 44-45).

Outra implicação quanto ao PRONAF Jovem são os critérios para a sua aquisição, pois, o mesmo é destinado aos jovens de 16 a 25 anos que estejam concluindo o ensino médio, no entanto, estudiosos da temática juventude rural colocam em debate as dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais para concluírem essa etapa. Nessa faixa etária os jovens deveriam estar cursando o ensino médio e/ou o ensino superior, mas como destaca Frigotto (2004), os jovens da classe trabalhadora tornam-se adultos mais cedo, tendo que abandonar os estudos para trabalhar, ou estudar e trabalhar, o que pode causar atraso na conclusão dos estudos.

Segundo Frigotto (2004, p. 193) “[...] a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos Jovens”. Essa é uma realidade do assentamento Mártires de Abril, lócus desse estudo, a qual será explanada no terceiro capítulo, quando são apresentados o histórico do Mártires de Abril e a pesquisa de campo nesse assentamento.

Segundo Costa (2011), para se manterem nas comunidades e assentamentos rurais, os jovens reivindicam além de trabalho, programas que se voltem para a promoção de políticas culturais e de lazer. De acordo com a autora, nos tempos atuais os jovens rurais não querem mais se ver obrigados a deixar suas comunidades e assentamentos para terem como

²“O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País”. Entre as diversas Linhas de Crédito existe o Pronaf Jovem que “prevê financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras”. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2428/1/Tese_Maria_Regina_Caetano_Costa. Acesso em: 11 de setembro de 2016.

destino a cidade a fim de conseguir estudo, trabalho, cultura e lazer, eles querem tudo isso nas comunidades rurais em que vivem. Portanto, faz-se necessário que as políticas públicas cheguem aos assentamentos e aos outros lugares onde vivam esses jovens, pois entendemos que as políticas pontuais também têm peso importante para a mudança da realidade no meio rural, no entanto, é fundamental que se faça a reforma agrária neste país.

Para Costanzi (2009), os sujeitos com menor poder aquisitivo que vivem nas grandes capitais e os que vivem em comunidades rurais, principalmente, as mulheres jovens, negras e negras que pertencem a juventude, são atingidos mais fortemente pela exclusão social e pela falta de oportunidade para conseguir um emprego decente. É importante perceber que o meio rural não está isento à questão da classe social, os filhos dos trabalhadores rurais também enfrentam as dificuldades vividas pelo filho do trabalhador urbano, cada um em sua particularidade é atingido pelo trabalho informal e desqualificado. Em se tratando do meio rural não devemos separar a problemática do trabalho da juventude das dificuldades existentes quanto ao trabalho dos agricultores familiares. Neste sentido, Castro (2008, p. 26) enfatizará que “[...] os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo, problemas enfrentados pela pequena produção familiar, e suas muitas formas de reprodução, com difíceis condições de vida e produção”. A situação de saída do meio rural por muitas pessoas, em particular pelos jovens, não foi boa para o país e nem para a comunidade onde os mesmos vivem. Para a autora, o melhor seria que a população que vive no meio rural pudesse viver com dignidade sem precisar migrar à cidade.

Segundo Silva (2002b, p. 97), no momento em que as fronteiras entre o rural e o urbano “diminuem cada vez mais, diferentes universos culturais se interpenetram, as dificuldades socioeconômicas dificultam a vida de quem vive da agricultura, emerge a população rural como uma população profundamente afetada por estes processos”. De acordo com Carneiro (1998), o fato de estarem se perdendo as fronteiras entre o rural e o urbano faz com que o jovem rural seja o mais impactado e atraído pela cidade por vários motivos, desde o emprego que possa lhe gerar renda, educação um pouco mais de qualidade e o lazer que poderá ser mais acessível e diversificado, esses elementos e outros mais poderão causar expectativas individuais nesta juventude. Porém, sabemos que cultura e lazer são bens que na cidade se tornam mais acessíveis aos centros urbanos, à periferia desses centros os bens culturais não chegam facilmente, portanto, aos jovens que saem das comunidades rurais, assentamentos, e vão para as cidades, também são negados o acesso a esses bens, pois, por fatores históricos o destino desses jovens é morar nos bairros periféricos.

Conforme Stropasolas (2002, p.149, grifos no original), os jovens migrantes “[...] buscam 'mudar de vida' na cidade, mas encontram sérias dificuldades para o acesso aos direitos de cidadania e a sua inclusão na sociedade, não se integrando plenamente”. Se formos analisar o mundo urbano em relação aos direitos de cidadania que incluem saúde, cultura e lazer dos jovens da classe trabalhadora, veremos que os mesmos estão alijados desses, pois, é muito difícil o acesso, ainda mais quando consideramos a mercantilização que vem ocorrendo quanto aos bens necessários à valorização humana. Por isso Stropasolas (2002, p.149, grifos no original) dirá que “[...] embora busquem 'mudar de vida', eles mantêm uma forte identidade cultural com um *'ethos'*, expresso na procura regular, nos finais de semana, pela sociabilidade das comunidades rurais”. Por outro lado, existem os jovens que permanecem na sua localidade, esses, de acordo com Carneiro (2005), mantêm uma forte relação com o meio em que vivem, além de constituírem-se em detentores de conhecimentos, passam a dar-se conta o quanto é importante para sociedade em geral o desenvolvimento sustentável e seus benefícios. Nas análises dessa autora, a relação com a família com os vizinhos e as amizades construídas em sua comunidade faz com que os jovens passem a ver a vida no campo de uma maneira positiva, e essa relação com o meio em que vive, conforme Carneiro (2005), não é fruto somente da sucessão que poderá acontecer, mas, sobretudo pelas relações sociais construídas e compartilhadas.

2. A LUTA PELO DIREITO À TERRA NO BRASIL E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

No Brasil a propriedade privada da terra foi sendo implementada desde 1500 com a colonização portuguesa, a lógica que no primeiro momento foi de controle de território, passou a ser também a de transformar o Brasil em um mercado exportador de matéria – prima, o que de início ocorreu através da comercialização da madeira do pau-brasil feita pelos portugueses. A partir daí nos tornaríamos economicamente dependentes dos países da Europa, e o lugar destinado ao Brasil na divisão internacional do trabalho foi demarcado como o de mercado exportador de matérias – primas, para Stédile (2005, p. 20):

Com a invasão dos europeus, a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil que caracterizava o período histórico já determinante na Europa. Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação de capital.

Outras culturas foram implantadas no Brasil, pois, os colonizadores portugueses começaram a ver que o solo brasileiro era de uma grande fertilidade, passando a cultivar o que a coroa portuguesa chamava, segundo Furtado (2007, p. 65) de “ouro branco”, ou seja, a cana-de-açúcar que foi imposta ao Brasil, assim como as demais culturas de produção, entre elas: algodão e café que são propícias para serem utilizadas num mercado agroexportador. Conforme Stédile (2005, p.20), esse modelo pautado na agro exportação apresentou uma magnitude que segundo as “primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século XIX, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido em nosso território”. O modelo agroexportador deixava claro que esta produção não pertencia aos trabalhadores, até mesmo porque para a coroa portuguesa o que existiam aqui eram escravos sem nenhum direito humano. Até hoje é vigente em terras brasileiras a agro exportação, assim como, a maneira de se organizar a produção com a introdução da *plantation*, que é segundo Stédile (2005).

[...] a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado, etc., utilizando mão-de-obra escrava. (p.21)

Esses dois entraves à soberania brasileira, o modelo agroexportador e o sistema de monocultura, fortalecem-se com a forma como a propriedade da terra foi gerida a partir de 1500, pois, as terras brasileiras passam a ser de monopólio da coroa portuguesa e por mais que essas não fossem vendidas a terceiros, elas foram repassadas para pessoas que tinham certo poder econômico, de acordo com Stédile (2005, p 21-22) em relação a propriedade da terra:

[...] a forma adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território pela Monarquia, pela Coroa. Assim, o fato de a propriedade de todo o território ter sido exclusiva da Coroa, não havendo propriedade privada da terra, determina que a propriedade não era capitalista. Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção das mercadorias necessárias para exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito à herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos. Assim, os capitalistas-colonizadores eram estimulados a investir seu capital no Brasil para a produção de alguma mercadoria para a exportação, com a Coroa garantindo a posse de imensas extensões de terra para tal finalidade. O critério fundamental para a seleção dos eleitos pela “concessão de uso” das terras era- muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu.

Além de ser repassada para pessoas que possuíam elevado poder aquisitivo, a concessão de uso da terra tinha caráter hereditário, deixando os pobres à margem dessas terras. Entretanto, o marco para a propriedade privada neste país é a lei nº 601, de 1850, intitulada a primeira lei de terras. Esta foi promulgada devido à Inglaterra pressionar a Coroa portuguesa a substituir mão de obra escrava pela assalariada, já que o país inglês estava em plena revolução industrial. Segundo Mançano (2000, p. 28-29), esta lei representou:

Uma condição para a existência do trabalho livre no Brasil foi a criação da propriedade privada, circunstâncias essenciais para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Com a Lei de Terras de 1850, intensificou-se o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros. Desse modo, o latifúndio – marca do Brasil colônia, do Brasil monárquico – torna-se e mantém-se até hoje marca do Brasil república. Das capitânicas hereditárias às sesmarias e destas até a Lei de Terras de 1850, a terra ficou restrita ao poder da nobreza. Desde de 1850 a terra foi transformada em propriedade privada cercada e apropriada, em sua maior parte pelos latifundiários.

A lei de terras de 1850 teve papel fundamental na constituição do latifúndio no Brasil, pois, somente os que possuíam poder de compra tiveram acesso a ela. Com o fim do trabalho escravo a diferença de classes, antes encoberta pelo sistema escravista, passa a ser exposta, os trabalhadores rurais tomam outra forma, pois, com o aprofundamento do

latifúndio o trabalhador livre passa a ser subjugado. No nascer da República esse fator marcará a sujeição do trabalho, conforme Martins (1981, p. 43):

Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja a existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria.

A história da luta pela terra é marcada por conflitos no campo à exemplo de Palmares, que além de resistência à escravidão também representou uma grande experiência na luta pela terra, tendo como premissa a posse coletiva dessa. Outras lutas pelo acesso à terra no Brasil também foram marcadas pela repressão do Estado e das forças conservadoras e privadas no campo, o final do século XIX e todo o século XX foram marcados por fortes lutas no campo. Na Bahia, pobres do campo se juntaram a Antônio Conselheiro e instalaram-se na Fazenda Canudos, segundo Mançano (2000, p. 29):

A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil, Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos que não tinham como subsistir dignamente.

Canudos existiu de 1893 a 1897, fechava o século XIX com uma guerra sangrenta e desigual, e o século XX não começaria de uma maneira justa para os que lutavam por terra e contra o mando político no meio rural. Outro movimento messiânico, desta vez no sul do País iria se levantar contra as injustiças cometidas pelo coronelismo, Contestado durou de 1912 a 1916 e aconteceu nos estados do Paraná e Santa Catarina, de acordo com Mançano (2000, p. 31) Contestado chegou a juntar “mais de 15 mil pessoas”. Outros momentos da luta pela terra continuaram acontecendo, no entanto, as Ligas Camponesas no Nordeste marcaram a história da luta pela terra com as tensões e injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais deste país, como afirma Martins (1981, p. 66):

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira. Agregado marginal no regime do trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, a medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana, e a renda que

paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado. É nessa situação mais recente que surge as ligas camponesas.

As Ligas Camponesas surgem por volta de 1945 em pleno governo de Getúlio Vargas (1930-1955). De acordo com Mançano (2000, p. 33), estas eram formadas por “Camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros, que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento”. Nesse primeiro período em que as Ligas estiveram ativas enquanto organização, de 1945 a 1947, ficou atrelada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participaram delas muitos trabalhadores rurais de diversas regiões do país. Em 1947, no governo Dutra, segundo Mançano (2000), o PCB vai para a ilegalidade e as Ligas pela sua forte dependência ao partido terminam sendo combatida.

No entanto, no ano de 1954 em Pernambuco, Segundo Mançano (2000, p. 33), no município de Vitória de Santo Antão, “em uma propriedade denominada Engenho da Galileia, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, que por sua forma de organização ficou conhecida como a Liga Camponesa da Galileia”. Era uma nova organização de trabalhadores rurais constituída pelos foreiros, assim identificados porque pagavam um tipo de aluguel aos proprietários das fazendas.

O segundo período das Ligas Camponesas foi marcado por fortes repressões, pois, as mesmas defendiam a reforma agrária radical e a organização de guerrilhas para sua defesa e conquista de seus objetivos, ao tempo que o PCB e a Igreja defendiam uma reforma agrária, que conforme Mançano (2000, p. 33), deveria ser “realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenizações em dinheiro e em títulos”. Com a instauração dos governos ditatoriais no Brasil em 1964 as Ligas foram aniquiladas, porém, seu exemplo de luta e organização ficou para outros movimentos que continuariam a luta pela reforma agrária. O campo brasileiro sempre foi marcado por lutas, quer sejam espontâneas ou organizadas, essas lutas indicam contradições que nos levam a refletir sobre a modernização do campo, como nos indica Almeida e Paulino (2000, p. 125),

[...] nele encontramos a moderna agroindústria envolvida com cultivos altamente rentáveis, como a soja, a laranja e a cana-de-açúcar, que nada tem de moderno quando se parte para a análise das relações de trabalho; temos a poderosa indústria fumageira, empresas do setor suíno e avícola, expandindo-se à custa da extração da renda e transferência dos custos e riscos para os produtores familiares; abundam os especuladores, possuidores de grande parte do patrimônio fundiário, a negar-lhes inclusive o direito básico de vender sua força de trabalho.

Nos anos de 1980, em resposta ao modelo autoritário e centralizador que modernizava o campo expulsando trabalhadores rurais para as cidades, começam a surgir

outros movimentos sociais à exemplo do MST que traz novamente velhas bandeiras de lutas como o acesso à terra e a reforma agrária. O Movimento Sem Terra inaugura, segundo Almeida e Paulino (2000, p. 125) “[...] uma nova forma de pressão/conquista da terra, que são as ocupações de terras griladas, ociosas e abandonadas, numa tentativa de implantar a reforma agrária de direito”. O Movimento através de novas táticas de ocupação do território tem como objetivo dar à terra um destino justo, o que Molina (1992, p. 20) destaca ao dizer que:

Os trabalhadores rurais do MST entenderam e definem que a justiça na utilização da terra se realizará quando esta terra estiver cumprindo suas funções básicas: produzir alimentos para todos os cidadãos e gerar emprego. O Movimento tem claro segundo seus documentos que uma mudança na forma da distribuição e na reapropriação territorial do país implica necessariamente num enfrentamento de classes e de projetos diferenciados, em função dos interesses econômicos e políticos envolvidos neste tipo de conflitos.

Partindo do entendimento da terra enquanto função social, o MST organiza-se para lutar pela Reforma, contribuindo para a pauta de uma sociedade democrática a partir da luta pela descentralização da terra e com a volta dos agricultores ao campo. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sua fundação em 23 de janeiro de 1984, quando aconteceu o I Encontro Nacional do MST, em Cascavel, no estado do Paraná, esse Encontro acontece a cada 2 (dois) anos, durante esse evento são apresentados os 2 (dois) dirigentes nacionais, 1 (um) homem e 1 (uma) mulher por estado irão compor a Direção Nacional por igual período de tempo. Nesse Encontro também são avaliadas a concretização das linhas decididas no Congresso Nacional.

No ano de 1985 foi realizado neste mesmo estado o I Congresso Nacional do Movimento com o lema “Ocupação é a única solução”, este congresso contou, segundo Medeiros (1989, p. 168), com a participação de “1.500 delegados de 20 Estados que definem, como formas de luta pela Reforma Agrária, as ocupações de terras ociosas ou públicas, entendendo que Terra não se ganha, se conquista”. O Congresso Nacional do MST ocorre a cada 5 (cinco) anos, nesse evento são decididas as linhas políticas que deverão dar base à luta pela terra durante esse período. Os anos entre 1985 a 1990 são marcados pela territorialização do MST em 18 (dezoito) estados, o que o torna um Movimento nacional, passando a ter presença em todas as regiões do Brasil. Para Mançano (2000, p.170), o MST vai de ocupação por ocupação, estado por estado, “lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os Sem Terra especializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação”. Morissawa (2001, p. 132), descreve de maneira clara o que vem a ser o ato de ocupar para o Movimento Sem Terra, quando diz que a ocupação é para o

MST “uma ação voltada a abrir um espaço de luta e resistência. Com ela se cria uma outra condição para o enfrentamento. Ao realizá-la os sem-terra conquistam a possibilidade de negociação com o Estado”. A ocupação de um latifúndio é o primeiro ato em direção à conquista da terra, é o momento em que as famílias sem-terra³ organizadas através do trabalho de base pelo MST entram num espaço que está improdutivo.

Para que se tenha compreensão de como o MST se organiza política e socialmente, recorremos a Morissawa (2001), quem nos dirá que a estrutura organizativa do MST inclui: Núcleos de base, Coordenação de Assentamentos e Acampamentos, Coordenação regional, Direção Estadual, Coordenação Estadual, Encontro Estadual, Direção Nacional, Coordenação Nacional, Encontro Nacional e Congresso Nacional. Essas são as instâncias de representação do Movimento, mas existem também, os setores que tem como papel organizar as linhas políticas, econômicas, sociais e culturais discutidas pelo MST que são: Educação, Saúde, Produção, Formação, Cultura, Frente de Massa, Comunicação e os coletivos⁴ de: Juventude, Mulheres e Relações Internacionais.

Assim como a organização política e social o MST também possui uma maneira própria de organizar-se territorialmente, o que se diferencia da organização geográfica do país, em nível nacional esta organização dá-se por grandes Regionais. O quadro abaixo mostra que o Norte recebe a denominação de Regional Amazônica, composta pelos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Roraima; o estado de Rondônia vai estar organizado na Regional Centro Oeste. No quadro demonstramos em quais estados o MST está presente atualmente de acordo com as suas respectivas Regionais, em nível nacional o Movimento Sem Terra não está presente nos estados do Acre, Amazonas e Amapá.

REGIONAL AMAZÔNICA	Pará, Maranhão, Tocantins, Roraima.
REGIONAL NORDESTE	Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Ceará, Alagoas.
REGIONAL CENTRO OESTE	Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás.
REGIONAL SUDESTE	São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo.
REGIONAL SUL	Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina.

Quadro 1- Presença do MST nos estados por Regional

Fonte: MST/PA (2016).

Elaboração: Cabral e Silva (2016).

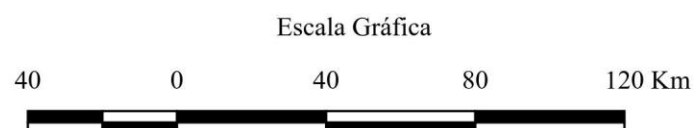
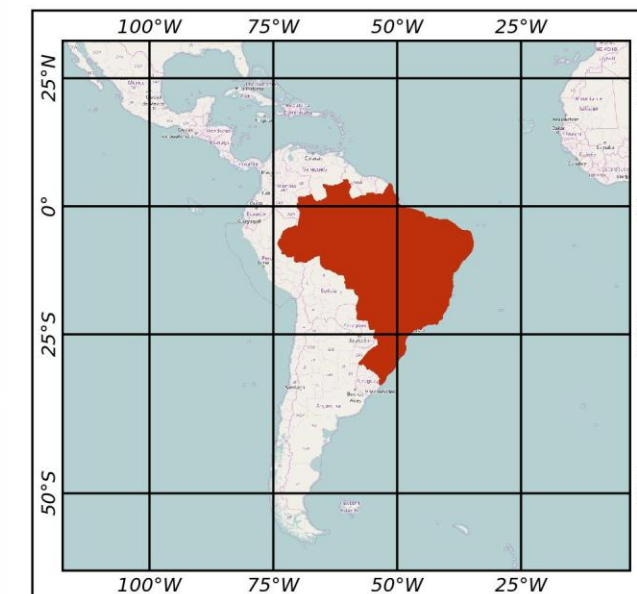
³“Sem terra, com letras maiúsculas e sem hífen, é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão “sem-terra” indica a categoria social de trabalhadores e trabalhadoras do campo que não têm terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais de luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, os Sem Terra, mantêm a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST”. (CALDART, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>)

⁴“No MST, o coletivo é definido como um grupo de trabalho que surge a partir de determinada demanda do Movimento; que tem a finalidade de encaminhar debates e ações que contribuam para suprir essa necessidade. O coletivo quando cumpre sua tarefa pode ser extinto ou pode acontecer também de tornar-se um setor como, por exemplo, o setor de saúde, que surgiu como coletivo e depois tornou-se setor.” (MARTINS, 2009, p. 166).

Essa maneira de organizar-se por grandes Regionais, nas quais alguns estados estão geograficamente fora de suas regiões, deve-se aos trabalhos feitos por determinados estados para fundar o MST em outras regiões. O Maranhão, por exemplo, contribuiu com a fundação do Pará, e esses dois contribuíram com a fundação do Tocantins; o Pernambuco contribuiu com a fundação do estado de Roraima, que é o mais novo no Movimento, e apesar desse estado está na Regional Amazônica quem faz o acompanhamento político-organizativo é o estado do Pernambuco. A decisão de ir construir o MST num novo estado não é tomada por estados individualmente, é uma decisão tirada em reunião da Direção Nacional do MST. No mapa, a seguir, pode-se visualizar essa organização por regionais.



Localização Geográfica



Legenda	
Regional	
	Amazônica
	Nordeste
	Centro Oeste
	Sudeste
	Sul
	Não tem presença do MST

Mapa 1: ESTADOS ONDE O MST ESTÁ PRESENTE NO BRASIL POR REGIONAL - 2016	
Elaboração: CRUZ ALVAREZ, LUIS A. (2016)	Sistema de Projeção: Projeção: latlong Datum: WGS 84 / EPSG: 4326
Escala: 1:25.000.000	Fonte: MST; shapesfiles: MMA, OSM
Belém/PA 2016	Software: QGIS v-2.16.1; Licença GNU/GPL (1991)

© OpenStreetMap contributors
 Termos de Serviços disponível em:
www.openstreetmap.org/copyright
www.opendatacommons.org/licenses/odbl

2.1 BREVE HISTÓRICO DO MST NO ESTADO DO PARÁ

Segundo Abe (2004, p.54), o MST chega ao estado do Pará no final dos anos de 1980, e foram em 1989 as primeiras atividades de articulação realizadas por lideranças sindicais da região, “[...] ligadas à CUT, que haviam participado dos Encontros Nacionais (Cascavel, 1º Encontro Nacional, e em Curitiba do 1º Congresso Nacional, como forma de fortalecer o movimento camponês na região”. Em 1990 acontece a primeira ocupação de terra, na fazenda Ingá, município de Conceição do Araguaia, sul do estado, com a participação de aproximadamente 300 famílias. Para que se tenha compreensão do contexto que determina a construção do Movimento Sem Terra no Pará, faz-se necessário trazer brevemente o contexto histórico e político da época. De acordo com Abe (2004, p. 21-22):

Na década de 1970, com a abertura da Transamazônica, intensifica-se a migração de grande número de trabalhadores rurais e camponeses, desempregados e sem-terra vindo do Nordeste, Sul e Sudeste do país em busca de terra e trabalho. Junta-se a esse panorama, nos anos do regime militar (1964-1985), o clima de repressão contra a guerrilha do Araguaia, seguindo-se à década de 1980 à criação do Programa Grande Carajás (PGC), a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), o boom da mina de ouro da serra pelada, paralelamente à criação da união democrática ruralista (UDR) e a criação do polígono dos castanhais.

Em 1992 organiza-se a segunda do MST no estado do Pará, ocupação na fazenda Rio Branco, município de Parauapebas, região sudeste do Pará. Segundo Bentes (2013), após serem retirados pela Polícia Militar da fazenda Rio Branco, os trabalhadores rurais mantiveram-se durante 5 (cinco) meses acampados em frente à Prefeitura de Parauapebas como forma de pressão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa situação de estar por um longo período acampado em frente à Prefeitura só foi resolvida após várias manifestações, quando o MST resolve voltar à terra reclamada, de acordo com Mançano (2000, p. 204) esta segunda ocupação foi decisiva e “o INCRA acabou comprando 12 mil hectares do latifúndio” constituindo então o Assentamento Rio Branco.

De acordo com Abe (2004, p. 60), em 1994, no mesmo município, foi feita a terceira ocupação no estado, em uma área conhecida por “cinturão verde”, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa estatal que foi privatizada transformando-se na empresa Vale⁵, após um ano intenso de mobilizações, em 1995 o INCRA desapropria a fazenda e em 1996 é criado o Projeto de Assentamento Palmares II.

⁵Empresa de capital misto, criada através de decreto-lei pelo presidente Getúlio Vargas em junho de 1942. Com controle acionário do governo federal, a CVRD foi organizada para impulsionar a exploração das riquezas minerais do subsídio brasileiro, principalmente o ferro. Em 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso,

Em 1996, a região sudeste paraense foi palco de um violento enfrentamento entre policiais militares e trabalhadores rurais Sem Terra, esses últimos reivindicando a Fazenda Macaxeira, que segundo Nascimento (2006, p. 18), era “reconhecidamente improdutivo”. Em decorrência desse conflito que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás⁶, a fazenda foi desapropriada para fins de reforma agrária, e o Assentamento conquistado foi denominado 17 de abril, fazendo memória ao dia do massacre.

No 3º Congresso Nacional do MST em 1995, cujo lema foi “Reforma Agrária: Uma luta de todos!”, foi deliberado politicamente que as novas ocupações deveriam acontecer em latifúndios localizados próximos aos centros urbanos, pois, era necessário que a reforma agrária fosse defendida também defendida pela cidade. Seguindo a deliberação desse Congresso, em 1998, de acordo com Abe (2004) no estado do Pará, município de Castanhal, distante 70 km da capital, 500 (quinhentas) famílias ocuparam a fazenda Bacuri. Essa ocupação, feita em 15 de novembro de 1998, resultou na desapropriação da Fazenda realizada pelo (INCRA), recebendo o nome de Assentamento João Batista II⁷. Para que a ocupação fosse possível, foi realizado o trabalho de base, o qual de acordo com Mançano (2000, p. 86-87) caracteriza-se por:

Ser uma metodologia de luta popular, que através de um conjunto de atividades: reuniões, estudo e formação de pequenos grupos, procura-se a participação de todos. Nesses espaços de socialização política pratica-se a experiência de democratização de informações, de conscientização dos principais problemas que afetam a luta. Nesses espaços nascem a organização e a resistência.

esta empresa foi privatizada. Em 2008 a Companhia Vale do Rio Doce deixou de usar a sigla CVRD, passando a usar o nome VALE. (Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45>>. Acesso em 10/08/2015).

⁶“No dia 17/04/1996 o município de Eldorado de Carajás foi palco do assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra pela Polícia Militar do Pará. Em 1995 cerca de duas mil famílias de trabalhadores Sem Terra acamparam à beira da rodovia PA- 275, no município de Curionópolis, estado do Pará. Os trabalhadores Sem Terra visavam ocupar a Fazenda Macaxeira, uma área improdutivo. Após contatos com o governo do estado, este prometeu assentar os acampados e lhes enviar alimentos. Como estes últimos não chegaram os trabalhadores Sem Terra resolveram empreender uma marcha de 800 quilômetros até Belém para pressionar o governo, após uma semana de caminhada acamparam, porque lhes faltavam alimentos, num trecho da estrada, próximo ao município de Eldorado dos Carajás. Bloqueando o trânsito. Após a promessa de que alimentos finalmente chegariam os Sem Terra desbloquearam a estrada. No dia 17 de abril. No mesmo dia viram chegar 155 (cento e cinquenta e cinco) policiais militares, tendo início um ataque no qual os trabalhadores Sem Terra responderam. O que se seguiu ficou conhecido por Massacre de Eldorado dos Carajás, ao todo 19 (dezenove) mortos. 12 (doze) receberam tiros certos na cabeça e no tórax; 7 (sete) foram mortos com seus próprios instrumentos de trabalho, retirados deles quando já estavam rendidos; 7 (sete) trabalhadores estão desaparecidos até hoje e ainda restaram 69 (sessenta e nove) feridos, muito deles mutilados, demonstrando que o nome de massacre bem se aplica ao ocorrido” (NASCIMENTO, 2006, p.118-119).

⁷O nome do Assentamento foi escolhido em homenagem ao deputado estadual paraense João Carlos Batista, assassinado em 1998 por denunciar as constantes violências praticadas contra os trabalhadores rurais e por defender a efetivação de uma Reforma Agrária que fosse ao encontro dos interesses dos trabalhadores. Por já existir uma comunidade por nome João Batista próximo ao Assentamento, o mesmo passou a ser o Assentamento João Batista II. Bentes (2013, p. 60).

Levando em consideração que o trabalho de base deve ser permanente, o MST o utiliza desde o primeiro momento, quando convidam as pessoas a participarem da ocupação da terra, é o ir-se de casa em casa, família por família, reuniões coletivas, até chegar o momento da ocupação, onde o trabalho de base deverá ser permanente, com estudos, reuniões e etc. O TB para ocupar a fazenda Bacuri, foi realizado nos municípios de Castanhal, São Francisco e Região Metropolitana de Belém (RBM). Atualmente o estado do Pará está organizado nas regionais Cabana, Araguaia Eldorado, Carajás. O quadro mostra os 21 (vinte e um) assentamentos 12 (doze) e acampamentos do MST, número de famílias e municípios, segundo as regionais. Em razão dos despejos que acontecem nos acampamentos, ocasionando a desistências de famílias na luta pela terra e também pelo pouco incentivo do Estado à reforma agrária, o número de famílias organizadas pelo MST tende a oscilar.

REGIONAL	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO/ACAMPAMENTO	Nº FAMÍLIAS
Regional Cabana	Benevides	Terra Cabana (acampamento)	100
		Chico Mendes (acampamento)	65
	Mosqueiro/Belém	Mártires de Abril (assentamento)	95
		Paulo Fonteles (assentamento)	64
		Elizabeth Teixeira (assentamento)	38
	Santa Barbará do Pará	Abril vermelho (assentamento)	397
	Santa Isabel do Pará	Jesus de Nazaré (acampamento)	68
	Castanhal	João Batista II (assentamento)	154
	Acará	Olga Benário (assentamento)	42
	Capitão Poço	Carlos Lamarca (assentamento)	38
	Irituia	Luiz Carlos Prestes (assentamento)	47
Carlos Marighela (acampamento)		47	
Santa Luzia	Quintino Lira (acampamento)	100	
Total de famílias			1255
Regional Araguaia	Marabá	Hugo Chávez (acampamento)	500
		Helenira Rezende (acampamento)	570
		Darcy Ribeiro (acampamento)	90
		26 de Março (assentamento)	206
	Baião	Salvador Allende (assentamento)	160
		08 de Março (assentamento)	30
	Baião/Pacajá	Chico Mendes II (assentamento)	66
São João do Araguaia	1º de Março (assentamento)	388	
Total de famílias			2010
Regional Eldorado	Eldorado dos Carajás	Canudos (assentamento)	62
		Cabanos (assentamento)	85
		Dalcídio Jurandir (assentamento)	210
		17 de Abril (assentamento)	690
	Tucumã	Lourival Santana (assentamento)	393
		Nega Magdalena (assentamento)	43
	Xinguara	Roseli Nunes (acampamento)	67
Total de famílias			1700
Regional Carajás	Parauapebas	Onalício Barros (assentamento)	68
		Palmares II (assentamento)	517
	Curionópolis	Frei Henri (assentamento)	121
	Canaã dos Carajás	Eduardo Galeano (acampamento)	78

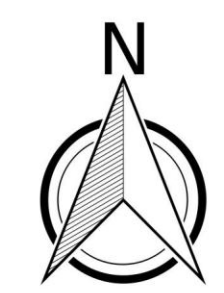
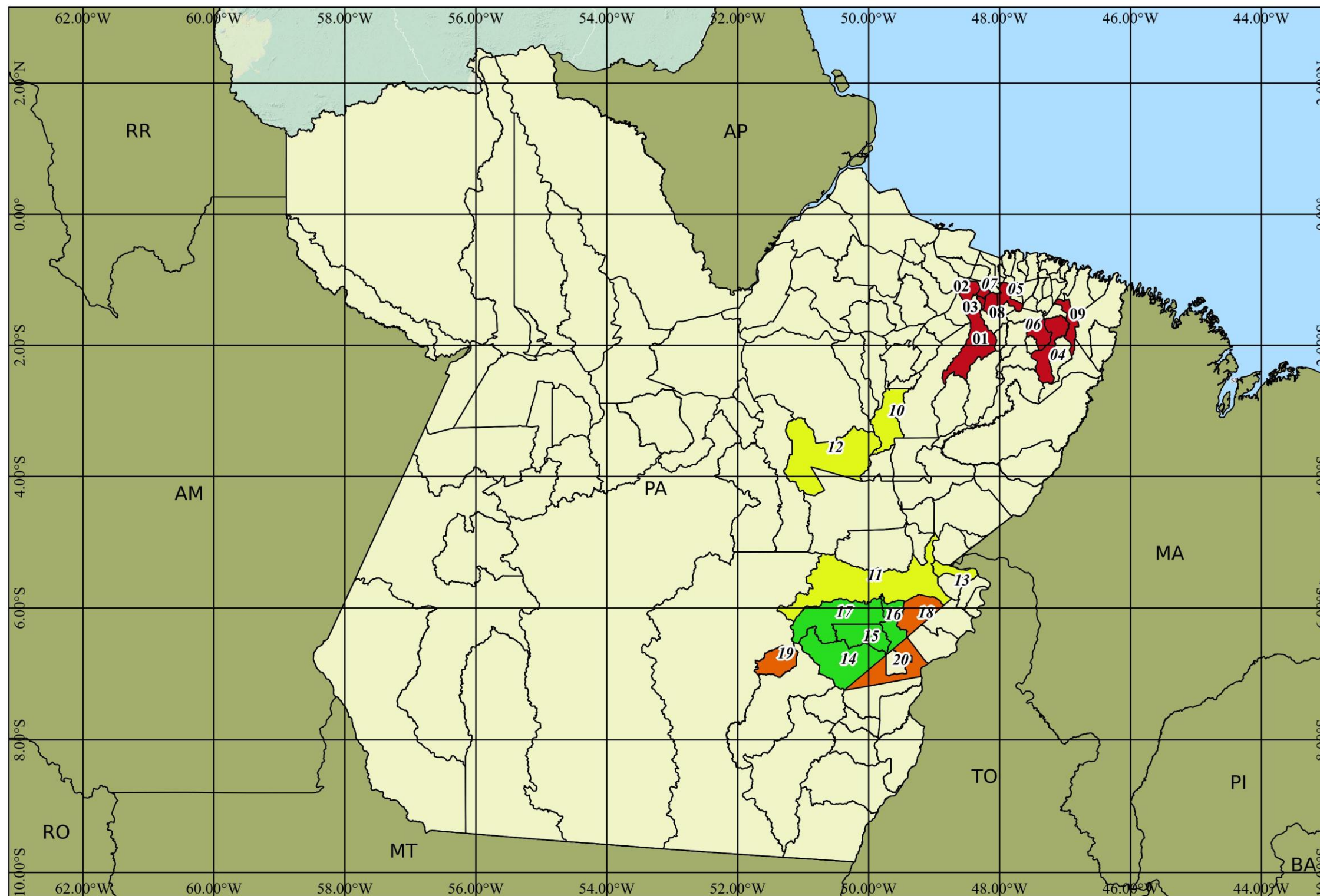
	Água Azul do Norte	Dina Teixeira (acampamento)	150
Total de famílias			978
Total de famílias acampadas e assentadas organizadas pelo MST/PA			5943

Quadro 2 -Assentamentos e acampamentos organizados pelo MST/PA localizados por Regionais

Fonte: MST/PA (2016).

Elaboração: Cabral e Silva (2016)

Nos estados, o MST segue a mesma organização territorial por Regionais, à essas, geralmente são dados nomes característicos de mártires, episódios históricos, e outros. Através da ilustração é possível visualizar a localização do MST/PA por regionais.



Legenda		
Regional Cabana	Regional Araguaia	Regional Eldorado
01-Acará	10-Baião	16-Curionópolis
02-Belém	11-Marabá	17-Parauapebas
03-Benevides	12-Pacajá	18-Eldorado dos Carajás
04-Capitão Poço	13-São João do Araguaia	19-Tucumã
05-Castanhal	Regional Carajás	20-Xinguara
06-Irituia	14-Água Azul do Norte	Estado do Pará
07-Santa Bárbara do Pará	15-Canaã dos Carajás	Brasil
08-Santa Isabel do Pará		

Mapa 2: MUNICÍPIOS ONDE O MST/PA ESTÁ PRESENTE POR REGIONAL - 2016	
Elaboração: CRUZ ALVAREZ, LUIS A. (2016)	Sistema de Projeção: Projeção: latlong Datum: WGS 84 / EPSG: 4326
Escala: 1:7.500.000	Fonte: shapfiles INCRA, LAIG/UFPa, MMA, OSM
Belém/PA 2016	Software: QGIS v-2.16.1; Licença GNU/GPL (1991)

O mapa nos dá a noção do desafio para o MST, que é expandir-se territorialmente no estado do Pará. Na Regional Araguaia, a distância entre o município de Marabá e Tucuruí dificulta a integração dos acampamentos e assentamentos enquanto Regional, por outro lado, apesar da distância de alguns assentamentos e acampamentos dentro de uma mesma Regional, essa maneira de organiza-se facilita a organização de atividades, encontros, reuniões, que em alguns momentos são realizados por Regionais.

2.2 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL NO DISTRITO DE MOSQUEIRO - BELÉM/PA

O MST chega a Belém, capital do estado no ano de 1999, pois, era preciso pressionar os centros de poder decisórios como: Tribunal de Justiça, governo do estado e INCRA, para que a Reforma Agrária pudesse ter avanços com a liberação de terras para a construção de assentamentos, assim como para fazer pressão em relação ao combate à violência no campo amazônico. Outro objetivo da aproximação dos assentamentos organizados pelo MST à capital, era criar uma espécie de cinturão verde que cumpriria a função de abastecer as cidades de maneira mais direta, saudável e a preços acessíveis a classe trabalhadora principalmente. Conforme Abe (2004), em fevereiro de 1999 iniciam-se em Belém o trabalho de base nos bairros do: Jurunas, Terra Firme, Marco, Guamá, distritos de Outeiro e Icoaraci e nos municípios de Santa Isabel, Santa Bárbara, Benevides e Castanhal, tendo à frente militantes vindos do sudeste paraense e os acampados do assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal.

De acordo com Silva (2004c), em 16 de abril de 1999 o MST constrói em Belém o acampamento pedagógico, o objetivo do acampamento foi trazer à praça o que seria o acampamento na terra ocupada, a organização de setores como: educação, formação e saúde; a organização em grupos de famílias, estudos sobre o MST e o espaço para as crianças conhecido no Movimento como ciranda infantil, assim, estariam exercitando com as famílias cadastradas no trabalho de base o que seria o acampamento na terra. É necessário fazer uma diferenciação, mesmo que de maneira breve, entre acampamento e assentamento, segundo Rocha (2015, p. 41) o acampamento é formado quando se ocupa um latifúndio e até se ter a “[...] posse legal da terra, enquanto o assentamento é quando se legaliza a posse da terra e se conquistam os créditos para a produção e moradias; é o resultado dos meses ou anos de lutas no acampamento”. O acampamento pedagógico foi construído na Praça da Leitura no bairro

de São Braz, acampar nessa praça teve função estratégica, pois, a mesma está localizada em frente ao único terminal rodoviário interestadual de Belém, e numa via de circulação para quem vem para o centro da cidade e para quem sai da cidade. Foram 17 (dezesete) dias na praça, vivendo em barracas de lona preta, com atividades intensas, como marchas e debates.



Foto 1 - Praça da Leitura em São Braz
Fonte: Silva (2016).

A praça da Leitura passou a ser batizada pelas famílias acampadas de “Mártires de Abril”, homenageando os 19 (dezenove) Sem Terra assassinados em Carajás, a praça continua até hoje conhecida por esse nome, pelo MST e por outros movimentos sociais urbanos e rurais. O Movimento ainda faz da praça o local de seus acampamentos no mês de abril, conhecido como “Abril Vermelho”⁸. Na praça está um monumento em repúdio à violência contra os trabalhadores, intitulado “Coluna da Infâmia”, do escultor dinamarquês Jens Galschiot, tal monumento não nos deixa esquecer com sua presença as infâmias cometidas contra o povo trabalhador no campo e na cidade.

A Coluna da Infâmia foi colocado no dia 01 de maio de 2000, durante a gestão municipal de Edmílson Rodrigues, apesar do descaso pelas gestões que o sucederam a Coluna continua erguida naquela praça, diferentemente daquele que foi construído em uma das

⁸Abril Vermelho, denominação dada a partir de 2004 à jornada de lutas organizadas pelo MST no mês de abril, mês que lembra o massacre de Eldorado dos Carajás. Nesta jornada são feitas ocupações de terra, prédios públicos, acampamentos em praças, atividades que tem por objetivo denunciar a ausência da reforma agrária no País. (COMUNICAÇÃO VERBAL, 2015).

entradas da cidade de Marabá em memória dos mortos no conflito de Eldorado, o qual, segundo Assis (2014, p 223) “Em menos de vinte e quatro horas o monumento foi destruído, provavelmente a mando de fazendeiros da região e nunca mais foi recolocado. A elite regional residente boa parte dela em Marabá, expressou repúdio ao monumento”.



Foto 2 - Monumento “Coluna da Infâmia”

Fonte: Silva (2016)

As pessoas que se juntaram ao MST após a mobilização pelo trabalho de base para a ocupação eram aquelas que por algum motivo não aguentavam mais a vida nas periferias da cidade, quer pelo desemprego, aluguel de casa, violência urbana ou por querer um lugar com tranquilidade para viver e trabalhar. Esses motivos são reforçados por Bringel (2001, p. 39) ao dizer que “a aproximação do MST às capitais representa uma saída das condições de vida precária das cidades e um retorno às origens da terra, reterritorializando esses indivíduos como trabalhadores rurais”. Acostumados com o êxodo rural, Bringel (2001) enfatiza que o que aconteceu com o acampamento Mártires de Abril, foi um processo de êxodo urbano:

No caso do Acampamento Mártires de Abril, [...] estabelece uma alternativa de retorno ao campo, só que em uma área urbana na sua zona rural. Da repulsão (entendida como situações de vida responsável pela insatisfação do local de origem) anterior, vinda principalmente da concentração de terra no campo, produzindo o êxodo rural. É o retorno, a partir de uma estratégia de um movimento social de massa – MST, para a atração (entendida como os atributos dos locais que se tornam atraentes) ao campo só que agora representado por uma zona rural em uma ilha pertencente ao Município de Belém. Uma espécie de “êxodo urbano” só que de uma zona urbana para uma zona rural, isso tudo dentro do espaço urbano (p.38).

Nas últimas décadas vem sendo discutido o conceito relacionado a integração rural – urbano, conhecido por alguns autores como Rurbano ou Peri urbano. Lima (2007) explicita o que significa a expressão Peri urbano, salientando que:

[...] nas últimas décadas na França se tem utilizado a “expressão Peri urbano para designar um tipo de moradia que se assemelha aos subúrbios norte-americanos, com casas amplas, jardins, serviços de infraestrutura incluindo transporte público e, ocupada principalmente por famílias jovens [...]no Brasil teorias que embasam o conceito de área urbana expandida vêm sendo aplicadas especialmente no entorno de grandes metrópoles paulistas como campinas e a própria cidade de São Paulo. Estes conceitos reafirmam a faixa de transição entre espaços urbanos e rurais. (p.10)

Essa faixa de transição entre ambos os espaços, poderia sinalizar a aceleração do rompimento da dicotomia urbano – rural, pois de acordo com Silva (1997a, p. 01):

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

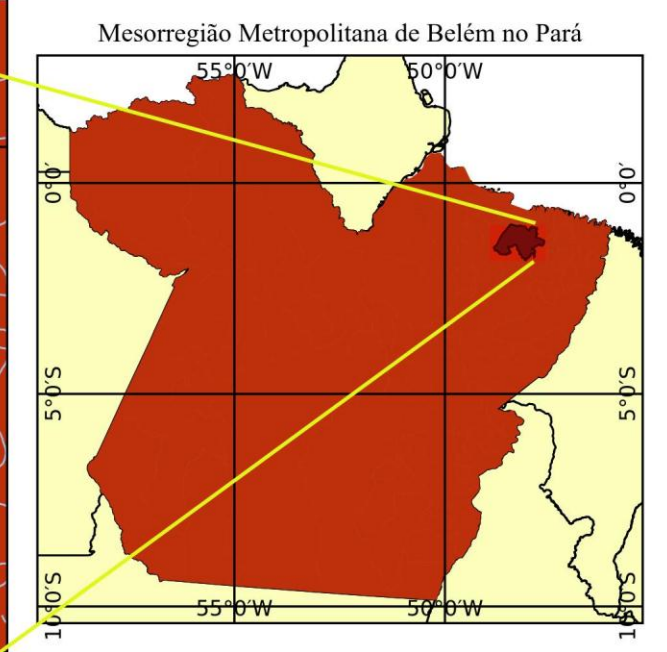
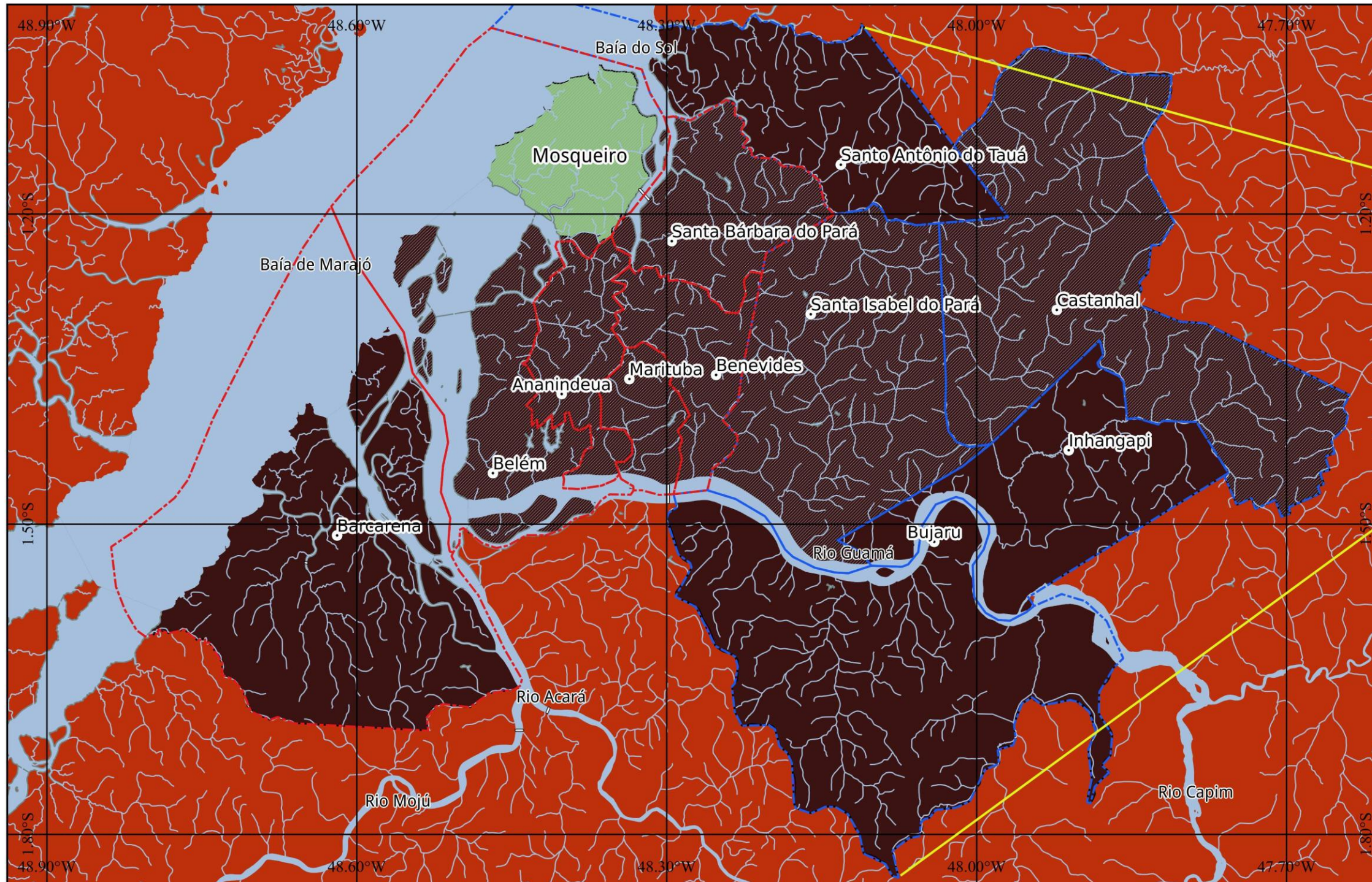
Alguns autores veem com preocupação a ideia de rurbanização, para Wanderley (2000), essa teoria levará há uma homogeneização do espaço e da vida social de seus atores, perdendo assim, a clareza das especificidades de cada espaço, o que contribuiria sobretudo para o fim da realidade vivida no meio rural, que é diferente da realidade urbana, tanto espacial como culturalmente. Sarraceno (1996, *apud*, Stropasolas 2002, p. 57) destaca sua preocupação a respeito do que poderia acontecer com o processo de rurbanização, destacando que esse é como “vasos comunicantes, ou seja, enquanto o principal - o urbano - tende a se encher, o outro - o rural – esvazia-se”. Num processo onde as ideias estão em constante desenvolvimento e contradição, Wanderley (2001, *apud*, Stropasolas 2002) dirá que contraditoriamente ao que havia exposto sobre rurbanização em escritos do ano 2000, como citado no princípio deste parágrafo, as relações existentes entre campo e cidade não extinguem as especificidades de cada espaço, portanto está relação não representa o fim do espaço rural. Para a autora, estas duas dimensões de lugar - o urbano e o rural - distinguem-se entre si e encontram-se em intenso processo de mudança em suas relações.

Segundo Wanderley (2004) o êxodo rural, é um processo que passa por estudos, mas geralmente a partir da ótica da cidade, do lugar aonde chegam os que por alguma razão decidiram ir-se do campo. Para a autora permanecer no meio rural, no entanto, “implica,

frequentemente, em escolhas – complexas, sem dúvida – que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local” (p. 83). Wanderley (2004) enfatiza que esses projetos familiares são a tradução dos sonhos que se criam em relação às possibilidades de emprego, educação, de poder alcançar os bens e serviços básicos. No entanto, mesmo com a intensidade do processo de êxodo rural, já se fala em caminho inverso, da cidade para o meio rural, nem sempre pelos que um dia saíram desse espaço, algumas vezes são pelos que não possuíam nenhum contato com esta realidade. Conforme Wanderley (2004, p. 83), o debate da volta ao meio rural está atual, e para se perceber isso bastaria registrar o quanto “[...] constituiu uma surpresa, para muitos, a reivindicação da volta ao campo – associada à luta pela terra – defendida pelos movimentos, especialmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”.

Para o autor supracitado, o novo discurso do rural como lugar bom para viver, onde o trabalho poderá vir da terra, mas também de alternativas que não sejam somente os agrícolas, coloca-se como uma oposição ao conceito estabelecido de meio rural, o qual considera como única alternativa para o trabalhador rural o abandono das terras e a saída para as cidades. A ocupação de uma fazenda dentro de um espaço urbano trouxe vários desafios para o Movimento Sem Terra no estado do Pará, um deles era conseguir com que os assentados passassem a trabalhar na terra, construindo assim, uma identidade de trabalho com a mesma.

O novo destino das pessoas organizadas pelo trabalho de base foi o Distrito da Ilha de Mosqueiro que, de acordo com Costa (2007, p. 20), é um “[...] distrito administrativo do município de Belém desde 1901, distancia-se da sede desse município 32 km por via fluvial, única forma de comunicação com a sede até meados da década de 1960”, e em média 77 km por via terrestre/fluvial até meados dos anos de 1970, momento em que construíram a ponte Sebastião de Oliveira sobre o Furo das Marinhas. Nos dizeres de Costa (2007, p. 20) A construção dessa ponte definiu a integração da ilha ao continente sendo “[...] os 77 km delimitadores do percurso do centro de Belém à Ilha de Mosqueiro circunscritos nos territórios municipais de Ananindeua, Marituba, Benevides – via BR-316 e PA-391, e Santa Bárbara - via PA – 391”.



Legenda

- Mesorregião Metropolitana de Belém
- Região Metropolitana de Belém (Grande Belém)
- Microrregião Metropolitana de Belém
- Microrregião Metropolitana de Castanhal
- Estado do Pará

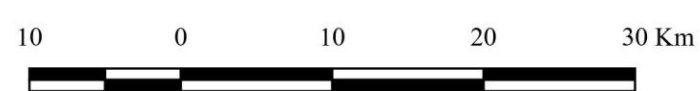
República Federativa do Brasil

Convenções

- Sede Municipal
- Drenagem
- Massa D'água



Escala Gráfica



Mapa 3: LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE MOSQUEIRO NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA (2016)	
Elaboração: CRUZ ALVAREZ, LUIS A. (2016)	Sistema de Projeção: Projeção: latlong Datum: WGS 84 / EPSG: 4326
Escala: 1:500.000	Fonte: shapfiles MMA, LAIG/UFPa
Belém/PA 2016	Software: QGIS v-2.16.1; Licença GNU/GPL (1991)

Abe (2004, p. 78) reforçando as informações sobre a ilha dirá que a Ilha tem como “limites ao norte, o Rio Pará; a oeste, a Baía do Marajó; a leste, o Furo das Marinhas e ao sul, o arquipélago de quatro ilhas: Caratateua, São Pedro, Marituba e Arauari. Caracteriza-se pela existência de 21 praias em seu litoral com uma extensão de 17 km”. Segundo a autora, as praias de Mosqueiro “sofrem a influência das marés, por isso possuem ondas, tornando-as semelhantes às praias de oceano, embora sejam praias de rio, o que se constitui em atrativo para os banhistas” que ao observarem as ondas, chegam a não acreditar que estão diante das águas de rio. Algumas praias são urbanizadas e mais movimentadas como: Murubira, Porto Artur, Chapéu Virado, Areão, do Farol, Grande, Ariramba, São Francisco. As praias mais afastadas e com pouco ou sem urbanização como Carananduba, Maraú, Baía do Sol, Paraíso e Praia Grande, são menos procuradas em relação às outras, porém suas características mais tranquilas em se tratando de poluição sonora, por exemplo, faz com que vá aumentando a procura dessas praias.

O município de Belém está subdividido em 08 (oito) distritos administrativos: Distrito Administrativo Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo Benguí (DABEN), Distrito Administrativo Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo Belém (DABEL), Distrito Administrativo Guamá (DAGUA). O Distrito de Mosqueiro é o que possui maior Área (km²) 220,6411 e uma população de 28 mil habitantes, segundo IBGE (2010).

Na madrugada do dia 03 de maio do ano de 1999, o Movimento desfaz seus barracos de lona preta, e partem para um latifúndio, ninguém, além de uma equipe destinada para fazer a vistoria da área sabia onde ia ser feita a ocupação. Todos amanheceram no novo local de moradia, segundo Abe (2004), trezentas famílias fazem a ocupação de uma área pertencente à empresa Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), situada a 10 (dez) quilômetros da sede do Distrito de Mosqueiro. Com a vinda do INCRA à fazenda ocupada, após cadastramento das famílias, os técnicos contabilizaram 327 (trezentas e vinte sete famílias), o que somam em torno de 800 (oitocentas) pessoas, consta-se que após ocupação da fazenda, outras famílias chegaram ao local. O novo acampamento recebeu o nome de Mártires de Abril, nome esse decidido em assembleia dos acampados, fazendo lembrar os dezenove trabalhadores rurais assassinados na curva do “S” em Eldorado dos Carajás.

O local decidido para o novo acampamento do MST marcava-se pela forte presença do turismo voltado para a classe média de Belém, por isso, a conquista do assentamento não se deu de maneira pacífica, acontecendo 04 (quatro) despejos praticados por policiais

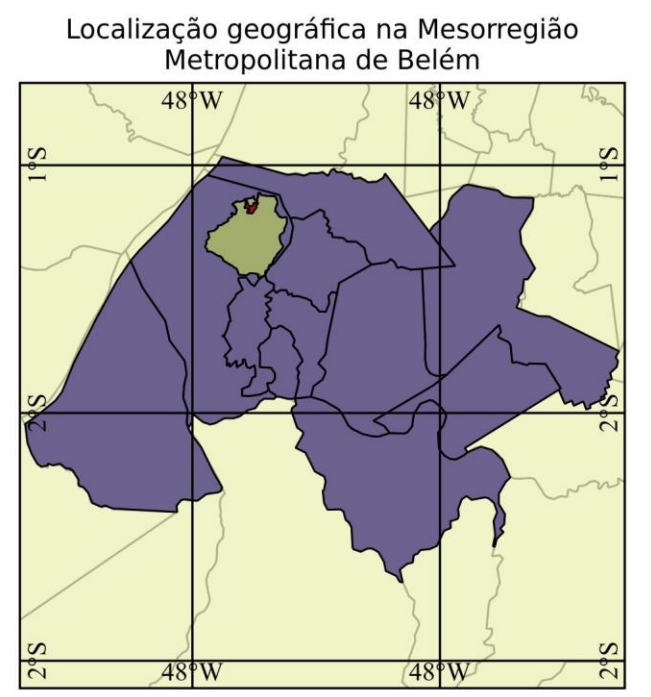
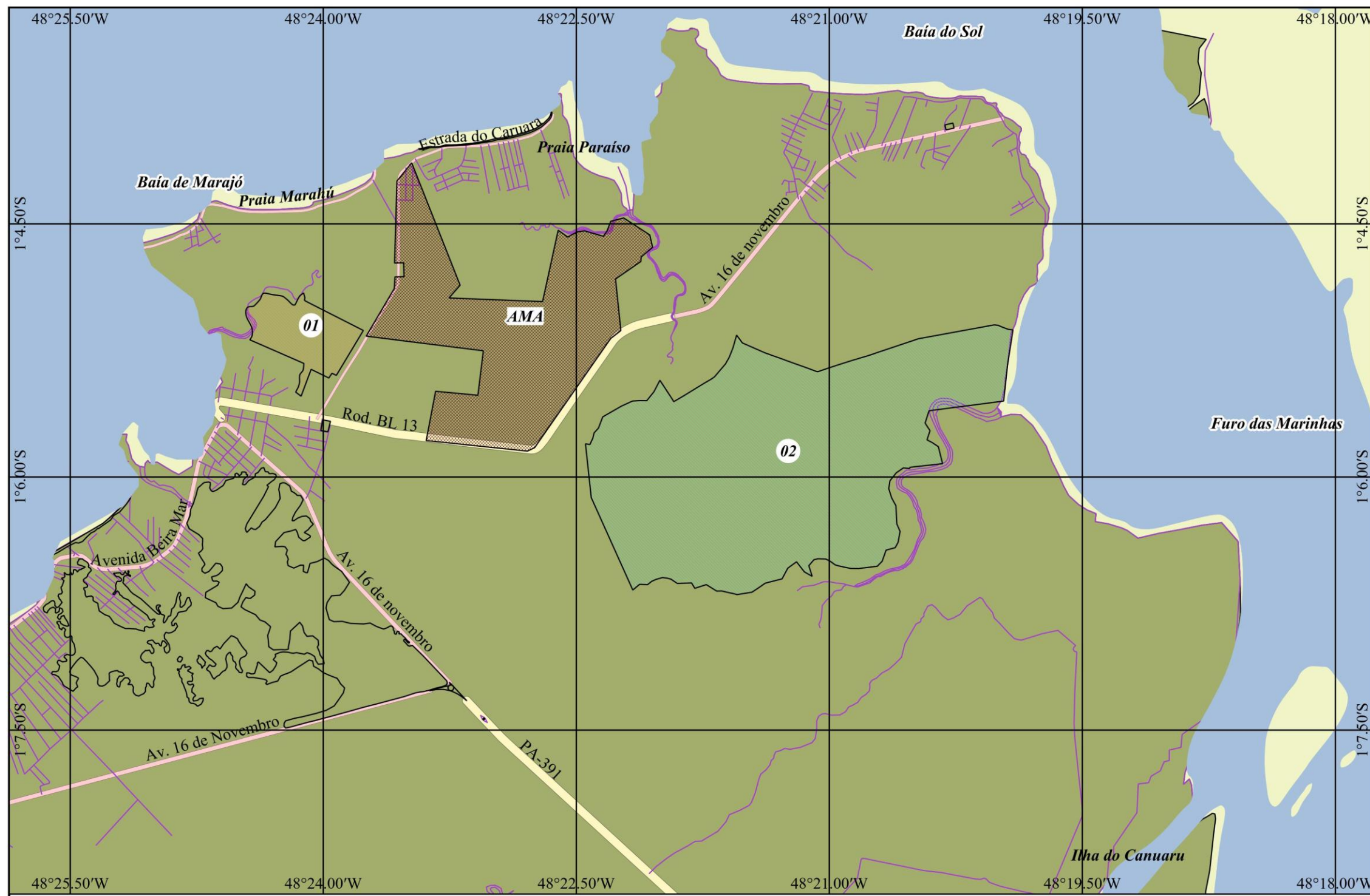
portando armas, cães e cavalos, o que fez com que muitas famílias desistissem de continuar lutando pela conquista da terra. Uma das ações, de parte da comunidade mosqueirense, a qual deixou claro que os Sem Terra não seriam bem-vindos naquele local, foi uma carta enviada ao Secretário de Segurança Pública, pouco mais de um mês após a ocupação da área da TABA, pelo presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Mosqueiro. Segundo Abe (2004, p. 97), “[...] alegando insegurança dos moradores e comerciantes, prejuízos sofridos pelo comércio e hotéis da ilha pela fuga dos banhistas e turistas das praias, pelo clima de tensão provocado pelos invasores [...]”, por esses motivos a carta solicitava que providências fossem tomadas para a reintegração de posse da área.

Apesar da repressão sofrida, através da Polícia Militar, e da pressão por setores da comunidade Mosqueirense, em 2001 as famílias organizadas pelo MST começam a alcançar seus objetivos na luta pela terra. A Fazenda TABA foi desapropriada para fins de Reforma Agrária, sendo criado o Projeto de Casulo de Assentamento (PCA)⁹ Mártires de Abril, pela Portaria do INCRA\SR01 N° 27 de 30 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 22 de novembro de 2001 (NUNES, 2014, p.8).

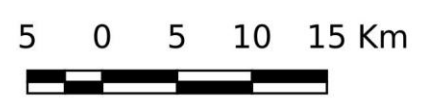
O número oficial de famílias do Assentamento Mártires de Abril cadastradas pelo INCRA em 2001 foi de 95 (noventa e cinco), porém, dados informados pelo Diagnóstico Rural Participativo (DRP)¹⁰ realizado em 2014, indicam que após o ano de 2005 esse número baixou para 76 (setenta e seis) famílias cadastradas/assentadas. Desse último número de famílias cadastradas, 21 (vinte e uma) desistiram de seus cadastrados, por diversos motivos, entre eles, a dificuldade de avançar no trabalho da produção. Atualmente somente 56 (cinquenta e seis) famílias que participaram desde o processo de ocupação vivem no Assentamento. Segundo Souza *et al* (2014, p. 20) “vivem no AMA cerca de 110 famílias, entre assentadas (com cadastro no INCRA) e agregadas (sem cadastro no INCRA)”, somam mais de 50 (cinquenta) o número de famílias agregadas. O Mapa abaixo, traz a localização do Assentamento, o qual fica situado na estrada do Caruara, que é via para as praias do Marahú e Paraíso, e rodovia BL 13, que é via para a praia Baía do Sol.

⁹O Projeto Casulo é uma modalidade descentralizada de reforma agrária, criada pelo INCRA, segundo as informações que constam no Roteiro para Criação de Projeto Casulo (2013), o mesmo foi criado por meio da portaria n° 311/1997 e atualizado pela portaria n° 740/2012 ambas do INCRA (INCRA 2013). O projeto tem por objetivo ser implementado em áreas disponíveis para a reforma agrária que estejam localizadas próximas aos centros urbanos, sendo conhecidas como áreas Peri urbanas. (Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/projetos-e-programas/roteiro-para-criacao-de-projeto-de-a-casulo/projeto_casulo_roteiro_08_05_2013.pdf).

¹⁰O Diagnóstico Rural participativo (DRP) foi organizado pelos discentes do curso de especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia – DAZ- do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – PPGAA/NCARD/UFPA.



Legenda	
Area Reconhecimento Belem	Convenções
(AMA) PCA Mártires de Abril	Rodovias
(01) PCA Elizabete Teixeira	Avenidas
(02) PA Paulo Fonteles	Estradas
Mosqueiro	Ruas
	Massa D'água



Mapa 4: LOCALIZAÇÃO DO PCA MÁRTIRES DE ABRIL NO DISTRITO MOSQUEIRO DE BELÉM/PA (2016)	
Elaboração: CRUZ ALVAREZ, LUIS A. (2016)	Sistema de Projeção: Projeção: latlong Datum: WGS 84 / EPSG: 4326
Escala: 1:50.000	Fonte: shapesfiles INCRA, LAIG/UFPa, MMA
Belém/PA 2016	Software: QGIS v-2.16.1; Licença GNU/GPL (1991)

Segundo Nunes (2014), após a conquista da terra o convênio foi feito entre INCRA e a Prefeitura de Belém, na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2005), até então filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com o PCA, ao INCRA caberia destinar os créditos às famílias assentadas, entre eles o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) e a Prefeitura caberia a responsabilidade de disponibilizar assistência técnica aos assentados, além de recurso para educação e saúde, o que foi viabilizado na gestão de Edmilson Rodrigues. A realidade atual do AMA é muito diferente em função do descaso da gestão pública que não cumpriu com o suporte em assistência técnica às famílias assentadas, o que resultou na dificuldade de dar continuidade aos projetos de produção.

O AMA neste ano de 2016, completou dezessete anos de existência, seu projeto embora sendo Casulo - o que o diferencia dos outros assentamentos em se tratando dos responsáveis institucionais, pois aí está o convênio com a Prefeitura - seguiu as mesmas linhas de organização dos outros assentamentos organizados pelo MST. De acordo com Bringel (2001), Abe (2004) e Nunes (2014), as famílias organizaram-se em núcleos de base (NB's), num total de 10 (dez), com um número de 05 (cinco) a 10 (dez) famílias em cada um. Cada núcleo era identificado por um nome dado por seus próprios integrantes, resultando numa mistura de nomes religiosos e aqueles que evocavam os sentidos de luta, característico do momento em que estavam vivendo.

Segundo Abe (2004, p. 144), os NB's do Assentamento Mártires de Abril denominavam-se: “Com Deus venceremos, mão de Jesus Cristo, Mártires de Abril, Nova Esperança, Liberdade da Terra, Os Quilombos do Mártires de Abril, Nova Vida; Aroma da Terra, Terra Santa e Estamos na Luta”. Cada Núcleo tinha uma representação de 02 (dois) coordenadores, um homem e uma mulher, desta maneira acreditava-se está exercitando a discussão de gênero, e incentivando a participação da mulher nos espaços de decisão política do assentamento. Assim como também eram tirados de cada núcleo os acampados que iam compor os setores de: educação, saúde, produção, formação, segurança e disciplina, desses setores também deveriam sair os coordenadores na mesma lógica da coordenação dos núcleos; os coordenadores de cada núcleo e dos setores formavam a coordenação geral do Assentamento. Como apresentado a seguir.

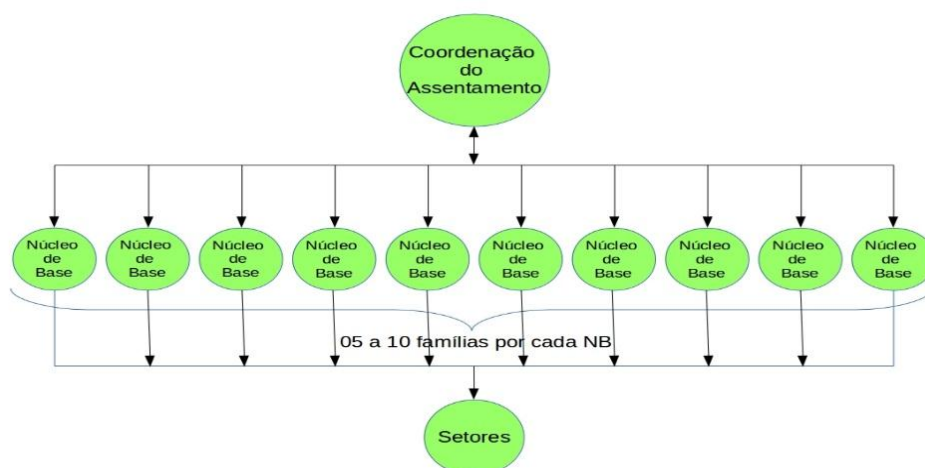


Gráfico 1 - Organização político social do AMA

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Elaboração: Cabral e Silva (2016)

Eram dos núcleos que vinham as propostas para as melhorias do assentamento, assim como os problemas de cada núcleo deveriam ser resolvidos dentro desse, caso não houvesse sua resolução, então o mesmo era levado à reunião da coordenação geral. Os núcleos também tinham a intencionalidade do estudo, onde a leitura era seguida por debates acerca da produção, educação, e todos os demais assuntos relevantes a organização do assentamento, além de que os trabalhos na terra também eram organizados por núcleos de famílias. Os NB's obedecem a estrutura organizativa do MST, que vai desde a base até o Congresso Nacional, como exposto no subitem 2.1.

Atualmente não existe mais os núcleos de família no Mártires de Abril, o trabalho que era organizado por núcleo, foi sendo organizado por família, pois cada família começou a produzir em seu próprio lote de produção, tendo o tempo para o trabalho coletivo diminuído. O trabalho coletivo na terra, mesmo que tenha funcionado apenas por um período, foi um instrumento de formação para as pessoas que não haviam tido essa experiência antes. Os NB's tinham o espaço destinado para cada família trabalhar a produção e o espaço para os projetos coletivos por núcleo, porém, com a inexperiência em gerenciá-los, os mesmos foram sendo perdidos, esses projetos poderiam ser alternativas para o trabalho dos jovens dentro do assentamento.

A dissolução dos núcleos neste assentamento nos levou a refletir de que a forma de organização do trabalho através dos núcleos de base nesses espaços deve ser adequada as realidades locais, pois ao ser empregada de uma só maneira em todos os estados onde o MST está presente, os resultados poderão não ter a mesma qualidade. Uma proposta poderia ser de ficar a critério de quem quisesse trabalhar coletivamente, fazê-lo por afinidade entre as

peessoas e projetos, dependendo dos resultados, poderiam incentivar ou não a totalidade do assentamento a se organizar coletivamente. Embora tenham feito a reflexão a respeito dos NB's, ainda não se fez possível a efetivação de outras formas de organização do trabalho coletivo nos assentamentos, em especial desta regional.

As casas do AMA foram construídas no ano de 2002 com recursos providos do INCRA, conhecidos como crédito instalação: modalidade de aquisição de materiais de construção, destinando 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por família. Decidido em reunião com os núcleos de base, o assentamento iria ser organizado em agrovila e lotes de produção¹¹. A agrovila seria o local onde ficariam as casas com seus quintais produtivos¹² e a infraestrutura como: escola, posto de saúde, associação, espaço de lazer como campo de futebol e os espaços que já estavam na fazenda composto por piscina e casarões, nas fotos abaixo podemos visualizar esses espaços coletivos.



Foto 3 - Piscina do AMA que já existia quando era fazenda TABA
Fonte: Cabral e Silva (2016)

A piscina que já existia quando fazenda TABA, é atualmente um dos únicos espaços recreativos no espaço do AMA, sendo utilizado também pelos moradores que vivem às proximidades do Assentamento, externo ao Mártires de Abril existem as praias que conformam a ilha de Mosqueiro, também utilizadas pelos assentados. Abaixo está uma das casas que já existia antes de ocuparem a fazenda. Sem recurso para manter essas estruturas, e tendo os assentados que destinar seu tempo ao trabalho na terra, aos poucos as estruturas foram sendo abandonadas.

¹¹Espaço destinados as famílias para a produção permanente, como frutíferas, e criação de animais de pequeno e grande porte, no AMA cada lote mede aproximadamente 8 hec. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2016).

¹²É um espaço de grande diversidade, de acesso fácil e cômodo, o qual se cultiva ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais e alimentares da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais e criações de animais domésticos de pequeno porte como: galinhas, patos e cachorros, reduzindo a dependência por produtos externos, tendo como sua principal função a complementação da dieta dos moradores. (SANTOS, et.al. 2013, p.101).



Foto 4 - Casa que já existia na fazenda TABA
Fonte: Cabral e Silva (2016)

Alguns desses espaços coletivos foram sendo esquecidos e até depredados por algumas pessoas da comunidade, como os casarões que até o ano de 2005 serviram como espaço para encontros e escolas de formação política do Movimento. Essas atitudes por partes de alguns assentados causa conflito ainda hoje no assentamento entre os que defendem esses espaços como patrimônio coletivo do assentamento e do MST, e por aqueles que em sua minoria, acreditam ter direitos individuais sobre esses espaços e por isso o depredam para ficar com os materiais de construção. Outro espaço, como o posto de saúde, funciona de maneira esporádica quando há presença de médico, este ano de 2016 funcionou até o mês de março.

Na agrovila como frisa Bringel (2001) foram abertas 07 (sete) ruas, 04 (quatro) horizontais e 3 (três) verticais e a elas foram dados nomes de alguns dos 19 (dezenove) trabalhadores rurais assassinados na curva do “S” em Eldorado dos Carajás como o nome do jovem Oziel Alves Pereira¹³, que ao ser assassinado tinha apenas 17 (dezesete) anos. Abaixo vê-se casas e rua da agrovila.

¹³Jovem de 17 anos que havia iniciado sua militância no MST/PA, era um dos acampados que marchavam pela desapropriação da fazenda macaxeira, ao ser detido pela polícia, a mesma o mandou gritar viva o MST, o mesmo gritou, neste momento o assassinaram. Oziel se transformou num exemplo de luta e resistência para a juventude Sem Terra.



Foto 5 - Casas e ruas da agrovila do AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA
Fonte: Cabral e Silva (2016)

Nesses 17 (dezessete) anos de AMA, a imagem do coqueiral da fazenda TABA foi modificando-se por uma outra arborizada, com diversas frutíferas, como: mangueiras, açaís, pupunheiras, plantas ornamentais e medicinais. Dos 10 (dez) núcleos formados, segundo Souza *et al* (2014), somente (02 dois) decidiram na época por construir suas casas nos lotes de produção, enquanto os demais fizeram moradia na agrovila. Com os passar dos anos muitas famílias migraram para seus lotes – pois, a dificuldade para continuar produzindo seus alimentos começou a aparecer - não havia segurança para deixar a produção sozinha, já que os lotes ficavam à beira das estradas. Como não havia mais crédito para construção das casas, algumas foram construídas de taipa e barro, e outros assentados decidiram por vender suas casas da agrovila para construí-las no espaço onde se trabalhava a produção. Por isso, é comum atualmente nos depararmos com pessoas estranhas ao processo de organização do assentamento, assim como existem aqueles que compraram casas na agrovila e se adaptaram à organização do AMA, também existem outros cujo único elo com o assentamento é a casa. Abaixo apresentamos a foto de uma casa num lote de produção.



Foto 6 - Casa construída no lote de produção, AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA
Fonte: Cabral e Silva (2016)

Os assentados que foram viver nos lotes disseram que esta foi uma decisão acertada, pois, morando diretamente nesses espaços facilitava e motivava o trabalho na produção de alimentos. Quanto a infraestrutura referente a energia elétrica e água, de acordo com Souza *et al* (2014, p. 20), “todo o assentamento tem energia elétrica, a água vem de poços (boca aberta ou artesianos) com utilização de bombas e caixas d'água”. Os próprios assentados fazem tratamento da água com hipoclorito, distribuído pela Agente Comunitária de Saúde¹⁴, responsável pelo acompanhamento do Mártires de Abril.

Ainda segundo Souza *et al* (2014), o destino do lixo doméstico é a coleta pública que é feita de maneira esporádica, antes era feita pelo menos duas vezes por semana. Durante os 08 (oito) dias em que ficamos hospedadas no assentamento para a realização da pesquisa de campo não presenciamos nenhuma coleta de lixo, e a ausência mais constante desse serviço básico, aliada a tradição da queima de lixo nos quintais, causa grandes problemas. Estivemos em campo no período de verão e pudemos constatar como a prática da queima causou prejuízos aos assentados, pois, a maioria teve a produção queimada quase em sua totalidade, o que causa desânimo aos trabalhadores, os quais sempre em época de verão perdem parte de sua plantação, tendo que recomeçar novamente. Abaixo, foto do depósito para lixo.



Foto 7 - Depósito para lixo localizado na agrovila, AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Cabral e Silva (2016)

A coleta de lixo das casas que ficavam localizadas nos lotes de produção à beira da estrada era feita regularmente, porém, como o carro coletor de lixo não entrava com frequência à vila, e este é o único depósito para lixo existente, isso se transformava numa desculpa para alguns assentados continuarem queimando o lixo produzido em suas residências. Outra constatação feita a partir da observação na pesquisa de campo, foi de que as

¹⁴A agente comunitária, que é assentada, fez o curso técnico em enfermagem, no estado do Maranhão pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em convênio com o MST no período de 2003 a 2005. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2016).

ruas da agrovila, até os dias atuais não receberam pavimentação, o que dificulta o acesso dos moradores, principalmente nos invernos amazônicos. As estradas Baía do Sol e Caruara, que nos levam as casas dos que vivem nos lotes, não apresentam segurança, pois são estreitas e sem sinalização, o que é um perigo, principalmente aos finais de semana e feriado quando aumenta o tráfego de carros às praias.

Além desses espaços de infraestrutura a escola para o MST é fundamental. Desde que ocuparam a fazenda TABA, e construíram o acampamento, o setor de educação organizou um espaço para dar aula às crianças, aos jovens e adultos, mesmo que esse processo ainda não fosse certificado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), pois, a escola é a primeira coisa que deve ser feita numa área ocupada pelo MST.

Ainda no governo de Edmílson Rodrigues, foi construído um espaço que funcionou no período de 2003 a 2010 voltado para a educação infantil com uma escola composta de: 01 (uma) sala de aula, 01 (uma) cozinha e 01 (um) banheiro, atendendo somente a educação infantil, as crianças a partir dos 07 (sete) anos tinham que estudar nas escolas fora do assentamento. A escola foi fechada na segunda gestão do Prefeito Duciomar Costa (2009-2012) do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), obrigando as famílias a matricularem seus filhos a partir dos 4 (quatro) anos nas escolas externas ao Mártires de Abril. A escola dentro do assentamento é fundamental para a organização dos Sem Terrinha¹⁵, pois, segundo Carla Lagoia, assentada no Mártires de abril, coordenadora do setor de educação do AMA e dirigente do Movimento Sem Terra, durante os anos em que existiu a escola de educação infantil foi possível organizar as crianças, atualmente, com os esforços para se reorganizar o setor de educação no assentamento, a partir das assentadas que fazem o curso de educação do campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNISFESSPA), retornaram, porém num processo mais lento, as atividades com os Sem Terrinhas do Mártires de Abril.

Estima-se que 80% das crianças em idade escolar que estudam na escola Madalena Travesso vêm do: Mártires de Abril, Elizabeth Teixeira¹⁶ e Paulo Fonteles¹⁷, esses assentamentos localizam-se na estrada do Caruara e Baía do Sol. A estimativa de crianças

¹⁵“Crianças Sem Terra, ou Sem Terrinha, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou anti-valores) que a sustentam”. (CALDART, 2001, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em: 16/08/2015).

¹⁶O Assentamento que homenageia Elizabeth Teixeira, trabalhadora rural e ex - militante das Ligas Camponesas no estado da Paraíba, foi criado em no ano de 2003 pelo MST (INFORMAÇÃO VERBAL, 2016).

¹⁷O Assentamento que homenageia o advogado e sindicalista brasileiro que defendeu as causas dos trabalhadores rurais no estado do Pará foi criado no ano de 2005. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2016).

dessas comunidades nessa escola, significa que existe público para que seja construída uma escola dentro de um desses assentamentos, assim como também tem público para que seja construída uma escola de ensino fundamental e médio, onde a mesma seja pautada através da educação do campo, no entanto, as crianças, jovens e adultos para estudar necessitam fazê-lo em uma escola fora do assentamento o que, de acordo com Costanzi (2009, p.186), vem “agravando ainda mais este quadro, pois os conteúdos trabalhados pelas escolas geralmente não têm relação com o meio onde eles moram, com o seu trabalho e com a sua cultura”. Uma das responsabilidades da prefeitura municipal de Belém no convênio com o INCRA era viabilizar infraestrutura para a educação dentro do assentamento.

Desde 2014, o setor de educação do assentamento vem tentando em articulação com a SEMEC formar 03 (três) turmas de educação de jovens e adultos (EJA), porém, ainda sem sucesso. O fato das escolas serem externas ao assentamento faz com que alguns jovens se sintam desestimulados a continuar o estudo, de acordo com os assentados do AMA ainda é possível encontrar analfabetos entre eles.

Ao lado da educação, a produção é um dos fatores mais importante dentro de um assentamento, já existiam na fazenda TABA 60 (sessenta) mil pés de coco, os quais durante muito tempo foi a única fonte de renda para as famílias do assentamento. O coco era coletado em mutirão e vendido para que se pudesse ter acesso aos alimentos para todos.

Por outro lado, dizem os assentados que o coqueiral afetou a produtividade da terra, e que seria necessário um longo trabalho de recuperação dessa, e essa recuperação necessita paciência e sacrifícios. Atualmente muitas famílias estão trabalhando com a produção orgânica, ou seja, sem o uso de agrotóxicos que é uma prática defendida pelo MST. Além do coco que continua sendo aproveitado para o consumo e para a venda, as atividades agrícolas de maior relevância são o açaí e cupuaçu, além da criação de pequenos animais como galinhas caipiras e peixes, aproveitando alguns açudes que já existiam na fazenda, e outros que foram construídos nos lotes de produção.

No Mártires de Abril a produção ainda é na sua maioria para o consumo da própria família, e o que excede é vendido na frente dos lotes que ficam à beira das estradas nos finais de semana, feriado e férias, para os banhistas que vem geralmente de Belém. Com os problemas existentes no assentamento a respeito da produção, como terra danificada pelo plantio intensivo de coco, falta de assistência técnica para apoiar no projeto de produção das famílias, muitos buscam outra alternativa de renda e sobrevivência, como por exemplo trabalhar nas casas que estão sendo construídas no assentamento através do Sindicato de

Trabalhadores Rurais (STR's), para os filhos dos assentados, e pessoas que não foram cadastradas pelo INCRA.

A presença do STR's no Mártires de Abril, deve-se à cisão política que ocorreu em 2005 no MST/PA, em especial na regional Cabana, quando por motivos éticos, alguns dirigentes foram expulsos do Movimento. Não satisfeitos com esta decisão os mesmos ingressaram em outros movimentos sociais do campo, voltando-se para os assentamentos e acampamentos dessa regional com o intuito de disputar as famílias organizadas pelo MST. Alguns assentados do AMA, mesmo não saindo do assentamento, decidiram juntar-se aos ex-dirigentes. Com o tempo, os militantes e assentados que se juntaram àqueles dirigentes foram se dispersando e ingressando em outras organizações, como o STR's, estando nesse até os dias atuais. Este episódio marcou a história do Movimento Sem Terra nesta região, até hoje, sentem-se os impactos nos assentamentos que foram construídos no período de 2000 a 2005.

O AMA possui a característica de estar localizado em uma área litorânea e turística, que recebe um fluxo constante - principalmente aos fins de semana - de turistas paraenses, de outros estados e países. É interessante destacar como foi modificando-se o turismo na Ilha de Mosqueiro e dois fatores foram importantes para isso: a construção da ponte sobre o Furo das Marinhas e o valor da passagem mais acessível, incluindo o uso da carteira de meia passagem estudantil. Outros fatores, como os apresentados por Costa *et al* (2013) sinalizam mudanças no turismo da ilha de Mosqueiro:

Nesse processo aparecem dois sentidos mais nítidos: a desterritorialização total e reterritorialização em outros destinos turísticos e a desterritorialização parcial e reterritorialização momentânea em outras partes da Ilha. No primeiro sentido, o processo constitui-se mais simples, pois os turistas acabam por colocar à venda seus imóveis e se direcionar, principalmente, às praias do município paraense de Salinópolis ou às praias de Fortaleza, no estado do Ceará. (p. 534)

Atualmente é comum a cena de casas fechadas, principalmente, as localizadas em frente as principais praias como Farol, chapéu virado. Como citado a cima, muitos veranistas mudaram seus destinos para as férias, passando a viajar para outros municípios e estados, e embora, alguns veranistas continuem a frequentar Mosqueiro, sua prática cotidiana estando na Ilha mudou, tomando o segundo sentido como citado acima. A mesma autora destaca que:

O processo configura-se com um grau de complexidade maior, dentro do qual vislumbram-se três estratégias de reterritorialização, todas com a manutenção das casas de veraneio na orla oeste: a primeira perpassa pelo uso das praias dessa orla pelos turistas de segunda residência somente durante o período de baixa estação, assim, ou as casas permanecem fechadas durante o mês de julho e os grandes feriados como Carnaval e Semana Santa, ou são alugadas. A segunda estratégia

vincula-se ao deslocamento dos segundos residentes das praias da orla oeste durante os finais de semanas em que o uso dessa orla é efetivado pelos fluxos excursionistas para praias mais afastadas, como as do Paraíso e do Maraú, no norte da Ilha. A terceira estratégia se caracteriza por um processo de relativa enclausura, marcado pela elevação dos muros das casas de veraneio. Nessa estratégia os turistas de segunda residência, durante os finais de semana, não fazem uso das praias e se recolhem ao espaço físico de suas propriedades que, em geral, possuem piscinas e áreas para prática de esporte. (p. 534).

Enquanto, alguns veranistas decidiram mudar seu destino para as férias, outros resolveram mudar somente de praias, buscando as mais distantes como Marahú e Paraíso. Com o aumento do número de veranistas nessas praias, a demanda por prestação de serviços aumentou, e como a implementação de projetos para o incentivo à produção não se tornou efetivo, em função da ausência da assistência técnica, muitas famílias assentadas procuraram trabalho fora do assentamento, em especial nas praias mais próximas a esse. Conforme Nunes (2014, p. 09) os “[...] assentados vendem seus produtos nos pequenos comércios e nas praias. Várias pessoas do AMA estão inseridas nos diversos trabalhos, principalmente nos restaurantes e barracas na praia”.

Essas informações são ratificadas pela pesquisa de Souza *et al* (2014, p.24), uma vez que, nas entrevistas realizadas entre 28 (vinte e oito) famílias, foram levantadas as seguintes fontes de renda: “[...] salário formal (setor público e privado), emprego temporário, prestação de serviços, comércio, aposentadoria, pensão, bolsa família, remessa de parentes, renda do lote e outras (aluguel, venda ambulante e outras vendas)”. As informações sobre os meios de sobrevivência dos assentados do Mártires de Abril não se diferem da situação vivida por muitos jovens filhos daqueles assentados, que já tenham constituído família ou não, a ausência de políticas públicas os atinge mais gravemente, pois, não são somente negligenciados pela falta de escola do campo no assentamento, falta-lhes projetos voltados para cultura, lazer e trabalho qualificado que busque priorizar o espaço do assentamento.

Para o Movimento Sem Terra a juventude tem o importante papel de dar continuidade aos assentamentos e ao próprio MST, por isso, a preocupação com a saída dos jovens do meio rural em consequência da precariedade das comunidades no que tange as necessidades básicas, sem falar em outras também importantes aos seres humanos. No entanto para pautar essas necessidades, fazia-se necessário uma organização da própria juventude no Movimento, que pudesse discutir as políticas públicas voltadas para esses sujeitos. Foi assim, que na segunda metade da década de 1990 a juventude e a sua participação no MST começa a ser pensada de forma mais evidente por este, pois, alguns acontecimentos passaram a influenciar na preocupação com esses sujeitos, à exemplo do Massacre de Eldorado dos

Carajás em 1996 e a marcha para Brasília em 1997¹⁸. Esses dois elementos deram mais visibilidade política para o movimento, e o MST passou a ter maior reconhecimento na sociedade, principalmente com os jovens estudantes urbanos, que começaram a buscar maior aproximação com o Movimento Sem Terra. Esse cenário foi forçando o MST a ir organizando espaços de formação política com a juventude, além dos cursos formais de nível médio, profissionalizantes e cursos de graduação.

Embora o Movimento Sem Terra desde seu nascimento tenha buscado envolver a juventude, a criação de um coletivo de juventude só acontecerá na Marcha Nacional¹⁹, no ano de 2005, onde participaram aproximadamente doze mil pessoas ligadas ao MST. Durante este evento foi realizada, segundo Martins (2009, p.82) “[...] a partir de uma iniciativa da própria juventude uma assembleia durante a marcha, que deliberou pela necessidade da constituição de um coletivo de jovens”. Segundo essa autora, nessa assembleia estava presentes quase sete mil jovens que traziam demandas as quais não se encontravam contempladas na educação formal e nem na formação política. Nesse evento surge a iniciativa de construir um coletivo nacional de juventude e, ainda, segundo Martins (2009, p. 82), foram propostos dois objetivos:

1) elaborar e sistematizar demandas e pautas relacionadas à juventude e 2) avançar na organicidade dar elementos para garantir a participação dos jovens - como jovens - na vida política do Movimento. Em relação ao segundo objetivo, embora os jovens estejam participando nos setores e nas coordenações nacionais e estaduais, quando se trata da direção dos assentamentos ficam alheios ao processo; além disso, possuem pouca autonomia para decidir o que desejam fazer.

No V Congresso Nacional do MST que ocorreu em junho de 2007 em Brasília, foi realizada a I Assembleia Nacional da Juventude, e constituído oficialmente o coletivo que atualmente está organizado em quase todos os estados em que o MST está presente. No estado do Pará a participação da juventude no coletivo é observada nas atividades realizadas pelo

¹⁸“Iniciada no dia 17 de fevereiro de 1997, partindo de três pontos do país, foi programada para alcançar Brasília no dia 17 de abril, primeiro aniversário do massacre de Eldorado de Carajás. Uma das colunas, com os integrantes dos estados do Sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 integrantes. Outra, com o pessoal de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia, partiu de Governador Valadares, em Minas Gerais, com 400 integrantes. A terceira coluna, com os militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partiu de Rondonópolis, em Mato Grosso, com 300 integrantes. O percurso de coluna foi de cerca de mil quilômetros. As três colunas contavam com acampados e assentados”. (MORISSAWA, 2001, p.158).

¹⁹Esta marcha foi realizada no ano de 2005, com o lema: Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o MST teve como objetivo dialogar com a sociedade acerca da necessidade e importância da reforma agrária, e também pressionar o governo Lula para atender as reivindicações dos trabalhadores como: o aumento do salário mínimo. A marcha saiu da capital Goiânia no dia 02 de maio e chegou à Brasília no dia 17 do mesmo mês, percorrendo 220 quilômetros, contou com a participação de 12 mil assentados dos 24 estados onde o MST está presente. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2015).

MST. Dentre essas atividades²⁰ podem ser citadas: o 1º Encontro de Jovens do Campo e da Cidade, em janeiro de 2015, durante o aniversário dos 180 anos da Revolta da Cabanagem, sediado na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), 10º Acampamento Estadual da Juventude e 1º Acampamento Nacional da Juventude "Oziel Alves" na Curva do S, em abril de 2016 no município de Eldorado dos Carajás - mesmo local onde deu-se o episódio do Massacre de Eldorado dos Carajás e Escolas de formação política. A participação dos jovens do AMA nas atividades organizadas pelo MST tem sido mais efetivas quando as mesmas são de curta duração. Quanto à participação de jovens nas coordenações de acampamentos e assentamentos está ainda se vê de forma muito tímida, quando não de maneira inexistente, o que é diferente na participação nos espaços de direção do movimento, como direção estadual e direção nacional, onde observa-se a ampla participação de jovens.

²⁰Ver fotos dessas atividades em Anexo.

3 JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/AMA, DISTRITO DE MOSQUEIRO - BELÉM/PA

O número de jovens identificados durante a visita às 35 (trinta e cinco) famílias foi de 33 (trinta e três), mas segundo informações da agente de saúde do assentamento o número total de jovens que vivem no AMA é de 68 (sessenta e oito), sendo 36 (trinta e seis) do sexo masculino e 32 (trinta e dois) do sexo feminino. Ainda segundo informações da agente de saúde, esse número oscila com frequência por ser comum os jovens saírem do assentamento para viver em Belém, após, o que sem alcançar o objetivo do emprego, retornam ao assentamento. Desses 33 (trinta e três) jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, foram identificados 22 (vinte e dois) que trabalhavam e 11 (onze) que não trabalhavam. Do total de jovens que trabalhavam foi selecionado 12 para a entrevista, sendo 05 (cinco) do sexo masculino, o equivalente a 41,67% e 07 (sete) do sexo feminino, o que corresponde a 58,33% do total de jovens selecionados. Com a finalidade de preservar a identidade, os entrevistados foram identificados por letras do alfabeto de A - M, excetuando-se a letra K. As entrevistas foram realizadas nas casas dos próprios jovens e também na casa das famílias e/ou de outros, quando o mesmo não possuía casa própria.

Jovens trabalhadores entrevistados	Casa da família na agrovila	Casa própria na agrovila e possui lote de produção	Casa própria na agrovila e não possui lote de produção	Casa da família no lote de produção	Casa de terceiros
A					
B					
C					
D					
E					
F					
G					
H					
I					
J					
L					
M					

Quadro 3 - Local de moradia dos jovens trabalhadores entrevistados do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

A partir da definição da amostra da pesquisa organizamos os jovens trabalhadores em 04 (quatro) grupos de diferentes atividades para ter uma visão mais ampla da relação da juventude com o trabalho. Os grupos foram selecionados em função dos seguintes critérios:

jovens que trabalhavam somente fora do assentamento; jovens que trabalhavam somente dentro do assentamento, em lote próprio, da família, ou no quintal produtivo; jovens que trabalhavam dentro e fora do assentamento; Jovens que trabalhavam dentro do assentamento em atividade agrícola ou não. Uma das dificuldades na pesquisa foi a de encontrar jovens que trabalhassem somente no próprio lote de produção ou de sua família. Os assentados, indicaram-nos 02 (duas) famílias onde viviam jovens que trabalhavam somente no seu lote de produção, sendo que uma dessas famílias vivia ao lado da casa em que estávamos hospedados, e por isso acreditávamos que a entrevista com esses jovens seria possível de ser realizada. Entretanto, mesmo estando em companhia do assentado que nos hospedava, a entrevista foi negada pelos responsáveis da família, alegando que as jovens residentes nessa casa somente estudavam. Dessa maneira, tivemos que focalizar o grupo dos jovens que trabalhavam somente no seu lote de produção ou de sua família, em uma única residência.

Jovens Trabalhadores	Jovens que trabalhavam somente dentro do AMA.	Jovens que trabalhavam somente fora do AMA.	Jovens que trabalhavam dentro e fora do AMA.	Jovens que trabalhavam dentro do AMA em atividade agrícola e não agrícola.
A				
B				
C				
D				
E				
F				
G				
H				
I				
J				
L				
M				

Quadro 4 - Jovens entrevistados do Assentamento Mártires de Abril, Belém/PA, por grupo de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

3.1 PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL, DISTRITO DE MOSQUEIRO - BELÉM/PA

Neste tópico é apresentada a identificação dos jovens trabalhadores que vivem no Assentamento Mártires de Abril selecionados para a pesquisa. Várias informações nos chamaram atenção no perfil desses jovens como, por exemplo, a condição de estado civil e faixa etária. Observamos que obedecendo a mesma faixa etária, a porcentagem de mulheres jovens casadas é superior aos homens jovens, e que somente 02 (dois) dos entrevistados, um

homem e uma mulher, estavam na condição de solteiros e sem filhos. O quadro abaixo apresenta o perfil dos jovens trabalhadores entrevistados, com dados sobre faixa etária, sexo, estado civil, nº de filhos, escolaridade e profissão.

Jovens	Faixa etária	Sexo	Estado civil	Nº de filhos	Profissão	Escolaridade
A	16	M	Solteiro	0	Estudante/Ajudante de Pedreiro/Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
B	23	M	Casado	2	Ajudante de pedreiro/Diarista	Ensino Fundamental Incompleto
C	25	M	Casado	1	Vigilante/Agricultor	Ensino Médio Completo
D	26	M	Solteiro	1	Motorista	Ensino Fundamental Completo
E	29	M	Casado		Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
F	19	F	Casada	1	Doméstica/Garçonete/Agricultora	Ensino Fundamental Incompleto
G	19	F	Casada	2	Agricultora/Doméstica	Ensino Médio Incompleto
H	20	F	Solteira	0	Agricultora	Ensino Médio Incompleto
I	24	F	Casada	2	Estudante/Garçonete	Ensino Médio Completo
J	26	F	Casada	6	Doméstica/Garçonete	Ensino Fundamental Completo
L	29	F	Divorciada	4	Doméstica/Agricultora/ Ajudante de cozinha	Ensino Médio Incompleto
M	29	F	Casada	4	Doméstica/Estudante/Garçonete	Ensino Superior Incompleto

Quadro 5 - Identificação dos jovens trabalhadores entrevistados do AMA, Distrito de Mosqueiro/PA

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Saber em que período de suas vidas os jovens chegaram ao assentamento Mártires de Abril, foi importante para refletirmos sobre o perfil desses, desta maneira nos foi respondido que 67% o que equivale a 8 (oito) jovens trabalhadores chegaram a esse assentamento ainda na infância, 17% correspondente a 02(dois) chegaram na adolescência, 8% o que corresponde a 01 (um) já era jovem quando chegou ao AMA e 8% 01 (um) jovem trabalhador nasceu no assentamento, como exposto no gráfico a seguir:

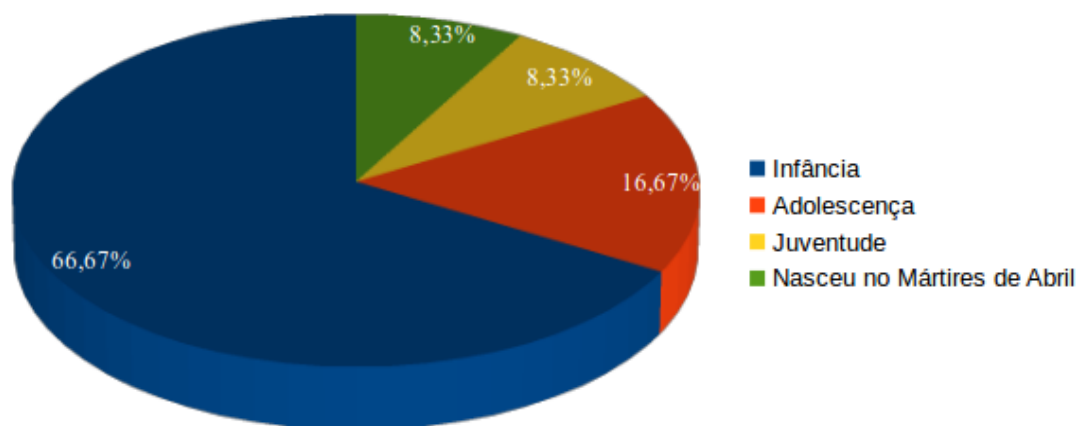


Gráfico 2 - Etapa da vida em que os jovens entrevistados chegaram ao AMA, Distrito de Mosqueiro – Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

O fato de terem chegado criança e ainda quando era acampamento, neste caso 08 (oito) dos jovens entrevistados o que corresponde a 67%, os ajudou a terem pertença ao local de vivência, o que contribui para que muitos ainda queiram continuar vivendo no assentamento, mesmo não querendo ser exclusivamente agricultores, como dizem Carneiro (2005) e Castro (2009).

Fazendo uma relação do trabalho exercido pelos jovens com a escolaridade dos mesmos, observamos que as mulheres mesmo enfrentando a dupla e, em alguns casos, tripla jornada de trabalho, aqui caracterizada pelo trabalho doméstico, trabalho fora do assentamento, e na maioria dos casos o trabalho no lote de produção ou no quintal produtivo, foram as que mais avançaram em seus estudos, como no caso das jovens “G”, “L” e “M”, que apesar da extensa jornada de trabalho, estão cursando ensino médio ou superior. No entanto, mesmo observando esta diferença na escolaridade entre homens e mulheres, constatamos que das 07 (sete) jovens entrevistadas, somente 03 (três) delas estavam estudando e trabalhando no momento da pesquisa. Somente 01 (uma) das jovens entrevistadas cursa o ensino superior²¹, no curso de Educação do Campo pelo Programa de Educação do

²¹A jovem em questão além de cursar o ensino superior no curso de Educação do Campo no município de Marabá, dentro da Pedagogia da Alternância, também trabalhava num restaurante quando de nossa pesquisa. Posteriormente tivemos conhecimento de que a mesma se desligou do emprego no restaurante para dedicar-se apenas aos estudos e que, posteriormente, voltou a exercer uma atividade remunerada, como diarista em Belém, para garantir o sustento. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2016).

Campo/PROCAMPO²² sob a responsabilidade da Universidade Federal do Sul e Sudeste do estado do Pará (UNIFESSPA).

O fato de essas jovens terem tido filhos, fez com que muitas delas tivessem seus estudos interrompidos, e uma das consequências é que, com uma escolarização concluída tardiamente ou na maioria das vezes inacabada, o mercado de trabalho para essas jovens termina sendo afetado, ficando estas reféns dos trabalhos que não exigem qualificação, a exemplo de diaristas e garçonetes, e quanto aos estudos, terminam tendo seus rendimentos comprometidos.

Observa-se assim que 50% dos jovens trabalhadores entrevistados, o que corresponde a 06 (seis) entrevistados, possuem ensino fundamental, completo e incompleto, destacando-se ainda que 33% deles ainda não conseguiram concluir o ensino fundamental. Para Frigotto (2004) nessa faixa etária os jovens deveriam estar cursando o ensino médio e, principalmente o ensino superior, embora, de acordo com o autor, os jovens que pertencem à classe trabalhadora, tenham sua vida adulta antecipada no que tange às responsabilidades de sobrevivência. Ainda para Frigotto (2004) as características ligadas às condições de trabalho e às oportunidades de uma educação de qualidade e até mesmo o grau de escolaridade desses jovens estão ligados à sua classe social. Corroborando as reflexões do autor observou-se que a juventude do Assentamento Mártires de Abril, como já demonstrado acima, está fora da relação série/idade²³ no que se refere ao ensino fundamental, e que, quando perguntados se estavam estudando, 08 (oito) dos 12 (doze) jovens entrevistados responderam que não, expressando as causas da interrupção do mesmo:

Não, porque eu arranjei família, tive que trabalhar, aí eu até tentei a noite, só que era muito cansativo para mim. (Jovem “D”).

Parei faz três anos. Por causa das minhas filhas, tive que trabalhar! Aí não deu para estudar. (Jovem “B”).

Não, porque tenho que trabalhar e cuidar dos meus filhos. (Jovem “J”).

²²Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais. O objetivo do Programa é apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. (NASCIMENTO, 2009, p. 193).

²³De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (1996), a Educação Básica vai dos 07 aos 14 anos de idade. (MEC, 2009, p. 12).

Sim, tô fazendo o curso de técnico em enfermagem, mas eu já fiquei uns anos sem estudar. Primeiro foi quando a gente veio para cá, aí eu fiquei um ano sem estudar, depois eu casei, aí eu fiquei um ano ou dois porque foi no meio do ano, aí eu deixei o estudo devido isso, aí depois eu parei de novo porque eu engravidei. (Jovem “I”).

Observou-se nas falas desses jovens que entre os motivos que os levaram a interrupção dos estudos, destacou-se, no caso dos jovens do sexo feminino, a gravidez e a necessidade de trabalho. No caso dessas jovens a gravidez se apresenta como obstáculo para a continuidade dos estudos, porque elas não têm com quem deixar os filhos para poderem estudar e trabalhar, tendo como única opção, abandonar os estudos para criar os filhos e ainda com algum sacrifício trabalhar aos finais de semana, como veremos na análise dos dados sobre as formas e condições de trabalho dos jovens trabalhadores.

Esta realidade dos jovens entrevistados do AMA contrasta com o que Waiselfisz (2007) diz de uma transição juvenil para a vida adulta, já que apesar de haver mudanças, o mesmo diz existir uma linearidade nessa transição, que vai desde terminar os estudos até formar um lar. No entanto Pais (2005) discorda dessa forma linear dos jovens chegarem a etapa adulta, dizendo que esse processo é marcado por indefinições, hora o jovem poderá estar estudando, em outro momento terá que deixar de estudar para trabalhar, ou formando família e divorciando-se. Essa relação com o que expõe Pais (2005) envolve também os jovens trabalhadores do sexo masculino que informaram ter encontrado dificuldades para manter-se nos estudos por terem que trabalhar para dar o sustento aos seus filhos e esposa, alguns jovens do sexo masculino constituíram família por algum tempo, porém divorciaram-se e regressaram para a casa dos seus pais.

Mesmo apresentando as dificuldades enfrentadas para trabalhar e/ou cuidar dos filhos, observou-se que os jovens entrevistados do AMA também pensam o estudo como uma saída para melhorar suas condições de vida, permanecendo ou não no trabalho agrícola. Essa crença no estudo, na capacitação profissional, vai ao encontro do que Malagodi e Marques (2007) colocam como uma das estratégias para que os jovens rurais consigam sua reprodução social. Isso fica claro nas palavras dos jovens trabalhadores quando perguntados se pretendiam voltar a estudar:

Pretendo, inclusive eu já me matriculei para estudar a noite. Eu sei que vai ser cansativo, né! Mas quando a pessoa quer uma melhoria na vida tem que correr atrás dos estudos né! (Jovem “D”).

Hoje eu não estou estudando, mas assim, tenho esse anseio de voltar a estudar, de fazer um curso superior. (Jovem “C”).

Sim, quero terminar meu ano, e fazer uma faculdade. (Jovem “H”).

Pretendo, quero fazer uma faculdade, que mexa na terra, solo. (Jovem “L”).

O gráfico abaixo demonstrou o interesse dos jovens em ter uma profissão que exija o ensino médio e/ou superior, dos 17% que disseram não, 01 (uma) jovem disse não querer ter um tipo de profissão com tais exigências porque nunca pensou nisso. Está jovem vive junto à sua mãe num lote de produção, porém, diz não ter estímulos para o trabalho agrícola, e também, como já dito por essa, não pensa atualmente em se profissionalizar.

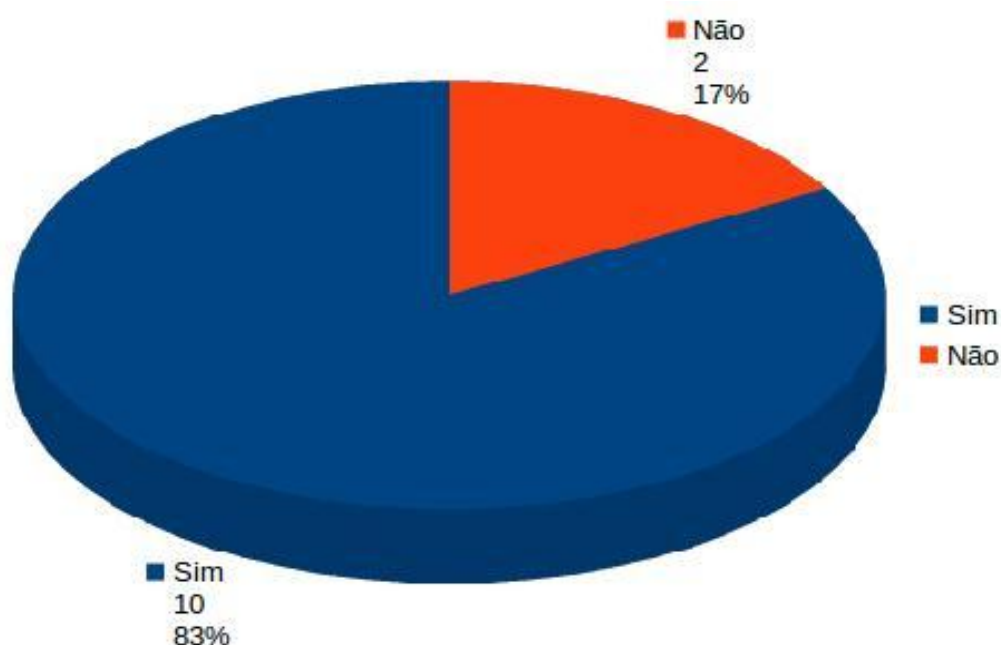


Gráfico 3 - Interesse dos jovens trabalhadores entrevistados em profissões que exigem ensino médio e/ou superior. AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O gráfico abaixo nos mostra as profissões de interesse citadas pelos jovens trabalhadores do AMA. Chamou-nos atenção o fato de somente 02 (dois) dos jovens terem expressado seu desejo de tornarem-se um profissional voltado para a área agrícola, e mais ainda à uma agricultura que priorizasse o não uso de insumos químicos. Esse jovem diz que o contato com o trabalho na terra no assentamento, fez com que aguçasse seu interesse pela agronomia, aí observamos a importância do trabalho sem agrotóxicos que vem sendo desenvolvido no AMA por algumas famílias assentadas. No entanto, os demais jovens disseram almejar profissões mais liberais, apesar de alguns mencionarem o desejo de manter-se no assentamento após a conquista profissional.

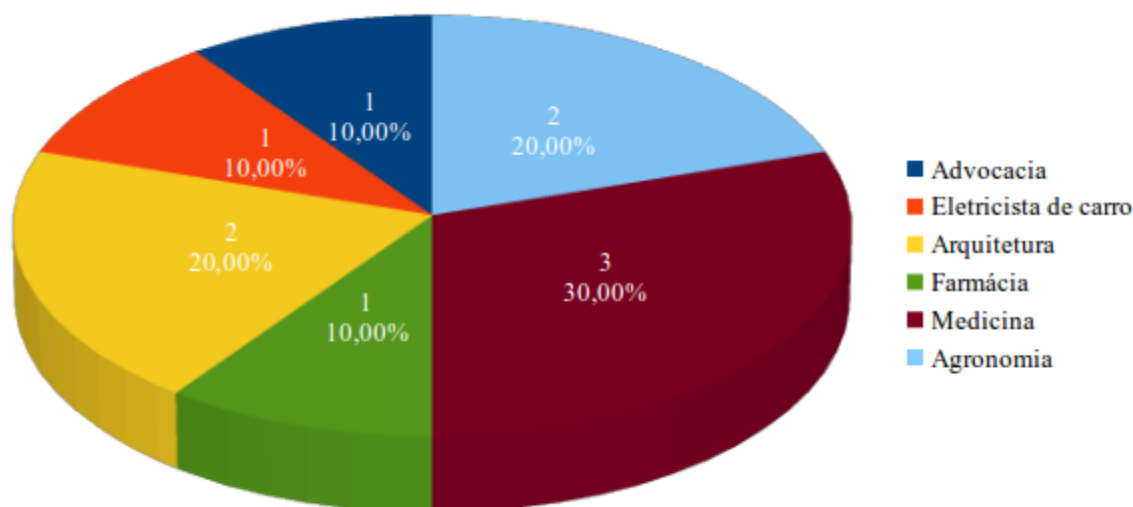


Gráfico 4 - Profissões citadas pelos jovens trabalhadores entrevistados que exigem ensino médio e/ou superior. AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Nas falas seguintes, vê-se expresso o interesse pelas diversas profissões:

Rapaz, tem uma profissão que eu gosto de fazer, que é uma coisa que não tem aqui em Mosqueiro, que é eletricista de carro, que aqui não tem, é difícil a gente encontrar um técnico bom mesmo. (Jovem “D”).

Tenho sim, bom na verdade eu já tenho um bom conhecimento em farmácia, eu queria ser farmacêutica. (Jovem “F”).

Eu queria ser médica, mas como surgiu a oportunidade de ser técnica eu peguei logo, porque é melhor a gente começar de baixo, a gente apreende mais. Mas eu ainda quero ser médica. (Jovem “I”).

Na verdade, eu acho muito bom o trabalho de técnico, mexe com solo, ultimamente onde eu morava a gente fazia muito adubo orgânico, sobre fertilizantes, então eu acho muito interessante essa área, eu acho que é agronomia, eu achei muito bom o trabalho com a terra, com a planta, sem nenhum pingo de agrotóxico. (Jovem “L”).

Quando perguntado se eles pretendiam viver fora do assentamento ao estarem atuando nessas profissões, a resposta foi que não seria necessário, pois com a distância de Mosqueiro até a cidade de Belém, seria possível a mobilidade diária, como expressa nessa fala:

“Quero ser arquiteto, mas quero continuar morando aqui, dá para ir trabalhar e voltar para cá todo dia, eu não preciso ir embora”. (Jovem “A”).

O depoimento desse jovem, assim como os demais que disseram querer ter uma profissão mais sem a necessidade de abandonar seu local de moradia e de vivência, nos leva ao que diz Carneiro (2007) quando constata que os jovens no atual contexto brasileiro, para ficar na comunidade rural, não precisam e nem querem deixar de valorizar os bens de consumo oferecidos mais facilmente nas cidades. E que viver no campo já não significa ter sua vida condicionada a profissão de agricultor, o que estes jovens querem ter no meio rural é uma educação de qualidade que lhes dê acesso a oportunidades de trabalho, a tecnologia, informação e outros bens necessários à vida humana, que lhes dê oportunidades de escolhas profissionais, podendo ser advoga/agricultor, advogado ou somente agricultor, mas é preciso assegurar esse direito à juventude que vive no meio rural.

Para o jovem acima, mesmo tendo a oportunidade de sair do assentamento ele prefere não o fazer, pois, para esse o lugar onde vive tem a tranquilidade que não se encontra na cidade, essa ideia vai ao encontro do que diz Assunção (2016), para quem, a decisão de ficar ou sair do meio rural deve ser uma escolha do jovem, e não algo fatídico. A autora vai mais além, ao dizer que o fato de ser agricultor não pode se tornar uma limitação para ninguém, além de que a profissão de agricultor não deve ser vista como algo independente da educação, para Assunção ao se verem limitados ao acesso aos bens básicos como: educação, cultura, informação, esses jovens também se veem limitados no seu desenvolvimento. No entanto, mesmo compartilhando da ideia do autor e da fala do jovem A, nos questionamos até que ponto esses jovens com suas futuras profissões conseguiriam trabalhar também na agricultura, e não a ter somente como um entretenimento, pois, como enfatiza Brumer, Pandolfo e Coradini (2005) para que o trabalho agrícola tenha continuidade, é necessário que os filhos dos agricultores também queiram continuar esse trabalho.

Outro fator importante que encontramos relacionado às futuras atuações profissionais dos jovens é a preocupação em dar um retorno a comunidade e ao movimento ao qual pertencem, como descrito abaixo:

Hoje eu sonho com várias profissões assim, né! É tem essa questão de defender os trabalhadores, que é uma questão que está no sangue do povo Sem Terra, daquela juventude, desde criança aqui na organização, tenho aquela questão de defender o povo, e o direito é muito forte assim em mim né! Eu sonho ainda né, em me formar em direito, e essa é uma profissão, eu não me afastaria do assentamento, taria não só no assentamento, mas também na organização contribuindo. (Jovem "C").

O jovem acima, destacou durante a entrevista, ter chegado ao Mártires de Abril após os primeiros dias da Ocupação à essa fazenda, e que a partir desse momento começou a

participar das atividades desenvolvidas para os Sem Terrinhas. O fato de ter vivido no AMA desde o início do acampamento e ter presenciado e sido vítima dos despejos violentos feitos pela polícia militar do estado, mas também participado das lutas de resistência para que o acampamento fosse efetivado enquanto assentamento de reforma agrária, fez com que fosse desenvolvido nesses jovens a solidariedade e o cuidado com a classe trabalhadora. A preocupação em defender o “povo” como ele mesmo fala, faz parte do que o Movimento chama de identidade, que vai sendo construída no processo de resistência e luta pela terra. Quando as crianças acompanham esse processo fazendo parte dele o resultado é esse que vemos na fala do jovem “C”.

Atualmente, nesse assentamento, a preocupação começa a ser com as crianças que chegaram ou nasceram anos depois dos assentados terem enfrentado o processo violento e difícil para conquistar a terra. Segundo uma das coordenadoras do setor de educação do MST, dirigente e moradora do Mártires de Abril, a aposta agora deve ser feita nas crianças, inseri-las ao processo de “organização e luta por direitos” para que vão construindo a identidade Sem Terra, o amor ao trabalho agrícola, assim como a defesa da educação do campo, preparando-os para que possam compreender e defender seus espaços de vivência, sem negar-lhes o acesso à escolha de outras profissões.

Mesmo apresentando todas as dificuldades em infraestrutura de uma ocupação do MST, a educação sempre foi uma prioridade para esse movimento, e isso pode ser observado nos depoimentos deixados abaixo. A educação para o MST é uma prioridade, mesmo que se apresentem dificuldades para manter uma escola com infraestrutura adequada para o ensino, as mesmas estarão sempre presente nas ocupações, no entanto, nos assentamentos nem sempre é possível manter em funcionamento uma escola do campo.

Bom, quando eu vim para cá eu fiquei um tempo sem estudar, a gente se mudamos, quando chega aqui a gente para de estudar mesmo. Mas como até o velho barbudo diz (referência a Paulo Freire) aqui por mais que não tenha uma escola, aquela escola, com teto e parede, foi uma das escolas mais importante que eu já passei na minha vida, que foi a escola itinerante Paulo Freire, que tinha aqui dentro do acampamento naquele período, só não era uma escola regularizada, que dava um certificado, mas era uma escola que a gente, acreditou que não só eu, que nesse tempo a gente era adolescente, mas como todos os outros colegas que a gente tem, que passou por essa escola que apreendeu que tenha um pouco de compreensão de mundo, foi a partir dessa escola itinerante Paulo Freire que se tinha aqui no acampamento, e outra, logo depois que precisava ter um certificado, foi preciso a gente ir pra escola da comunidade vizinha, alguns passaram a ir pra cá pro sucuri, e nós fomos pra cá pro Abelardo. (Jovem “C”).

Aqui quando eu era criança eu estudei na escolinha lá do assentamento (referência a agrovila). (Jovem “H”)

A fala do Jovem “C” nos faz refletir sobre a concepção de educação que vem desenvolvendo o MST, onde o ser humano e a construção de uma consciência crítica são seus princípios, pois, como diz Dalmagro (2010), a educação para o MST tem o objetivo de formar para transformar a sociedade em que vivemos. Por isso, é interessante observar que mesmo não sendo uma escola com a infraestrutura adequada, essa lhes dava a compressão de mundo, onde se fazia a relação da luta pela terra, com a necessidade de educar.

Ao retornarmos ao quadro sobre a escolaridade dos jovens entrevistados do AMA nos faz questionar sobre as reais condições que os mesmos têm de realizar seus sonhos profissionais, quando a inexistência de uma escola dentro do assentamento os faz ter mais dificuldades e menos estímulo para continuar a estudar, agravando esta realidade, Costanzi (2009) dirá que geralmente o conteúdo trabalhado pelas escolas externas não tem relação com a cultura das comunidades rurais e assentamentos, o que ao invés de contribuir para que os jovens permaneçam no meio rural, poderá ter o efeito contrário.

O nível de escolaridade atual dos jovens entrevistados do AMA poderia nos levar a concluir que em relação à educação formal a vinda para o assentamento se caracterizou de maneira negativa aos jovens, seus familiares, e, por conseguinte ao MST, levando em consideração que 08 (oito) deles estavam com os estudos paralisados, porém, ao refletirmos sobre a realidade em que viviam esses jovens antes de virem para o assentamento, o aspecto de negatividade toma outros rumos na interpretação da realidade vivida por esses. As falas que seguem nos indicaram que a ida dos jovens para o assentamento lhes ajudou a não entrar para o mundo do crime, embora, esse caminho seja tido como natural quando se tem como referência a juventude da classe trabalhadora que vive nos bairros periféricos deste país.

Era porque eu tava nessa fase da adolescência, e a vida na periferia era complicada, tinha oportunidade pra eu entrar no mundo do crime, se eu não tivesse vindo pra cá, hoje eu era um bandido, não seria um pai de família. (Jovem E).

O meu irmão já tava entrando no mundo do crime, então essa foi uma opção pra tirar ele de lá. (Jovem “M”).

Abaixo destacamos onde residiam os jovens antes de morarem no assentamento, observa-se que 50% viviam entre os bairros periféricos de Belém e Castanhal, locais onde se concentrou o trabalho de base.

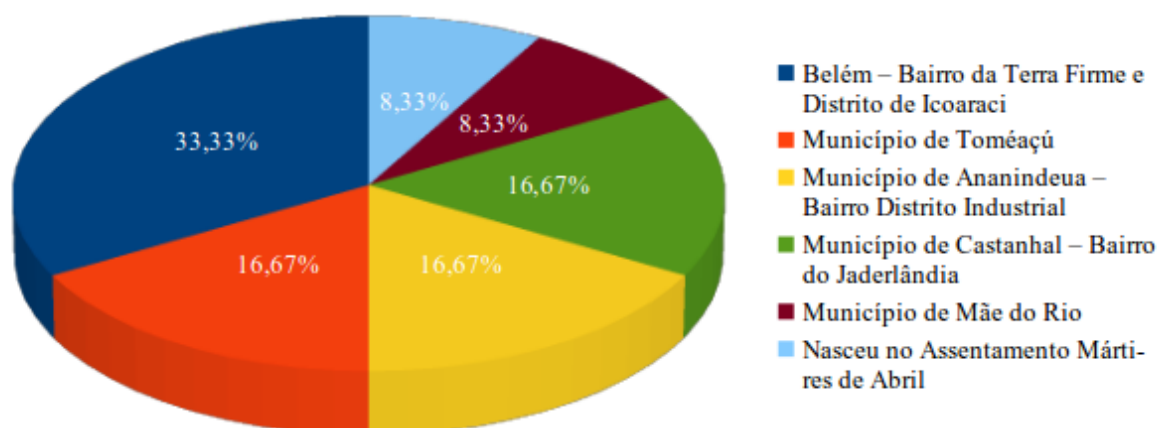


Gráfico 5 - Local de moradia dos jovens entrevistados antes de virem para o AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

A ida para o assentamento representava uma solução para a família desses jovens, que na época eram crianças ou já estavam entrando na adolescência, como eles mesmos diziam a vida nas periferias da cidade poderia representar a entrada para o mundo do crime, não que o mundo rural esteja isento dessa realidade social, pois sabemos que os assentamentos não são e nem podem converter-se em ilhas, apartadas dos problemas presentes no sistema capitalista. As falas dos jovens acima ratificaram que a ida para o assentamento lhes ajudou a não entrar para a criminalidade.

As razões que levaram as famílias a irem para o AMA são diversas, como está que se vê abaixo:

Eu penso, que é o seguinte, é perspectiva mesmo né, que não se tinha lá, não tinha uma perspectiva de vida, tinha uma casa própria né, mas não era uma casa de sonho mesmo. A mamãe e o papai, são filhos de agricultores, então a vida toda deles foi essa relação com a terra, e lá não se tinha isso, é a terra era muito caro lá para comprar para trabalhar, rapaz, eu me lembro benzinho que o papai trabalhava em meia com outras pessoas, e isso ele não gostava, ele gostava de ter o seu pedacinho de terra para trabalhar mesmo, né. Isso faz com que se venha para cá para o acampamento, ter o seu pedaço de terra para trabalhar, para sustentar os filhos, dá uma qualidade de vida mesmo né. Para ter perspectiva de vida mesmo, de fato né! Para ter um horizonte né! A gente sair daquele meio que a gente vivia, para um outro, onde é tudo diferente, é de forma coletiva, lá onde a gente morava era daquela forma mesmo individual, se tu tens tu sobrevives, se tu não tens tu não sobrevives. E quando a gente vem para cá não, era tudo de forma coletiva. (Jovem “C”).

A fala do jovem “C” nos leva à uma das razões da existência do Movimento Sem Terra, que é fazer com que os agricultores novamente possam conquistar o direito à terra para viver e trabalhar. Também vemos nessa fala, a admiração pela forma coletiva de se organizar o acampamento, o trabalho é coletivo, a comida é coletiva, as respostas aos problemas também se fazem de maneira coletiva. No entanto ao tornar-se assentamento, os lotes para o trabalho foram individualizados por família, as buscas às soluções para os problemas coletivos passaram a ser de interesse de poucos, percebeu-se que a coletividade ainda não havia criado raízes fortes, porém deve-se recordar que o chamamento para conquistar a terra, não se dá através da discussão sobre o trabalho coletivo, e sim através da possibilidade de se ter terra e crédito para produzir. A proposta de trabalho coletivo é do MST e nem sempre é possível ser colocada em prática, porém, mesmo com deficiências no trabalho coletivo, no AMA pode-se observar a diferença de comportamento comunitário em relação à vida na cidade.

Outras razões pelas quais as famílias desses jovens foram para o assentamento foi a busca de liberdade e melhores condições para se viver, como citada nestas entrevistas:

Eu não sei dizer, eu acho que foi a liberdade, né! Que onde a gente morava, num tinha liberdade, era tudo trancado, né! Era cidade, num tinha gente brincando na rua. (Jovem “D”).

A necessidade que a gente tinha, porque a gente não tinha casa própria, morava em terreno de invasão, e a gente era seis crianças, e os adultos que era meu tio, e a minha tia. Mas a gente não tinha lugar próprio para morar, e por ser muito perigoso, no meio de bandidos, tudo tinha morte, tráfico, e aí eu acho que a partir dessa necessidade prometeram que a gente ia ganhar um lote, uma casa, ia ter um lugar onde as crianças iam brincar, aí minha vó se animou e veio conhecer. (Jovem “L”).

Ah melhora de vida, né! Porque ela trabalhava como vendedora de bombons, coco lá na praça de Belém, ela veio pra cá. (Jovem “H”).

Essas falas vão ao encontro do que diz Castro (2009), para quem o meio rural o qual sempre esteve relacionado ao atraso, como um lugar estático, atualmente começa a ser valorizado como lugar para se viver com tranquilidade, e mesmo com os problemas sociais também presentes no meio rural, ainda há um contraste em relação ao espaço urbana. Ter a terra para trabalhar e construir sua casa, para essas famílias significou a oportunidade de construir uma nova vida. No caso da Jovem “H”, sua mãe que trabalhava como vendedora de bombons nas praças de Belém, hoje não permite que a jovem e seus irmãos exerçam os trabalhos que a ilha oferece, tais como: garçoneiro e diarista.

Outra informação importante para sabermos como está sendo construída a identidade desses jovens é saber como está localizado o AMA, no Projeto Casulo ele é identificado como

um assentamento Peri urbano e exatamente por isso foi enquadrado nesse tipo de projeto. Perguntamos aos jovens como estava localizado o AMA segundo a percepção dos mesmos, de acordo com o gráfico abaixo 07 (sete) acreditavam estar localizado na área urbana, 02 (dois) disseram estar na área rural e 03 responderam que se localiza numa área Peri urbana, chamada por alguns jovens de semiurbana.

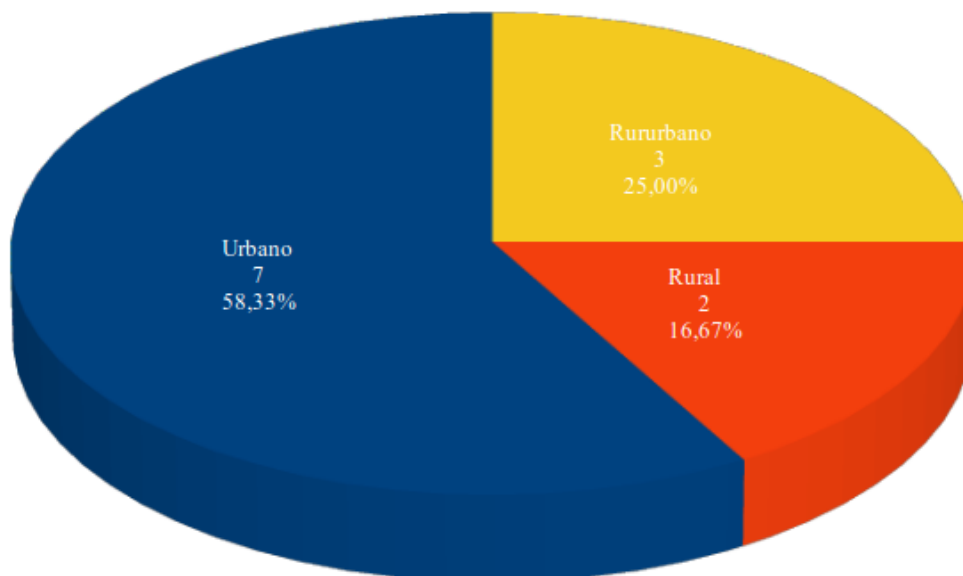


Gráfico 6 - Área de localização do Assentamento segundo os jovens trabalhadores entrevistados do AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA
Fonte: **Pesquisa de Campo (2016)**

As falas dos jovens para que possamos analisar sobre a localização deste assentamento, e como isso tem influenciado em sua identidade:

Eu acho que mais urbana do que rural, pela facilidade, ser mais próximo de Belém, né! Ser mais próximo, acho que mesmo dessa área urbana, mesmo, porque aonde eu tava morando ultimamente era dezesseis quilômetros para a cidade, então, tinha muita dificuldade de ônibus, hospitais. Essa questão de violência contra mulher, a gente não tem a facilidade de ir na delegacia fazer aquela denúncia, a gente não tem, e as pessoas acabam se acomodando quando é mais longe, né! Então por isso eu acredito que é mais zona urbana mesmo, é mais próximo. (Jovem “L”).

Mais na urbana, né! Porque aqui é na beira da pista, passa carro. Mas estando aqui dentro, pra mim é mais rural, porque é calmo, tem plantação. (Jovem “A”).

Na área urbana, porque a maioria diz assim, né! Como não é muito afastado da pista, tem praia, essas coisas, parece mais urbano. Um amigo meu veio aqui e disse que tava procurando e não tava achando, porque tudo era assim, urbano, e não parecia rural, porque tinha muita gente, e era perto de pista, e os outros acampamentos que ele foi era tudo lá pra dentro, mas ele não mora aqui, porque eu sinto que é rural. (Jovem “H”).

Quando relacionam o assentamento onde vivem com a localidade onde esse encontra-se situado, neste caso o Distrito de Mosqueiro, a maior parte dos jovens como já mencionamos acima, acreditam está o Mártires de Abril localizado em área urbana. A fala da Jovem “L” de que este é um espaço urbano, por ter tudo próximo, hospital, ônibus e outros; assim como a jovem “H”, a qual faz o relato dizendo que seu amigo foi até sua casa, mas não estava encontrando o assentamento, embora o mesmo já estivesse dentro deste, pois, havia muita gente vivendo próximo, perto da pista, é confirmado por Wanderley (2004), para quem o rural é definido como lugar disperso, as casas são longe uma das outras, e os bens de serviço, são concentrados na cidade. Se levarmos em consideração as falas dessas jovens e o que diz Wanderley, poderemos dizer que este assentamento está em uma área urbana, pois, de fato existe uma facilidade maior para chegar a esses bens de serviço, os quais tem sua acessibilidade dificultada há quem vive no meio rural. Também existe uma grande parte dos jovens como mostrado no gráfico acima que acreditam estar vivendo em uma área Peri urbana:

Pra mim, o AMA tá localizado, ele fica nesse meio, né! Que inclusive tá até no projeto casulo, é semi urbano, se a gente for perceber tamo muito próximo da cidade, da capital, mais que tem essa relação do ser camponês, mas eu acho que a palavra certa é semi urbano, né! (Jovem “C”).

Bom, uma parte é rural e outra já é urbana, porque tá “metá metá” aqui vamos supor, pra mim é isso rural e urbano ao mesmo tempo. Mas meu sentimento é de que eu tô no campo. (Jovem “F”).

Essas duas falas descrevem a confusão de não saber exatamente onde está localizado o assentamento, de descrever esse espaço como metade, ou seja, metade urbano e metade rural ou simplesmente tudo ao mesmo tempo, como dirá Silva (1997), atualmente faz-se mais difícil delimitar esses dois espaços. Para esse autor, isso não é fundamental, pois as atividades econômicas antes delimitadas no espaço urbano e espaço rural, agora estão presentes em ambos os espaços. Por outro lado, para Stropasolas (2002), a rurbanização tem por consequência o fim do rural, já que o modo de vida desse meio terminaria sendo abolida, dando lugar ao modo de vida urbano.

Esse pensamento de Stropasolas (2002) é confirmado por Wanderley (2000), para quem, esse processo de continuidade só fará com que haja uma hegemonização de um espaço sobre o outro, nesse caso a tendência é que o urbano suprima a realidade rural, inclusive na sua cultura. No caso do assentamento Mártires de Abril, observou-se que por ser considerado

um assentamento Peri urbano, não havia um esforço das instituições responsáveis por construir nesse local a infraestrutura necessária aos assentamentos de reforma agrária. E ainda existem os jovens que veem o assentamento como localizado em uma área unicamente rural:

Na área rural, porque pra mim, aqui num chega a ser uma cidade, eu acho que é rural. Sinto que vivo no campo, é tranquilo, eu gosto de morar aqui, por causa do sossego. (Jovem “J”).

Eu acho que é rural, devido à pouca urbanização, pouca gente, terrenos bem grandes, que dá pra fazer projetos rurais agrônomos, alguma coisa assim desse tipo. E também tem uma diferença bem grande daqui pra Belém, de civilização, de lugar, de aconchego, de calma. (Jovem “I”).

Como podemos perceber nos relatos dos jovens, não há um consenso em relação a localização do Mártires de Abril, para alguns o assentamento está localizado na área urbana, para outras é uma área semiurbana, e ainda existem aqueles que o vem como essencialmente rural. Na verdade, o fato de estar dentro de Mosqueiro, pode sim, causar confusão no entendimento dos que vivem no assentamento, mesmo que no projeto do assentamento este esteja caracterizado como assentamento Peri urbano. No entanto ao ser perguntado qual o sentimento que tinham como moradores em relação a natureza do assentamento, independente de como está caracterizado no Projeto Casulo, ou da posição geográfica em relação a localização, os jovens foram unânimes em dizer que vivendo no AMA o sentem como área rural, quer pela tranquilidade, segurança, ou pelo trabalho das famílias assentadas na agricultura. E como diz Wanderley (2004), o novo discurso de rural como sendo um lugar para se viver, para trabalhar na terra, ou outras formas de trabalho contrastam com o rural atrasado, onde a única solução é ir para a cidade, durante os 08 (oito) dias que passamos no assentamento durante o trabalho de campo, podemos dizer que o sentimento foi de estar dentro de um assentamento rural, pelas relações de comunidade, relação com a terra, que foi sendo despertada ou criada durante esses dezessete anos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/AMA NO DISTRITO DE MOSQUEIRO, BELÉM/PA

O assentamento Mártires de Abril é uma área destinada para fins da reforma agrária, ou seja, um dos seus principais objetivos é, no primeiro momento, o de fazer a terra tornar-se produtiva e dela poder colher os frutos para alimentar a família, por conseguinte, atender o

mercado local. Nas falas dos jovens entrevistados vê-se que esses exercem várias formas de trabalho, dentro e fora do assentamento, por isso tornou-se importante conhecermos um pouco da origem desses jovens, a partir de seus familiares, de onde vieram e qual a relação com o trabalho na agricultura. Os relatos a seguir apresentam a relação dos jovens e de suas famílias com o trabalho na agricultura antes de virem para o Mártires de Abril:

Sim, os meus pais são goianos, meu pai sempre sobreviveu de roça mesmo em Goiás, depois ele veio pra marabá, e em marabá ele sobreviveu só nessa questão de roça, trabalhou também com gado, mais assim nunca era uma terra própria dele, era tudo em meia que chamam, né! Ele faz o roçado, a metade é dele, a metade é do dono da terra, mas sempre ele teve essa relação com a terra mesmo. A mamãe também, eles se casaram, viveram treze anos, e a mamãe acabava ajudando também, criava muito porco, galinha, então sempre tiveram essa relação com a terra. (Jovem “C”).

Minha mãe já, ela foi criada na roça, sendo que a terra que ela trabalhou nunca foi dela, né!. Tipo, era uma terra emprestada, ela trabalhava e o que ela fazia era dividido com o dono da terra, né!. Pra ela e pro dono, trabalhava de meia na terra da pessoa, desde de criança, tanto que a minha mãe é analfabeta, ela não teve tempo de estudar, só pro trabalho. O meu pai ele veio do maranhão, lá ele trabalhava no garimpo, e a família dele era agricultora, ele trabalhava com eles quando ele era criança, quando ele ficou adulto ele foi trabalhar no garimpo. Eu não tinha nenhum contato com a terra, a gente trabalhava na cidade mesmo, antes de vim pra cá. (Jovem “M”).

A origem agrícola de muitas famílias que hoje formam o MST permitiu-nos refletir sobre a relação do movimento com a luta pelo direito à terra que se deu no passado, a exemplo das Ligas Camponesas da metade do século XX, onde muitos agricultores se organizaram nas associações que faziam parte das Ligas, que segundo Mançano (2000), eram trabalhadores sem-terra, que foram obrigados a pagar para plantar nas terras de terceiros e por isso sentiram a necessidade de organizarem-se para lutar pela terra para produzir.

As falas acima mostram-nos as condições em que viviam e ainda vivem muitos trabalhadores rurais, onde o fato de não ter estudado para poder trabalhar ainda é realidade no meio rural brasileiro, isso é demonstrado através dos dados do IBGE (2010), quando informa que 21,7% da população brasileira na idade de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos não estavam frequentando a escola. Mesmo esse número tendo diminuído em comparação ao Censo do ano 2000, quando nessa mesma faixa etária o número de quem não frequentava a escola era de 34,0%, o espaço rural ainda é marcado pelo analfabetismo ou desistência escolar, em decorrência do pouco incentivo à educação, principalmente à educação do campo.

De acordo com a porcentagem levantada nas entrevistas da pesquisa de campo, 66,67% dos entrevistados disseram que seus familiares já tiveram contato com o trabalho na

agricultura algum dia e 33,33% disseram que seus pais nunca haviam trabalhado na terra, que exerciam trabalho na cidade. Esses dados confirmam o que Bringel (2001) nos relata sobre a ocupação da fazenda TABA, ao dizer que a decisão do MST de aproximar-se das capitais significava dar oportunidades a essas pessoas de voltarem as suas origens do trabalho na terra. Dessa vez o sentido era inverso, agora era o êxodo urbano, neste caso para ocupar um latifúndio que ficava localizado num espaço da cidade, mas era a volta à terra. Ir para a ocupação também significava uma saída para as pessoas que viviam nas periferias urbanas, que já tiveram ou não contato com a terra, de mudarem a situação precária em que viviam nas cidades com pagamentos de alugueis, muitas vezes sem terem emprego fixo e salário digno.

Nenhum dos jovens entrevistados havia tido contato com o trabalho agrícola antes de vir para o assentamento, pois, ao nascerem, seus familiares já não viviam mais no meio rural, esse já estavam vivendo em cidades como Belém e Castanhal, geralmente nas periferias. Os jovens disseram só ter tido contato com o trabalho na terra ao chegarem ao Mártires de Abril. Muitos dos que chegaram ao assentamento ainda criança começaram desfrutando do trabalho coletivo na terra. Ao se tornar assentamento cada família foi alocada em um lote de produção e passado 17 (dezesete) anos as crianças tornaram-se jovens, muitos constituíram famílias, outros não, mas necessitavam do trabalho para sua sobrevivência. Perguntamos a esses jovens se os mesmos trabalhavam num lote de produção.

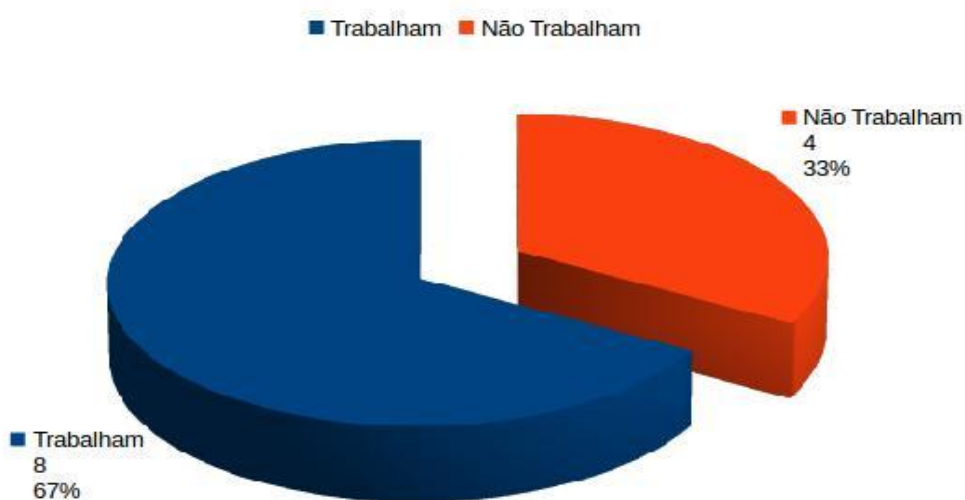


Gráfico 7 - Jovens entrevistados que trabalham no lote de produção do AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Como demonstrado 67% dos jovens entrevistados trabalhavam na atividade agrícola, porém, ao longo das entrevistas nos foi apresentada a frequência na qual esse trabalho era desenvolvido, o que é demonstrado através dos dados no gráfico a seguir:

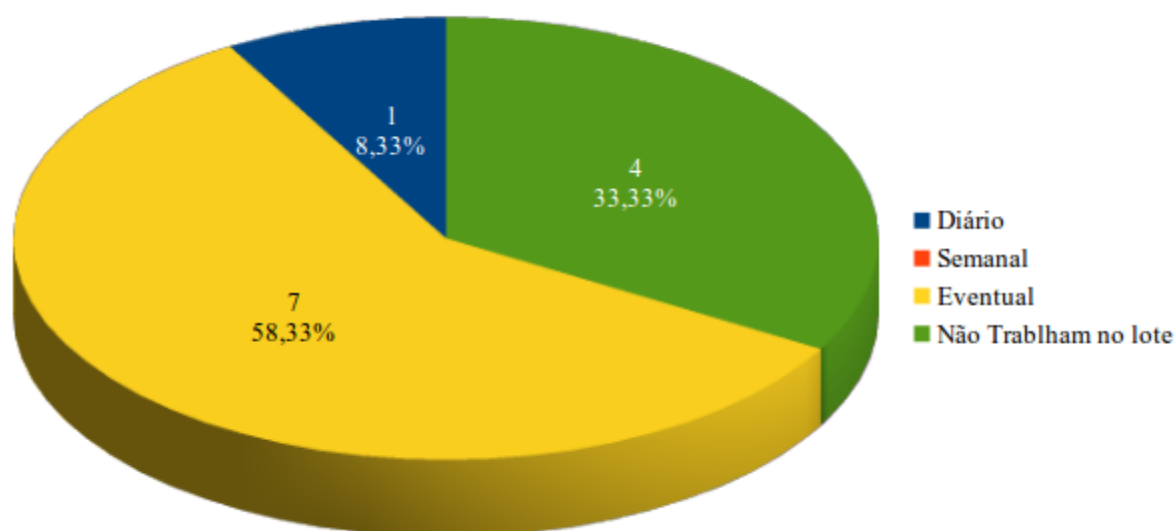


Gráfico 8 - Frequência de trabalho dos jovens entrevistados nos lotes de produção, no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Como representado no gráfico, 01 (um) jovem trabalhava diariamente com a atividade agrícola, e 07 (sete) jovens trabalhavam de forma eventual, como as próprias falas abaixo enfatizam:

Tem um período que a gente faz assim, todo dia vamos pro lote, a gente pega a família toda e vamos pro lote, mas assim, tem outro período que a gente faz eventualmente mesmo, né! Que é um período que a gente planeja mutirões com outros companheiros e assim vamos trabalhando, mas a gente trabalha bem pouco no lote, e é muito por período mesmo, quando eu tenho tempo, tenho folga, a gente aproveita pra ir pro lote, que a intenção nossa é ir mesmo pro lote, porque aqui na vila é 20x30, aí não tem condições de criar porco, não tem condições de criar muita galinha. A nossa intenção de ir pro lote pra fazer criação, e poder ir tendo condições de se manter e ir se saindo do emprego mesmo, né! E tentar sobreviver mesmo da terra. (Jovem “C”).

É só de vez em quando, quando a gente tem que plantar, limpar. (Jovem “A”).

As falas desses jovens que trabalhavam nos próprios lotes ou da família, e nos quintais produtivos no caso daqueles que não possuem lotes, demonstravam uma identificação com o trabalho na terra. O jovem “C” vai mais além, e disse querer criar condições para viver

e trabalhar em seu lote, e assim poder deixar o emprego da escola para trabalhar somente na terra, porém, depender economicamente de maneira exclusiva do lote de produção não é fácil, principalmente quando se está começando o trabalho agrícola, pois, é necessário que se tenha uma renda para sua reprodução social, o que não é possível de imediato quando se trabalha de maneira autônoma na agricultura. O quadro a seguir demonstra quanto recebiam os jovens que trabalhavam na agricultura dentro do assentamento.

Remuneração Financeira	Jovens que trabalhavam na agricultura
Até ½ salário mínimo	05 (cinco) o que correspondia a 63%.
Até 1 salário mínimo	Nenhum dos jovens
Até 3 salários mínimos	Nenhum dos jovens
Não tem remuneração financeira	03 (três) o que corresponde a 30%

Quadro 6 - Remuneração financeira dos jovens que trabalhavam nos lotes no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

As falas nos dão a dimensão dos números expostos no quadro a cima:

Não trabalho num lote, sou extrativista, só trabalho extraindo fruto da terra, da comercializar e pra sobreviver, é disso que eu vivo, não é ainda da minha produção, mais é extraindo aí dos lotes, da mata, do mangal. Eu acho que mensal eu consigo uns 200 reais, aí minha mulher recebe bolsa família. Aí eu tenho que fazer uns bicos, é difícil, faço um numa semana, passa quinze dias faço outro (não quis dizer o tipo de bico), aí tem ajuda do meu sogro, aí a gente vai levando. Agora se a gente fosse viver só do solo da terra aqui seria difícil, porque os que pegaram projeto aqui num conseguiram se manter, imagina quem não pegou! Agora eu tenho um projeto que eu quero fazer no futuro que é um projeto de reciclagem de garrafa *pet*, aí eu pego as garrafas na rua, transformo em produtos reciclados e volto pro mercado. (Jovem “E”).

Não, ainda não tem. A nossa produção que a gente tem no lote é uma produção muito reduzida, é uma produção só pro nosso consumo e pra gente dividir com outras pessoas, com outros companheiros, mais assim, se sustentar mesmo do lote ainda não. A gente sonha, um dia se sustentar do lote, mais ainda tem muitas barreiras, como a própria política pública que é escassa, que não chega no assentamento, mais a gente vamos desenvolvendo isso na marra. (Jovem “C”).

Como vimos na fala do Jovem “E”, era necessário que o mesmo reunisse várias rendas para poder dar o sustento à sua família, o jovem mencionou com clareza que não conseguia sobreviver atualmente só do “solo da terra”. Quando indagado qual tipo de “bico” ele fazia, o mesmo não quis mencionar. No período em que passamos no assentamento realizando as entrevistas, pude constatar que aos finais de tarde o jovem “E” vendia nas ruas próximas ao assentamento o que coletava no assentamento, geralmente, mudas de coqueiro e

coco verde. É válido recordar que esse jovem é o mesmo que relatou que se ainda estivesse na periferia, provavelmente seria um “bandido”.

Na outra fala, temos o caso do jovem “C”, o mesmo que disse um dia querer viver somente do trabalho agrícola, porém, ele afirma ainda não ter nenhum retorno financeiro desse trabalho, sua produção até o momento é para auto sustento e compartilhar com amigos. Esse jovem mencionou a falta de apoio a projetos para melhorar a produção, o que ele relatou estar desenvolvendo na “marra”, ou seja, sem apoio nenhum do Estado atualmente, Costa (2011) alega que é de responsabilidade do governo criar política de crédito pra custeio, porém no caso do AMA existem mais dificuldades para ter acesso a esses créditos, pois, desde 2013 o convênio não é renovado com o INCRA, a autora diz que é preciso ir além, e pensar o investimento em sua totalidade, criando as condições para que os jovens permaneçam no meio rural, assim, é fundamental investir nas agroindústrias, que ajudaria a solucionar em boa parte a saída dos jovens atrás de emprego. Havia também os jovens que trabalhavam nos lotes de seus familiares, como a jovem “L” que disse não ser remunerada financeiramente, o que lhe davam eram alimentos retirados do próprio trabalho agrícola.

Outros jovens disseram receber eventualmente um apoio financeiro pelo trabalho no lote da família, pois, o que produziam era primeiramente para o autoconsumo e o que vendiam tinham duas finalidades: a compra de artigos de subsistência para a casa e o apoio financeiro a esse jovem.

Minha mãe passa alguma coisa pra mim, agora porque, ela não sabia muito administrar isso daí, aí agora que a gente tá começando de novo a fazer as leiras de alface, essas coisas assim! Quando tem alface, cheiro verde, eu sai avisando o pessoal que vou vender, aí vende é muito, consigo tirar até 50 reais numa venda, as vezes tenho que tirar desse dinheiro pra comprar alguma coisa pra casa. (Jovem “H”).

Num tem assim, um dinheiro certo, minha mãe dá quanto ela pode, porque a gente também tem que comprar as coisas pra dentro de casa. (Jovem “G”).
À minha mãe dá alguma coisa pra mim, uns cinquenta reais quando ela vende verdura, porque o dinheiro é pra comprar as coisas pra casa. (Jovem “A”).

Encontramos também o jovem “B”, o qual disse que ainda não trabalhava no lote de sua família porque o mesmo ficava muito longe da agrovila, e como ainda não foi possível construir a moradia no lote, não tinham como fazer plantio nesse local, pois, precisariam manter diariamente esse trabalho. Seus pais são urbanos, não haviam tido contato com o trabalho agrícola, seu pai é pedreiro e continua exercendo a profissão, sua mãe é doméstica. O jovem dentro do assentamento trabalhava de diárias em outros lotes, as quais tem o valor de

40 (quarenta) reais, o mesmo não soube mensurar quanto recebia mensalmente por não ser um trabalho fixo, como o mesmo diz, “as vezes faço um bico, e passo 15 (quinze) dias para fazer outro”.

Como observado no gráfico 7, onde foi demonstrado a relação do jovem com o trabalho na terra, 08 (oito) jovens trabalhadores entrevistados trabalhavam no lote, e 04 (quatro) dos jovens entrevistados não estavam trabalhando no lote de produção familiar. A baixo vemos a quem pertenciam os lotes nos quais estes 08 (oito) jovens trabalhavam, vê-se que 04 (quatro) desses jovens trabalhavam nos lotes dos pais, 02 (dois) jovens trabalhavam nos lotes de outros assentados e 2 (dois) trabalhavam no próprio lote. Na amostra dos jovens que trabalhavam nos outros lotes, encontramos o jovem “B” que vivia com sua família na agrovila e trabalhava em outros lotes de assentados mediante pagamento de diária.

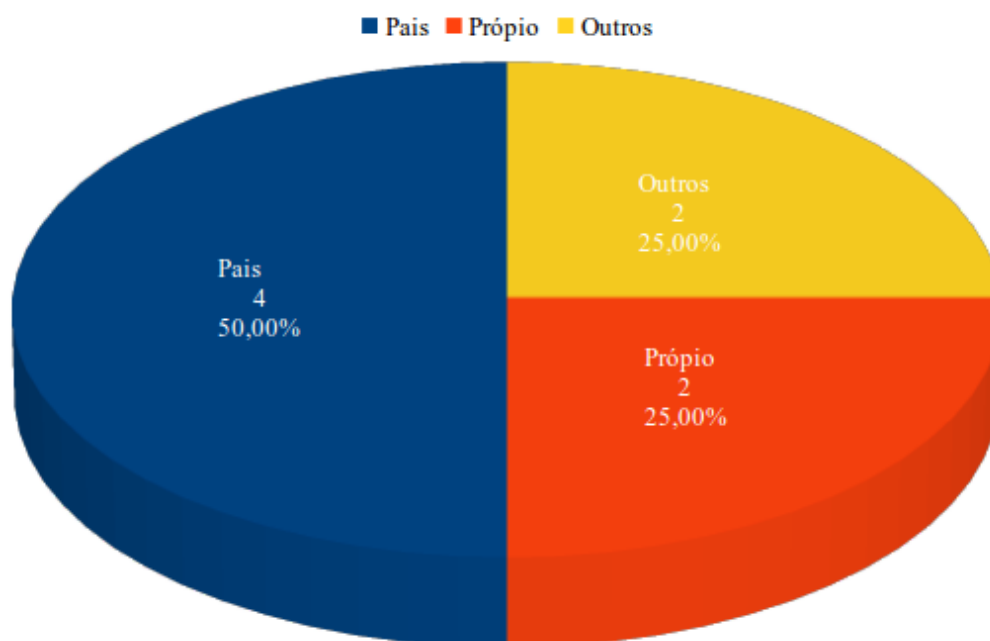


Gráfico 9 - Procedência dos lotes de produção nos quais os jovens entrevistados trabalhavam, AMA, Distrito de Mosqueiro – Belém/PA
Fonte: Pesquisa de campo (2016)

No caso dos lotes que pertenciam aos pais, existiam aqueles jovens que se auto intitulavam, mas também eram intitulados ajudantes, esses casos eram muito comuns às mulheres, isso é confirmado por Rambo *et al* (2007), ao dizer que o patriarcado que ainda se faz presente em nossa sociedade estabelece uma relação de obediência nas famílias, apresentando-se mais fortemente nas famílias rurais, onde o chefe distribui as tarefas e às mulheres e jovens são dados os títulos de ajudantes. Na pesquisa foi recorrente escutar das

mulheres que trabalhavam nos lotes, que as mesmas não o faziam, apenas ajudavam seus pais ou esposo.

Outra situação que observamos nas falas dos jovens trabalhadores relacionado à produção foi à ausência de assistência técnica para apoiá-los em seus projetos produtivos:

Não, a única produção que a gente tem lá, é permanente, que é açaí, cupuaçu. A gente teve nossos projetos, mas por falta de assistência técnica e de experiência nossa mesma, né! Não deu certo, aí acabou tudo, e a gente ficou só com a dívida. (Jovem “M”).

Quando perguntado sobre o trabalho em seu lote de produção, a jovem “M”, disse não ter obtido sucesso em seus projetos, e que o fator chave para isso foi a ausência de assistência técnica. Como vimos no capítulo II, no tópico que aborda o assentamento Mártires de Abril, a assistência técnica era de responsabilidade da Prefeitura de Belém, nos primeiros anos foi possível visualizar a presença desses técnicos, os quais foram se tornando ausentes com o passar do tempo e atualmente esse serviço é inexistente. Houve também jovens que disseram não trabalhar na terra por não terem experiência, por nunca terem trabalhado na agricultura antes. Esses jovens que não tem experiência com o trabalho na terra reclamavam também a falta de projetos, o que vimos foi a dificuldade dos assentamentos de reforma agrária para serem contemplados por projetos, principalmente os voltados para a juventude, em se tratando do AMA, as dificuldades aumentam, pois, a prefeitura não o assume e nem transfere em definitivo o assentamento para a esfera federal, neste caso para o INCRA.

Não, porque eu não tenho experiência com a terra pra trabalhar, e também não tem como começar, como eu posso falar, assim as plantações, um apoio pra plantar, tem que ter, né! Se tivesse os projetos podia ser mais fácil. (Jovem “J”).

Há também os jovens que desejavam trabalhar no lote de produção agrícola, porém, já não existia mais possibilidade de serem contemplados por não haver mais lotes disponíveis, o que haviam eram casas na agrovila, no entanto, o espaço não é suficiente para a produção agrícola, como dito por eles:

Não, mais o que eu faço de melhor é produzir na terra, pode ver que meu terreno é pequeno mais ele é todo plantado, eu queria a oportunidade pra ir pro lote. (Jovem “E”).

Sim, mas lá ainda tá em discussão na justiça, no caso lá ainda é um lugar fechado ainda, é uma mata, ali no caruaru. Não é do assentamento é fora, dentro do assentamento não tem mais como ter lote pra plantar. No terreno da minha casa, não

tem mais lugar pra plantar, a gente já plantou, mais tá muito apertadinho! O lote que a gente tinha passaram pra outra pessoa, aí a gente ficou sem lote. (Jovem “F”).

Quanto ao último relato, fomos informados pelos assentados que existiam algumas pessoas as quais estavam trabalhando em outros terrenos fora do Mártires de Abril, e que isso era uma atitude individual, praticada por aqueles que diziam ser a terra do caruaru melhor para a produção, no caso da jovem “F”, a mesma buscou essa alternativa, porque já não havia mais lotes de produção disponíveis quando a mesma constituiu família. A outra solução para os jovens que desejavam ter um lote seria ir para outra área de ocupação do Movimento Sem Terra, no entanto os jovens entrevistados não demonstraram vontade em sair do assentamento, pois, além de já terem criado identidade com o local, o Mártires fica próximo à cidade, o que facilita a mobilidade dos mesmos, inclusive na possibilidade de empregos.

Embora, nem todos os jovens trabalhassem no lote de produção, quando perguntados se tinham identificação com o trabalho agrícola, somente a Jovem “A” disse não saber, porque nunca havia exercido esse tipo de trabalho. Este resultado se vê refletido no gráfico abaixo:

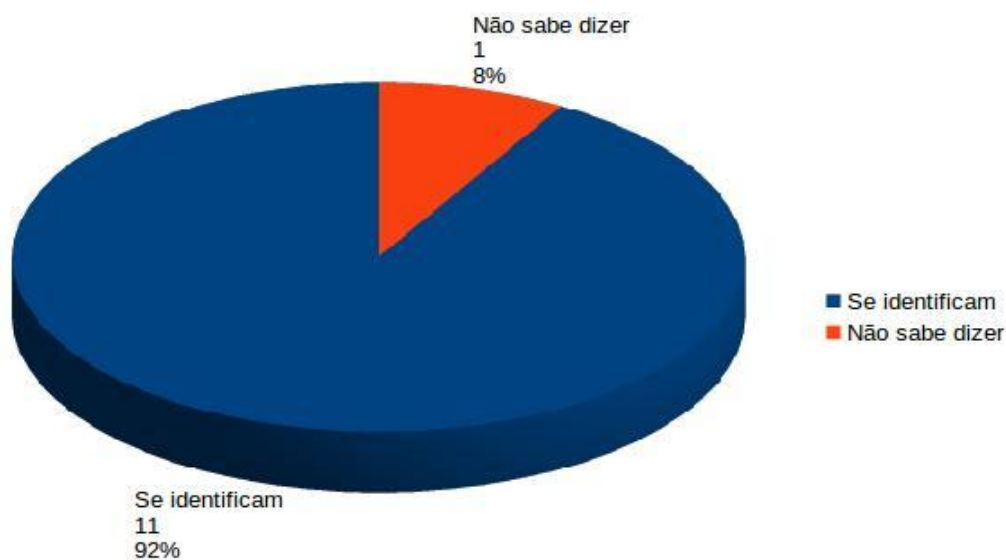


Gráfico 10 - Identificação dos jovens entrevistados com o trabalho agrícola no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

As falas abaixo expressam os números no gráfico:

Eu gosto, é bom porque a gente pode oferecer pros filhos da gente algo diferente, porque ultimamente se a gente for pensar tudo que a gente for comprar no

supermercado, tipo verdura, tipo a farinha, tudo tem um pouco de mistura, e quando a gente passa a produzir o nosso produto né! Num é porque seja movimento, não! É porque a gente sente que o produto é melhor, de mais qualidade, a gente pode oferecer pro filho da gente, umas verduras, legumes e até a nossa própria farinha com mais qualidade, o frango que a gente cria, num tem tanta coisa, tanto hormônio. Mas é um trabalho muito cansativo, pra jovem então! (Jovem “L”).

Sim, eu tenho um sonho, né! Da gente morar um dia no lote, porque eu creio assim, se a gente morasse no lote a gente plantava, o meu quintal aqui é 20 x 30 mais é cheio de plantas, né! A gente cuida, e se fosse lá seria bem melhor, porque é bem grande, a gente poderia ter um sítio, né! Uma coisa melhor! Aos poucos eu fui gostando do trabalho na terra, porque eu vim pra cá criança, né! Aí eu me envolvi com os sem terrinhas, participei de toda essa fase, e depois, com dezesseis anos, eu já arrumei marido, e depois veio logo o primeiro filho, num tinha muito tempo, era mais o meu marido mesmo, eu só ajudava. (Jovem “M”).

Essas falas sobre a identidade com o trabalho agrícola, demonstra que mesmo não estando trabalhando em sua totalidade na agricultura, os jovens têm em seus planos realizar tal atividade, embora não se saiba quando vão conseguir fazê-lo. Os relatos nos dizem que o fato destes jovens terem vindo criança ou no início da adolescência para o Mártires de Abril, fez com que eles fossem apreendendo a gostar da agricultura. Como estamos vendo e continuaremos a ver, está identidade com a terra existe, e se por alguns fatores, parcelas da juventude não estão desenvolvendo este trabalho atualmente, isso não significa a intenção de deixá-lo de colocar em prática. Estes dois relatos abaixo, nos dão a dimensão do sentimento dos jovens trabalhadores em relação ao trabalho nos lotes de produção da família.

Sim, eu gosto porque aqui é grande, a gente trabalha livre! (Jovem “A”).

Sim, eu gosto sim, aqui é melhor pra trabalhar, nós somos livre, aqui é calmo, é grande, num tem ninguém mandando. (Jovem “G”).

Os relatos acima, nos levam ao entendimento do trabalho enquanto atividade que liberta, o gosto pelo trabalho, o sentido de liberdade, nos leva ao sentido real que o trabalho deve exercer sobre o Homem, como cita a Jovem “G” “não tem ninguém mandando”, ou seja, ela não vê a presença de um “patrão”, mas nem por isso deixaria de fazer o que era de sua responsabilidade. Há também os jovens que afirmaram desejar trabalhar na agricultura, porém, não pretendiam deixar o emprego fora do assentamento, como é o caso do jovem “D”, quando perguntado se o mesmo se identificava com o trabalho na agricultura:

Sim, mas na época que me deram esse terreno aqui, eles me deram só 20x30, porque o lote ele não tinha mais. Mas eu gosto de trabalhar na terra, só que eu não tenho vontade de deixar o trabalho na rua, eu só ia ter que trabalhar por dois, quer dizer, nas minhas horas vagas eu ia pro lote. No lote mesmo num era nem pra tá vendendo, era assim pro próprio consumo, assim, igual um tempo eu fiz umas leras aqui atrás,

aí eu já num comprava nada de fora, assim verdura, essas coisas, eu já tirava daí. (Jovem “D”).

Vê-se que a agricultura não será um trabalho prioritário para o mesmo, pois, o jovem não pretendia deixar o trabalho fora do assentamento, e disse que teria que trabalhar nas horas vagas, tendo como objetivo produzir para o autoconsumo. Deixar o trabalho não agrícola não é simples, pois, é dele que vem o sustento imediato da família e do próprio jovem.

A pesquisa constatou que a maioria dos jovens entrevistados desenvolviam trabalho não agrícola, e esporadicamente o agrícola e 3 (três) jovens, o que corresponde a 25% do total dos pesquisados trabalhavam somente com a agricultura. Para ter uma visualização mais ampla da situação dos jovens em relação ao trabalho, nossa pesquisa também abordou a relação desses com o trabalho fora do assentamento e dentro do assentamento, não em seu próprio lote ou de sua família, mas sim em lotes de outros assentados, com pagamentos de diárias. Quando perguntado aos jovens trabalhadores se os mesmos tinham outra relação com o trabalho que não fosse dentro do seu lote de produção ou de sua família, 9 (nove) jovens, o que correspondia a 75% trabalhavam fora do assentamento, desses jovens, 2 (dois) trabalhavam dentro do assentamento, mas fora do seu lote ou de sua família, sendo que 1 (um) destes dois jovens também trabalhava fora do assentamento. Os gráficos abaixo mostram onde estes jovens trabalham e quais atividades exercem:

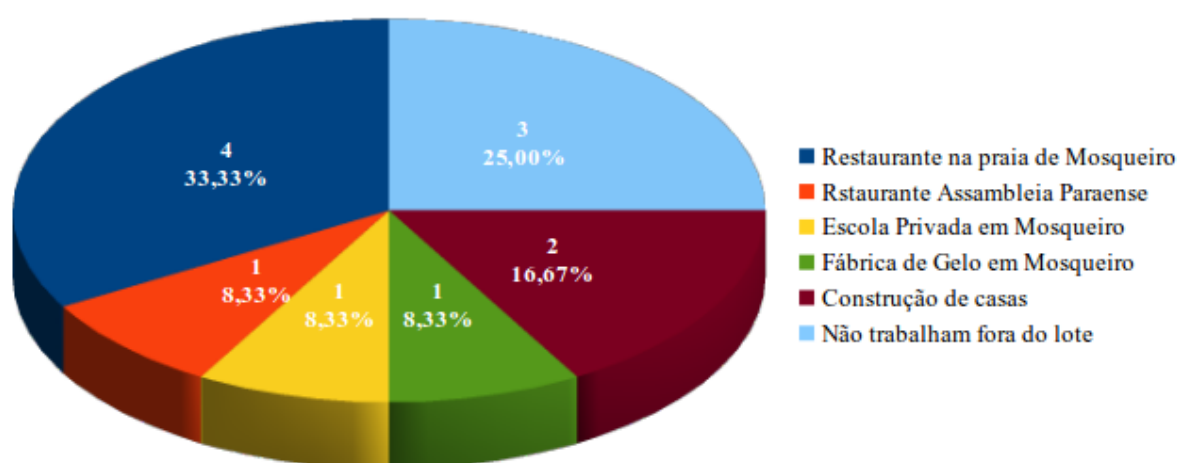


Gráfico 11 - Local de trabalho dos jovens entrevistados fora do lote de produção no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

A partir desse gráfico, vemos que as 05 (cinco) jovens entrevistadas trabalhavam em restaurantes, 04 (quatro) delas como garçonete, e 01(uma) exercia a função de cozinheira. Nas entrevistas com as jovens e em conversa com assentados, ficamos sabendo que 70% da mão de obra dos restaurantes da praia do Marahú e Paraíso vinham dos assentamentos, Mártires de Abril, Paulo Fonteles e Elizabeth Teixeira. Inclusive em conversa com um dos assentados, o mesmo nos disse que se os moradores desses assentamentos, os quais trabalhavam nos restaurantes dessas praias resolvessem entrar em greve, os restaurantes poderiam parar em quase sua totalidade.

Enquanto aos jovens entrevistados do sexo masculino, dos 04 (quatro) que desenvolviam outra atividade que não fosse em seu próprio lote ou de sua família, encontramos 01(um) jovem que desempenhava a função de serviços gerais, que trabalhava em uma escola particular de ensino fundamental ao convênio, 01 (um) motorista de uma fábrica de gelo, 01(um) ajudante de pedreiro e diarista nos lotes de produção dos assentados, e 01 (um) ajudante de pedreiro, mas que era responsável especificamente por colocar o forro das casas.

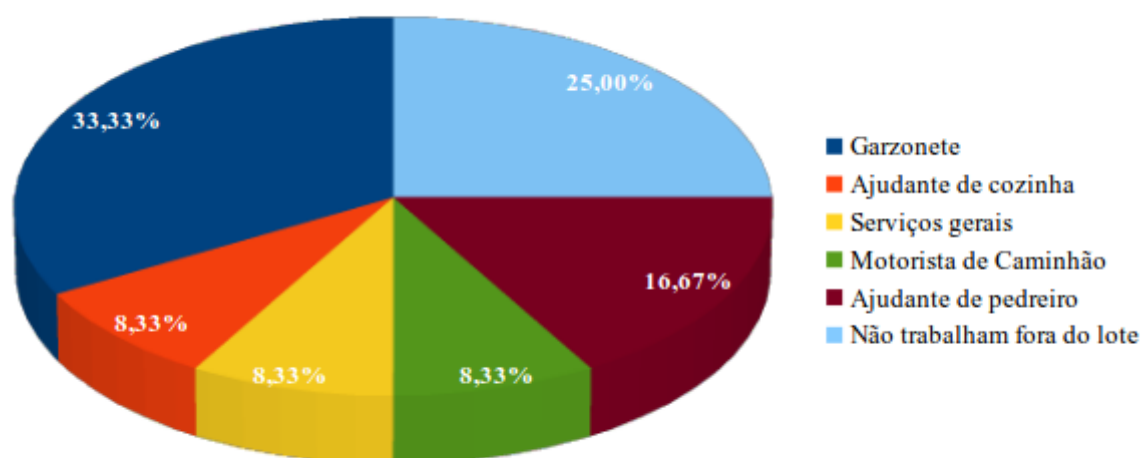


Gráfico 12 - Ocupação dos jovens entrevistados no trabalho não agrícola no AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Faz-se necessário uma análise a respeito da relação da profissão que esses jovens estavam desempenhando, com a escolaridade dos mesmos. Como vimos somente 01 (uma) jovem estava cursando o ensino superior. Quando perguntado a uma jovem o que ela pensava

sobre os empregos que estavam sendo destinados aos jovens do assentamento, a mesma respondeu:

Eu acho que tá faltando um pouco de qualificação pra esses jovens, pra eles terem um emprego estabelecido num horário determinado, se a pessoa tem uma qualificação, ela tem uma carga horária de trabalho, né! Agora se a pessoa não tem qualificação procura qualquer emprego e vai a hora que o dono estipula. Os jovens, aqui tão pegando qualquer emprego, porque não tem, né! Aí pega o que aparecer. (Jovem “I”).

Ao nos depararmos com os gráficos sobre as profissões exercidas pelos jovens trabalhadores entrevistados e a fala dessa jovem, chegamos à Costanzi (2009), o qual nos dirá que o público que mais sofre com a exclusão social e com a dificuldade para conseguir um emprego digno, de melhor qualidade, são as pessoas da classe trabalhadora, possuidora do menor poder aquisitivo, entre elas estão os jovens, em especial os negros, e as mulheres. Este autor vai além, ao dizer que os moradores do meio rural também são sujeitos das classes sociais, e que, portanto, os filhos dos trabalhadores rurais, também são vítimas de um sistema excludente, que atingi a todos, quer seja no meio rural ou na cidade, através do trabalho informal e desqualificado. Esse autor finaliza sua argumentação, dizendo que o fato do Brasil ser um País marcado por diferenças, entre elas sociais e culturais, faz com que a situação dos jovens seja refletida no acesso aos direitos, uma vez que dependendo da classe social, esse acesso pode ser restrito ou ampliado, fazendo com que os mesmos possam chegar ou não à um trabalho decente. No caso dos jovens entrevistados, mas que não foge à regra dos demais jovens deste assentamento, o trabalho que os mesmos desenvolviam é aquele ofertado a juventude da classe trabalhadora, que tem dificuldades para concluir seus estudos e ter uma qualificação para em melhores condições entrar ao mercado de trabalho.

Quando perguntado se este trabalho fora do seu lote de produção ou de sua família, se exercia a diário, semanal ou eventualmente, dos 09 (nove) jovens que exerciam algum tipo de trabalho fora, somente 02 (dois) responderam trabalhar diariamente; 05 (cinco) trabalhavam semanalmente; e 02 (dois) jovens trabalhavam eventualmente. Vejamos as falas abaixo:

Eu trabalho todos os dias, só tenho um dia na semana de folga. Durante a semana, eu pego oito e saíu meia dia, final de semana eu chego mais cedo lá e saíu só quando termino as entregas, não tem nem hora estimada pra sair, as vezes é nove da noite, dez. (Jovem “D”).

Final de semana, feriado e férias. Olha, a gente entra, sete e meia, oito horas da manhã, saí sete, sete e meia da noite. Enquanto tiver cliente não tem como descansar, é direto. (Jovem “F”).

A gente entrava sete da manhã, e saia geralmente as seis, terminava o movimento, só que a gente tinha que limpa, deixar tudo limpo, sete horas da noite a gente estava liberado. Trabalhava direto, almoçava de três pra quatro horas da tarde. Para aguentar a fome eu bebia água, né! Porque eu não tinha muito tempo, porque como a gente mexe com comida direto, e tem um espelho que fica direto para os clientes, então, a gente não podia tá comendo, porque podia dar uma impressão que a gente estava beliscando a comida, então a gente não podia fazer isso, só mesmo na hora do almoço mesmo! (Jovem “L”).

Nas falas desses Jovens, observamos também o tempo de trabalho; no caso do jovem “D” que exercia a função de motorista em uma fábrica de gelo de mosqueiro, durante a semana este jovem trabalha somente até as 12:00 horas, tinha um dia na semana de folga, no entanto, aos finais de semana sua jornada de trabalho começava cedo, como ele mesmo disse, sem mencionar a hora exata, e estendia-se até 22:00 horas. As outras falas são de jovens que trabalhavam nos restaurantes na praia do Marahú, as jovens começavam sua jornada entre 7:00h e 7:30h estendendo-se às 19:00h, com parada para o almoço às 15:00h.

Quando perguntando a essas jovens se tinham horário estipulado para descansarem, e o que faziam para suportarem a fome até o horário do almoço, as mesmas responderam que não existia um tempo específico para o descanso, o momento da parada era somente para o almoço, pois, as mesmas trabalhavam enquanto os clientes permanecessem nos restaurantes. Sobre o almoço, algumas disseram comer escondido o que sobrava do prato dos clientes, para poder suportar a fome até a hora marcada para o almoço, e a jovem que atuava como cozinheira respondeu ter que tomar água, pois, não podia comer antes do seu horário de almoço. Este panorama das condições de trabalho dessas jovens, nos faz refletir sobre o trabalho alienado, que segundo Marx (2005) ficou assim caracterizado no modo de produção capitalista, pois os trabalhadores já não se reconhecem no produto de seu trabalho, o que faz com que suportem as condições de humilhação para garantir sua sobrevivência, como exposto na fala acima do jovem “L”.

Ao ouvir o relato dos jovens sobre os trabalhos desenvolvidos, fora do seu lote de produção ou de sua família, na sua maioria fora do assentamento, fez-me relacionar com a entrada de jovens e crianças ao mercado de trabalho, da qual fala Frigotto (2004), onde o mesmo diz que, principalmente os pobres e negros estão fazendo inserção em um mundo do trabalho, explorado, informal e precário; e isso não é uma decisão espontânea, isso está relacionado intrinsecamente a classe social desses. Os jovens do Mártires de Abril que não estão isentos a essa condição de classe, também foram obrigados a buscar outro ingresso,

pois, somente a agricultura, no estágio em que se encontrava a atividade agrícola do assentamento, não era suficiente para a sua reprodução e de sua família.

Dentro da categoria juventude, vemos os casos das mulheres jovens rurais, que também são parte da classe trabalhadora, para Antunes (2005) o processo de inserção ao mercado de trabalho pelas mulheres não é visto em sua totalidade como uma vitória, em se tratando de uma sociedade capitalista. Com a ida para o trabalho, as mesmas passam a exercer uma dupla, e em alguns casos tripla jornada de trabalho. Além de que uma das jornadas não é remunerada financeiramente, pois o trabalho doméstico não gera lucro diretamente para o capital, no entanto, ele é responsável pela reprodução social desse. No caso das 7 (sete) jovens entrevistadas, 5 (cinco) passaram a trabalhar fora do assentamento depois que constituíram família.

Uma das jovens entrevistadas nos chamou atenção ao dizer que trabalhava em um restaurante na praia, mais que havia pedido demissão, pois desejava somente continuar estudando, já que a mesma estava cursando o nível superior. Quando foi realizada a seleção para as entrevistas esta jovem ainda trabalhava em um restaurante, no momento da entrevista fazia uma semana do acontecido. Ao participar de um encontro de educação do assentamento, no qual a jovem “M” estava presente, tivemos a oportunidade de conversar novamente, e a mesma relatou não ter tido condições para fazer cumprir sua vontade, não tendo como outra alternativa a não ser aceitar o emprego de diarista doméstica em uma casa em Belém, duas vezes por semana.

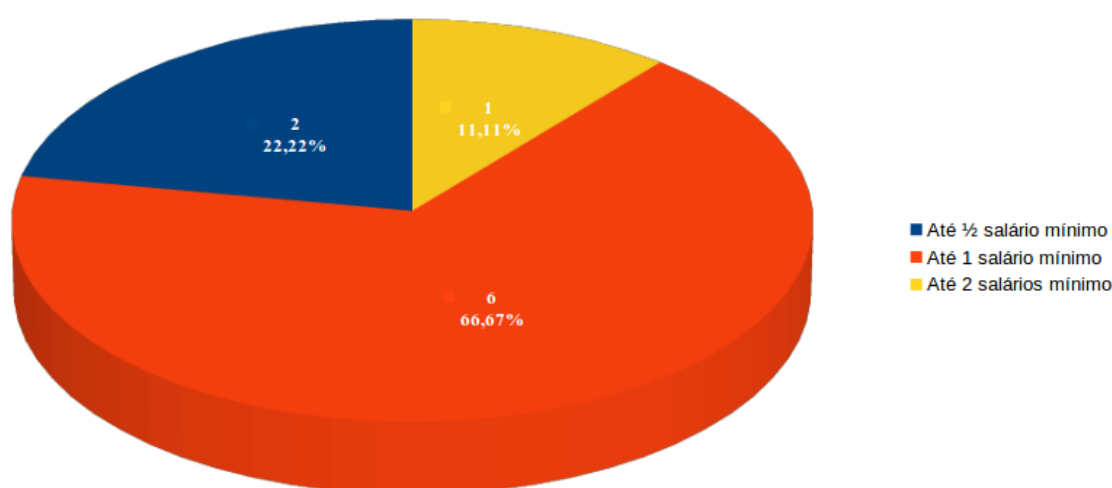


Gráfico 13 - Remuneração financeira dos jovens entrevistados no trabalho fora do lote de produção, AMA, Distrito de Mosqueiro, Belém - PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Dos 09 (nove) jovens que trabalham fora do seu lote de produção ou de sua família, 06 (seis) recebiam até 1 (um) salário mínimo, 02 (dois) jovens recebiam ½ (meio) salário mínimo, e 01 (jovem) recebia até 2 (dois) salários mínimos. Os valores pagos aos jovens trabalhadores do AMA, o que não diferenciava do salário pago aos outros jovens, nas áreas rurais ou nas urbanas, nos leva as considerações de Marx (1989) sobre o trabalho no sistema capitalista, para o autor, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre ele fica, pois, o resultado de sua produção é destinado ao patrão. No capitalismo o trabalhador se tornou uma mercadoria tão barata quanto mais lucro produz ao patrão.

Quando perguntados se trabalhavam de carteira assinada, somente 01 (uma) jovem respondeu positivamente, os outros jovens disseram não trabalhar de carteira assinada, desses 08 (oito) jovens que não trabalhavam de carteira assinada, somente 02 (dois) demonstraram não querer um vínculo formal com o local onde trabalhavam, os outros 06 (seis) jovens demonstram querer esse vínculo, mas isso foi negado por seus respectivos patrões. Nas falas abaixo, vemos o que disseram os jovens quanto a terem sua carteira assinada:

Não, ainda não. Eles têm a intenção de assinar minha carteira eu é que não tô querendo, eles já pediram umas quatro vezes pra eu levar a carteira, porque assim, antigamente era uma cooperativa, aí hoje esse ano já se tornou uma empresa mesmo, né! Aí a empresa já pediu umas quatro vezes pra eu levar a carteira, eu é que não quero né! Que assine a carteira. Porque além de hoje, eu viver refém desse sistema, eu assinando a carteira pior ainda, aí que eu vou viver refém do empresário, aqui da escola, e aí acaba eu ficando refém, não podendo desenvolver minhas atividades, e aí eu, assim enquanto não tô de carteira assinada a qualquer momento posso sair e desenvolver minhas atividades, penso eu assim, mesmo sabendo que com a carteira assinada tenho meus direitos garantidos. (Jovem “C”).

Não, lá eu trabalho por contrato. Assim pelo uma parte de carteira assinada é bom, né! Porque quando sai tem seus direitos. Só que ia reduzir mais o dinheiro, né! Aí quer dizer que eu ia pegar só o salário, não ia pegar a comissão. (Jovem “D”).

Não, mas eu queria, porque tem mais direitos, esse não, não tem nada, quando sai é com uma mão na frente e outra atrás! Tem que pensar no futuro, pra quando o cara se aposentar. (Jovem “B”).

Não, nunca falou sobre isso, com nenhum funcionário, inclusive tinha a cozinheira chefe que ela queria que ele conversasse sobre isso, ela ia chamar ele, mas isso era quando eu ainda tava lá né! pra ver qual a possibilidade de assinar a carteira de todos os funcionários, porque no caso a mamãe, ela já trabalha lá, há oito anos. Eu queria que assinasse a carteira, porque pelo menos a gente teria alguns direitos garantidos, tipo agora a gente tá aqui, tem filho pequeno, né! Já seria uma ajuda pra gente né! Se fosse de carteira assinada ele não ia poder dispensar a gente assim! (Jovem “L”).

Mesmo existindo os jovens que não desejavam ter sua carteira assinada, eles foram unânimes em dizer que sabiam que a carteira assinada seria a garantia de seus direitos

trabalhistas e sociais. No entanto, somente em um caso foi mencionado o interesse do empregador assinar a carteira de trabalho, e em outro caso, a jovem que trabalhava como garçonete em um restaurante na praia do Paraíso tem sua carteira assinada, inclusive sua jornada de trabalho diferenciava das outras jovens, pois, essa trabalhava 08 (oito) horas por dia. Nos demais casos, todos, principalmente as jovens que trabalhavam em restaurantes disseram nunca ter sido mencionado esta possibilidade, isto faz com que os jovens trabalhadores fiquem sujeitos à demissões na maioria das vezes sem justa causa. Esse foi o caso da Jovem “L”, quem havia sido selecionada para a entrevista de pesquisa de campo por trabalhar como ajudante de cozinha em um restaurante na praia, ao ser feita a entrevista com a mesma, a jovem relatou que havia sido dispensada dois dias antes dessa entrevista, com a promessa de que poderia voltar assim que melhorasse a condição econômica do restaurante. A jovem foi dispensada sem nenhum direito garantido, a mesma estava dependendo somente do apoio que recebia de sua família, em forma de alimentos produzidos, em troca do seu trabalho no lote.

O fato de não ter um vínculo empregatício formal, fez com que estes jovens aceitassem trabalhar sabendo que não possuíam seus direitos garantidos, mas como não havia muitas alternativas de trabalho dentro de Mosqueiro, ou se trabalhava nos restaurantes ou se trabalhava como empregada doméstica nas casas da ilha, também sem carteira assinada, como disse outra jovem entrevistada, eram obrigados a aceitarem as condições postas pelo empregador.

Um desafio para com estes jovens é fazer com que os mesmos compreendam que mesmo não tendo uma condição estável, com carteira assinada, eles são trabalhadores e, portanto, pertencem a classe trabalhadora, como nos dirá Antunes (2005), para quem, esta classe deve ser compreendida de maneira ampliada, desde aqueles que são assalariados, trabalhadores temporários, até os desempregados que engrossam as filas do exército de reserva. O exército de reserva serve como instrumento de persuasão aos empregados, como exemplo tem o relato de uma jovem que disse claramente, que seus patrões as deixavam livres para pedir demissão, porém, sem qualificação para conseguir um emprego em melhores condições, e não tendo como manter sua sobrevivência somente através da produção na agricultura, esses jovens foram obrigados a aceitarem aquelas condições de trabalho.

É importante também analisarmos sobre a proximidade do assentamento Mártires de Abril, tanto do centro de Mosqueiro, quanto das praias de Paraíso e Marahú. Perguntamos aos jovens se esta localização contribuía para que se buscasse trabalho fora do assentamento, vejamos as falas:

Contribui, porque lá (o assentamento aonde morava), olha, é a opção, é a roça mesmo, então tem que plantar maniva, é todo aquele processo, é um ano de roça pra poder tirar sua produção, tem pimenta do reino, lá né! Na questão que é longe da cidade, então vai gastar, se conseguir um emprego na cidade, vai gastar com gasolina pra moto, vai gastar pra pagar alguém pra ir levar, então de imediato é a própria roça mesmo, né! Vai trabalhar com a própria agricultura, pra quando chegar no período da colheita aí eles vendem na tonelada, vende na farinha, então lá é obrigação, aqui não, tem outras coisas que pode levar a trabalhar fora, ganhar até melhor, do que esperar um ano, como é com a roça. (Jovem “L”).

A fala da jovem “L” descreveu de maneira clara, como a localização de um assentamento, pode contribuir ou não para que os jovens se desloquem em busca de emprego. Neste caso, ela disse, que quando o assentamento tem uma distância acentuada da cidade, a saída financeira para quem vive neste local é unicamente a agricultura, porém, principalmente os jovens se vivessem em um local como Mosqueiro, buscariam as alternativas de emprego fora do assentamento. Em conversas com jovens de outros assentamentos que se localizavam distante da cidade, a resposta foi a mesma, caso vivessem em um assentamento próximo à cidade teriam a mesma atitude que os jovens do Mártires de Abril em relação à emprego. Isso nos remete a Paulo (2010) quando cita que a distância e a relação que os jovens rurais tenham em relação a cidade, interfere na construção de sua identidade, e por mais que os jovens do assentamento se identifiquem com a atividade agrícola, esse fator distância, o aproxima mais das ofertas urbanas, como o emprego, no entanto o emprego precarizado, como vemos nestas falas:

Mas pra trabalhar lá fora, é difícil, assim porque aqui em mosqueiro a gente não tem meios de trabalho, né! Ou trabalha na roça, ou trabalha na praia de garçonete, na cozinha dos outros, né! E se não, tem que procurar trabalho em Belém. Pra gente mulher tem muito, né! Porque a gente ainda não somos profissionais, tem muito trabalho doméstico, aí tem que se escravizar na cozinha dos outros. Eu trabalhei como diarista durante três anos, parei porque fiquei doente, mas o tempo que eu trabalhava eu ganhava oitenta reais por dia, eu fiquei doente no trabalho, e não fui amparada, eles acham que não tem direito porque é diarista. Eu fiquei até revoltada porque não tive ajuda do meu patrão, aí eu disse, que não ia mais voltar, porque quando eles precisam eles chamam, mas quando a gente precisa eles não fazem nada. (Jovem “M”).

Olha, é mais fácil pra achar trabalho fora, porque fica mais perto, mas tem que ser qualquer trabalho, de ajudante de pedreiro, na praia. Eu prefiro ficar aqui no lote. (Jovem “G”).

Para as jovens “M” e “G” os empregos que se conseguiam fora do assentamento, eram precarizados, pois, como a maioria dos jovens trabalhadores entrevistados possuíam somente o ensino fundamental, isso contribuía para que eles terminassem sendo mão de obra

barata e desqualificada. A jovem “M” chamou a atenção para as condições das mulheres, dizendo que para elas havia mais alternativas, porque podem trabalhar como: garçonetes, diaristas, porém, a mesma disse não desejar mais esse tipo de emprego, no entanto, sem encontrar alternativa, a jovem voltou a exercer a função de diarista em Belém. É importante mencionar que esta jovem era a única entre os 12 (doze) entrevistados que estava cursando o ensino superior. Havia também os jovens que mesmo concordando ser mais fácil procurar emprego fora do assentamento, acreditavam que a vontade dos jovens era trabalhar dentro do assentamento, como explicitou esse Jovem:

Ajuda pra que procurem trabalho fora, porque é mais fácil, porque não tem trabalho aqui, aí fica mais perto de Belém. Mas pra mim, os jovens querem trabalhar nos lotes, mas só que não tem as condições! (Jovem “B”).

Outros jovens entrevistados, também frisaram que uma das ações para que os mesmos tivessem mais possibilidades para continuar vivendo e trabalhando dentro do assentamento, seriam a implantação de projetos, ou de maneira mais específica, as agroindústrias. A reflexão desses jovens vai ao encontro do que diz Costa (2011), para quem uma das formas para que os jovens permaneçam no meio rural e o investimento nas agroindústrias.

A realidade dos diversos tipos de trabalho praticado pelos jovens entrevistados do Mártires de Abril encontra base no que dizem Malagodi e Marques (2007), pois, para esses, existem desde os jovens que permanecem trabalhando na atividade agrícola com sua família, aqueles que se inserem nos trabalhos nos centros urbanos, e os que buscam outras profissões através da educação. Haviam outros jovens que estavam cursando o ensino superior sem precisar sair por longos anos dos assentamentos, no caso do AMA, já foi citado a jovem “M” que cursava educação do campo, e tinha esperanças de poder exercer a profissão de educadora.

3.3. PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/AMA NO DISTRITO DE MOSQUEIRO, BELÉM/PA

Uma das hipóteses da pesquisa era de que o trabalho fora do lote de produção familiar poderia estar interferindo na organização da juventude no AMA, quer seja, na construção do coletivo de jovens, quer seja, na participação dos jovens nas atividades organizadas pelo MST, dentro e fora do assentamento. A hipótese foi levantada em função da

ausência ou baixa frequência dos jovens do AMA em atividades de médio ou longa duração sob a coordenação do MST. O coletivo de jovens do MST objetiva organizar a juventude nos assentamentos e acampamentos com o intuito de que os mesmos possam através de estudos e reflexões dialogar sobre os problemas que afetam a juventude dentro desses espaços, assim como também, objetiva manter os jovens animados para participar da vida social e política do Movimento.

O coletivo é organizado desde os assentamentos e acampamentos, em nível regional, estadual e nacional, com representação na Direção Estadual e Nacional, em cada uma dessas instâncias a representação é de 2 (dois) jovens, 1 (um) do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino. O coletivo, além de estar inserido nas atividades gerais do Movimento, também desenvolve atividades voltadas especificamente para a juventude como os encontros de jovens.

Para comprovar ou refutar a hipótese mencionada, foram apresentadas questões aos jovens abordando a participação desses nas atividades organizadas pelo MST dentro e fora do Mártires de Abril, quais atividades exerciam em seu tempo livre, se os mesmos mantêm relação com os outros jovens do AMA e se participavam de algum grupo ou coletivo de jovens dentro do assentamento. Quando perguntado aos 12 (doze) jovens se eles participavam de algum grupo ou coletivo no assentamento, apenas 03 (três) deles responderam que sim, sendo todos do sexo feminino, com 02 (duas) participando de grupos organizados pelas igrejas evangélicas e 01 (uma) iniciando sua participação no coletivo de mulheres do assentamento e também na coordenação da Associação de Produtores do Assentamento Mártires de Abril (APROAMA) como secretária. As igrejas evangélicas têm crescido significativamente dentro do assentamento, e apesar dos integrantes das igrejas serem assentados, as igrejas não possuíam nenhum vínculo organizativo com o Movimento, geralmente o líder evangélico é de fora e não concorda com as práticas de luta do MST. Os demais 9 (nove) jovens entrevistados não participavam de nenhum grupo ou coletivo no Assentamento Mártires de Abril.

Quanto ao coletivo de jovens organizado pelo MST dentro do assentamento, os jovens disseram que até 2009 havia um coletivo em funcionamento. Para os jovens entrevistados haviam dois motivos que dificultavam a organização da juventude: um deles era o fato de não haver mais uma coordenação do assentamento, o que contribuía para a dispersão da comunidade. Isso pode ser observado na fala da jovem abaixo:

Eu acho que é porque se dispersou muito, tanto algumas vezes da própria coordenação do movimento, em algumas áreas, não em todas e levou a juventude se desanimar em quanto jovem, porque a gente tinha uma história muito boa aqui enquanto juventude. Eu já fiz parte da coordenação da juventude, e a gente conseguia se animar, participar das atividades, de trabalhar, de ajudar os pais, e depois que houve esse dispersar, cada um ficou mais afastado, começou a formar família, então, foram os motivos para ficarem mais dispersos. (Jovem “L”).

Nesta fala a Jovem “L” referia-se ao fato político que aconteceu no ano de 2005 no MST no estado do Pará, afetando principalmente a Regional Cabana. Outro elemento que dificultava a organização do coletivo de juventude no assentamento, mencionado com frequência pelos jovens entrevistados, era o fato de uma grande parte dos jovens já terem constituído família ou exercerem a paternidade, por isso precisavam trabalhar.

O fato deles trabalharem, interfere um pouco pra não organizar a juventude, porque a gente escuta, se a gente convida pra alguma coisa, tipo o encontro de jovens, ah, eu não vou porque eu tenho os meus filhos pra dar de comer. Eu tenho que trabalhar, quem vai dar de comer, se eu parar de trabalhar. Aí fica nisso, aí a pessoa trabalha pra sustentar a família ou a pessoa participa, né! (Jovem “M”).

É difícil de se organizar porque muitos trabalham fora, quando chega pra ir pra algum lugar, que esse dia é tal dia, aí muitos já não podem ir porque não pode faltar no serviço. (Jovem “D”).

Dificulta! Tem que trabalhar, né! Não vão deixar de trabalhar pra ir pras atividades! (Jovem “B”).

As falas indicavam que a necessidade de sustentar as famílias também empurrava os jovens para o trabalho fora do assentamento, quer sejam, trabalhos diários ou somente nos finais de semana. Trabalhar fora do assentamento, realmente para os jovens tornou-se um obstáculo para que eles pudessem participar das atividades organizadas pelo Movimento. Esse impedimento acontecia com mais frequência quando era necessário se locomover para outros lugares para participar das atividades, como se vê quando perguntamos se eles participavam das atividades organizadas pelo MST, dentro e fora do Mártires de Abril:

Sim. Claro que a gente tem alguns limites, mas assim, eu enquanto militante do MST, quando eu comecei a trabalhar, eu fui tentar me planejar, quando eu comecei a trabalhar eu tinha seis horas por dia no trabalho, então o restante do dia, a minha vida era pro assentamento. Hoje eu tenho oito horas de trabalho, aí as atividades que tem dentro do assentamento eu tento participar, pra mim tentar contribuir, e nesse termo da Organização do todo. Agora fora, quando dá a gente vai, faz o esforço, passa por cima da ordem do patrão, e a gente vai tentando ser rebelde pra poder participar das atividades. (Jovem “C”).

Não, por enquanto não. Agora tenho que trabalhar! (Jovem “B”).

Não. Assim, pra mim tá junto mesmo, é difícil, eu só ajudo. Assim, quando tem alguma coisa como ontem (referência ao encontro de mulheres do assentamento), eu ajudo, dou material pra bolo, mas pra tá participando mesmo, eu nem fico por causa de tempo, porque é mais final de semana. Sair daqui então, nem me fale. (Jovem “D”).

No caso dos jovens do sexo feminino, foram apontadas outras dificuldades quando perguntamos se elas participavam das atividades organizadas pelo MST, como o tempo que precisam organizar para o cuidado com os filhos, além de trabalharem para manter sua família economicamente:

Não, como eu vivo aqui fora da agrovila, eu não participo. Num dá pra juntar, como eu tenho filho, um monte de filho (risos) aí eu tenho que dividir, né! Tenho que trabalhar, cuidar de filho, se não fosse isso talvez eu participasse. (Jovem “J”).

Sim, eu participo, assim que dá eu participo. Já fora do assentamento, eu participo, mas não de todas, sempre que dá eu participo, porque tem a condição financeira e as crianças que dificultam pra eu participar pra fora. Eu já tenho quatro filhos, aí fica difícil pra eu ficar deixando assim. (Jovem “M”).

Por mais que nos encontros do MST sejam planejadas ações que permitam a participação das mulheres como a organização de um espaço para as crianças, denominados pelo Movimento de Ciranda Infantil²⁴, ainda é difícil para as mesmas deixarem seus domicílios para participar das atividades, principalmente quando estas são de longa duração. Mesmo com impossibilidades, foram as jovens entrevistadas que demonstraram mais interesse em participar das atividades, embora, pelas dificuldades apresentadas, elas fossem as que menos se faziam presentes em atividades como escolas de formação política que tem a duração de 30 (trinta) a 40 (quarenta) dias.

Mesmo não tendo mais um coletivo de juventude organizado pelo MST dentro do AMA e sendo pouca a participação nas atividades realizadas dentro e fora do assentamento, o gráfico abaixo nos mostra a relação de pertencimento dos jovens entrevistados com o MST:

²⁴Ciranda Infantil é o nome dado pelo MST a tempos e espaços educativos dos Sem Terrinha da faixa etária de zero aos seis anos. (CALDART, 2001, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em 16/08/2015).

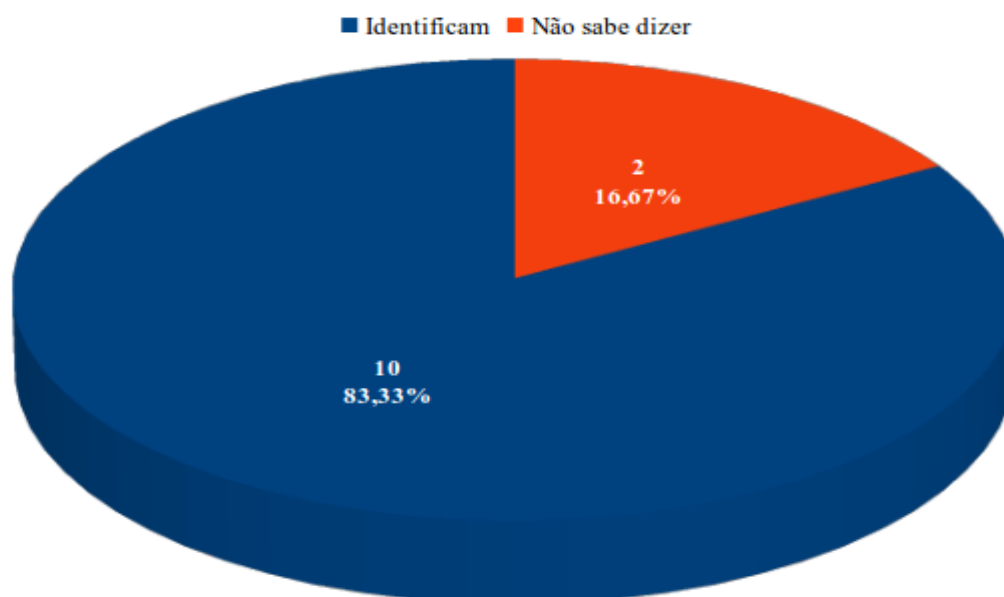


Gráfico 14 - Relação de pertencimento dos jovens entrevistados com o MST, AMA, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Dos 12 (doze) jovens entrevistados 10 (dez) deles, o que corresponde a 83,33%, disseram identificar-se com o Movimento Sem Terra e 02 (dois) deles, o que corresponde a 16,67% não souberam dizer se tinham identificação ou não. Segundo um dos jovens, do sexo feminino, ela está no assentamento porque sua mãe vive no local, a mesma poderia estar em qualquer lugar, desde que estivesse junto à mãe.

O outro jovem que também disse não saber se tinha pertencimento ao MST, nasceu no AMA, no entanto, também não participou no período de maior mobilização e integração das famílias assentadas. Observamos que os jovens, os quais não tiveram a oportunidade de estar no assentamento desde o princípio, não passando pela experiência de viver na agrovila, viam os lotes como algo separado do assentamento, pois, em suas falas referiam-se a agrovila como sendo o assentamento, isso não era uma fala generalizada, tinha relação com o engajamento da própria família no assentamento e no próprio MST, e nos dois casos, observamos que havia distanciamento das famílias em relação a organização do assentamento.

Quanto aos jovens que disseram ter identificação com o MST, os mesmos atribuíram ao Movimento o fato de estarem vivendo no assentamento e possuírem moradia própria, com terra para produzir. Disseram também que apreenderam a gostar do Movimento, por terem chegado, em sua maioria ainda criança, tendo a oportunidade de participar do coletivo de Sem Terrinhas do Mártires de Abril. Esse coletivo também havia deixado de existir, mas em 2014 voltou a ser presente, pois, segundo a dirigente do setor de educação e moradora do

assentamento, ele era fundamental na organização das crianças, que futuramente poderiam ter motivação para organizar novamente um coletivo de jovens.

Quando perguntado aos jovens se estes tinham relação com os demais jovens do AMA, eles responderam que sim, alguns em maior proporção que os outros. A fala do jovem (D) descreve como se dá a relação entre a juventude:

Sim, dia de folga vamos lá pro campo jogar bola, aí vai pra piscina, as vezes vai pra praia, mas é difícil, só nas folgas mesmo. Porque tem jovem que passa a semana sem fazer nada aqui, aí quando chega final de semana vai trabalhar na praia, nos restaurantes, e tem outros que passam a semana trabalhando e final de semana tá no assentamento, aí é difícil pra se encontrar. Eu acho que por isso é que num tem assim, um grupo de jovens, teve um tempo que tentaram até criar, aí deu bastante jovem, mas depois foi diminuindo, diminuindo, até que num deu pra nem um mais ir. Até fizemos uma horta ali na frente da casa da mamãe pra gente trabalhar, aí foi, foi e teve uma hora que não deu mais certo, porque muitos já não podiam mais ir. (Jovem "D").

O jovem acima, disse que a relação entre os jovens sofria o impacto do trabalho, pois, alguns trabalhavam durante a semana e outros finais de semana, inclusive ele citava esse elemento como um obstáculo para a organização do coletivo de juventude, por outro lado, esse relato apresentava elementos para se criar estratégias para a organização da juventude. Procuramos saber também o que estes jovens fazem no seu tempo livre. As respostas ficaram entre jogar futebol, ir à praia, e a piscina que já existia na fazenda. O mais interessante é que as jovens quase em unanimidade responderam não ter um tempo livre, e quando iam à praia, levavam consigo seus filhos, somente uma jovem, que ainda não tinha filho, disse jogar vôlei, ir à praia e a piscina com as amigas, no entanto, os jovens - mesmo os que tinham filhos - responderam jogar futebol ou descansar. Passamos 8 (oito) dias no assentamento, e podemos constatar essas informações, observamos que a noite alguns jovens se reúnem para conversar e outros permanecem em suas casas assistindo telenovelas.

Por acreditar que os jovens também são protagonistas das conquistas do assentamento, perguntamos a eles se teriam propostas para melhorar as condições de trabalho e de vida no Mártires de Abril. O que mais foi ressaltado eram os projetos que podiam viabilizar a produção do assentamento, inclusive, a implantação de agroindústria para processamento de frutas, como: cupuaçu e açaí, pois, assim os jovens também poderiam trabalhar sem precisar sair em busca de emprego. Também acreditavam ser necessária a unidade entre os assentados, já que, segundo uma das falas, depois de 17 (dezessete) anos as pessoas começavam a lutar por conquistas individuais, e isso fragiliza as conquistas coletivas,

somente uma jovem relatou sobre a necessidade de ter uma praça para que tivessem mais opções de lazer dentro do assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou simplesmente MST, nos 32 (trinta e dois) anos de existência tem lutado para concretizar seus objetivos que são: a luta pela terra, reforma agrária e a transformação da sociedade. Esses objetivos se completam quando pensamos o homem em suas necessidades biológicas básicas, pois o direito à terra perpassa pelo direito a produzir de maneira saudável o alimento que chegará a mesa dos trabalhadores e trabalhadoras nas comunidades rurais e na cidade e o ato de se alimentar é um direito básico dos seres humanos. A reforma agrária vai além, nela estão contemplados além do direito à terra, o direito à educação do campo, saúde e cultura, elementos fundamentais para a produção e reprodução humana em sua essência, negados à classe trabalhadora.

A reforma agrária é a volta do homem ao campo ou a ida daqueles que, vivendo no urbano, não veem mais nas cidades possibilidades de uma vida com dignidade. Para o MST o campo é um espaço que deve ser destinado à família, vem daí a importância de todos os sujeitos, homens e mulheres, desde crianças, adultos e jovens, serem contemplados pela política de reforma agrária. Por acreditar numa agricultura onde todos os sujeitos sejam envolvidos e contemplados, o Movimento Sem Terra vem questionando que seja destinado R\$ 185 (cento e oitenta e cinco) bilhões em apoio à produção agropecuária para o agronegócio, através do Plano Safra (2016- 2017) que tem na exportação seu principal objetivo.

O modelo do agronegócio aprofunda o problema do abandono da terra pelos trabalhadores rurais que vivem da agricultura de subsistência, pois estes não têm como concorrer com tal modelo que recebe incentivo por parte do governo federal, enquanto à agricultura familiar foram destinados R\$ 30 (trinta) bilhões pelo Plano Safra. Quando somente o MST tem nos assentamentos distribuídos em todo o Brasil aproximadamente 300 (trezentas) mil famílias surge a questão: será equitativo o valor do crédito destinado ao agronegócio e à agricultura familiar?

É nesse cenário de disputa pela terra que o MST vem construindo o processo de conquista da mesma e a luta pela efetivação da reforma agrária sendo uma de suas estratégias, deliberada no 3º Congresso Nacional do Movimento em 1995 e acatada pelo MST/PA, a aproximação do movimento às capitais. O assentamento Mártires de Abril localizado no Distrito da Ilha de Mosqueiro que fica aproximadamente à 70 (setenta) quilômetros de Belém capital do estado, resultou dessa estratégia. São 17 (dezesete) anos de existência e resistência de um assentamento numa área privilegiada para o turismo em nível local, nacional e

internacional e frequentada pelas elites de Belém. Durante esses anos os assentados do Mártires de Abril, que inicialmente foram vítimas de preconceito dos habitantes e turistas da Ilha de Mosqueiro, vêm sofrendo com o descaso dos órgãos responsáveis pelo Projeto de Assentamento Casulo - o INCRA e a Companhia de Desenvolvimento e Administração (CODEM) - este último respondendo pela Prefeitura Municipal de Belém.

No processo de pesquisa de campo fomos informados pelo INCRA que desde 2013 o convênio entre a Prefeitura e o INCRA não é renovado, dificultando ainda mais o investimento econômico, cultural e social no assentamento. Segundo o INCRA a Prefeitura de Belém deveria assinar o convênio todos os anos ou fazer um documento repassando para a esfera federal o Projeto de Assentamento Casulo. No ano de 2015 durante a jornada de lutas do “Abril Vermelho” as famílias assentadas do AMA fizeram uma ocupação na sede da Prefeitura de Belém, o que resultou numa reunião com o atual Prefeito Zenaldo Coutinho, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nessa reunião ficou acordado entre assentados e prefeito que iria ser encaminhado um ofício ao INCRA solicitando que o Mártires de Abril passasse a ser de responsabilidade federal, mas, até os dias atuais, nenhum ofício foi encaminhado.

Quando procuramos na pesquisa documental a CODEM, responsável direta no âmbito da prefeitura de Belém, pelo Projeto Casulo do Assentamento Mártires de Abril, nos deparamos com a falta de informações e inclusive o desconhecimento da existência do Assentamento. Este quadro de descaso, onde nenhum dos dois órgãos INCRA e CODEM se responsabilizavam pelo Mártires de Abril, viu-se refletido na ausência de políticas públicas como: educação do campo, cultura, lazer, saúde e assistência técnica, esta última responsável pelo acompanhamento dos projetos das famílias assentadas.

A realidade vivida pelas famílias assentadas no Mártires de Abril nos tem chamado a atenção principalmente no que se refere aos jovens, pois observamos que eles são atingidos diretamente pelo descaso das instituições. Nestes 17 (dezessete) anos de existência do AMA dois fatores referentes a sua juventude nos chamaram atenção. O primeiro relacionado ao fato de muitos jovens trabalharem fora do assentamento e o outro fator tinha relação com a ausência dos jovens nas atividades do Movimento Sem Terra fora do AMA, inclusive aquelas atividades voltadas a eles. A partir dessas observações nos desafiamos a pesquisar sobre a relação da juventude com o trabalho dentro e fora do assentamento, e até que ponto esta relação com o trabalho interferia na organização da juventude, enquanto juventude Sem Terra.

Para abordar esta problemática foram definidos os objetivos do estudo e a partir deles fomos desenvolvendo a pesquisa e a análise de dados. Foi necessário conhecer o perfil dos

jovens assentados, procurando identificar onde viviam antes de virem para o AMA, em que fase da vida chegaram no assentamento, em que estágio de resistência estava o AMA quando eles chegaram, pois, esses elementos seriam importantes para a análise da sua identidade de trabalhadores rurais e, conseqüentemente, para sua organização. Com o mesmo objetivo foram buscadas informações se estavam estudando no período em que foi feita a pesquisa, se tinham interesse em alguma profissão que não fosse a agrícola e, ainda, qual a sua percepção sobre a localização do assentamento.

As análises dos dados coletados na pesquisa indicaram que a maioria dos jovens entrevistados chegaram ao AMA ainda crianças e quando o AMA ainda estava em fase de acampamento, sendo que alguns desses jovens participaram desde o momento de ocupação da fazenda TABA, o que ajudou a ter pertença ao MST e ao assentamento. Quanto aos estudos os jovens em sua maioria estavam entre o ensino fundamental completo e incompleto e o fato de não haver uma escola dentro do assentamento que levasse em conta a identidade dos trabalhadores rurais poderia ser um fator que justificasse essa baixa escolaridade. Os jovens entrevistados do AMA quase que em unanimidade desejam ter uma profissão que exige nível superior, no entanto, a escolaridade dos mesmos em relação a faixa etária e as condições de estudo nos levaram a refletir sobre as reais condições da realização desse sonho profissional.

Quanto à localização do AMA, vimos que havia entre a juventude uma confusão a respeito desse tema, pois para alguns era um assentamento numa área rural, para outros numa área urbana e ainda há aqueles que disseram ser semiurbano, parte desses últimos responderam baseados no conhecimento que tinham sobre o projeto do Assentamento Casulo. No entanto, apesar da confusão a respeito da localização, foram unânimes em responder que seu sentimento em relação ao local de moradia era de que viviam num espaço rural, onde havia tranquilidade e terra para trabalhar embora, contraditoriamente, muitos trabalhassem fora do AMA e o trabalho na terra seja realizado esporadicamente.

Quanto a caracterizar o trabalho dos jovens do AMA, apesar da identidade com o trabalho agrícola eles estavam trabalhando fora do assentamento e por não terem qualificação tinham como única alternativa aceitar os trabalhos oferecidos na ilha que não exigiam qualificação profissional. Estes jovens não têm carteira de trabalho assinada, alguns expressaram esse desejo que, no entanto, é negado pelo empregador. Outros não queriam a carteira assinada para não ter seu salário diminuído o que demonstrou o desconhecimento acerca dos direitos trabalhistas. Um outro grupo já foi demitido sem nenhum direito trabalhista e sem explicação, o que indica que o trabalho, principalmente aos finais de semana, por ser uma Ilha turística, tinha a característica de exploração da mão de obra. Em

relação ao trabalho agrícola nos lotes de produção como esse é esporádico e os jovens trabalhadores precisam de remuneração para o sustento de suas famílias, além de que a produção de alimentos ainda não era suficiente para o consumo e a venda e, em alguns casos, não havia nem mesmo a produção para o autoconsumo, esses elementos contribuíam para que os jovens fossem levados a procurar emprego fora do assentamento. Uma das questões reclamadas pelos jovens era a falta de assistência técnica para acompanhar o processo produtivo.

O fato do AMA estar localizado numa ilha turística e de não haver incentivo à agricultura através de acompanhamento técnico e financiamento da produção facilita a saída dos jovens à procura de alternativas de emprego fora do assentamento, o que nos levou a refletir sobre a continuidade do AMA enquanto um espaço de vida e resistência do MST em relação a produção de alimentos numa área como o Distrito de Mosqueiro. Apesar desses jovens não terem em seus planos a saída em definitivo do assentamento pela proximidade das cidades, para a maioria não fazia parte de seus objetivos o trabalho agrícola como primeira opção, o que pode ser explicado também pelo pouco ou ausente incentivo para a agricultura familiar o que torna as condições de trabalho na terra mais dura, não sendo atrativo para os jovens. Se o quadro de ausência de incentivo ao projeto casulo continuar, o AMA pode estar correndo risco de não conseguir atender ao objetivo de produzir alimentos para o abastecimento das cidades próximas, o que nos leva a questionar se somente o sentimento de pertencimento ao MST é suficiente para manter esse assentamento enquanto espaço de resistência do Movimento Sem Terra ou ainda se o AMA estaria cumprindo seu papel na reforma agrária se conseguisse somente a produção para o autoconsumo, podemos dizer que dois fatores já marcaram como vitorioso a ocupação da fazenda TABA, hoje assentamento Mártires de Abril: o direito à moradia, pois atualmente cerca de 100 (cem) famílias possuem casa própria e terra para plantar seu próprio alimento, sendo assim, estas famílias conquistaram direitos básicos que são moradia e alimentação.

Também nos questionamos se esta relação da juventude principalmente com o trabalho fora do AMA, estaria interferindo na organização política e social dos jovens a partir dos coletivos de juventude organizados pelo MST, pois o fato deles não estarem também participando das atividades poderia estar relacionado à necessidade de trabalho. As respostas a essas questões seguiram dois rumos pois, enquanto alguns jovens alegaram a dispersão da coordenação do assentamento como motivo para desmobilizar a organização da juventude, outros disseram que o fato de terem construído família os obrigou a trabalhar fora dificultando a participação em atividades. A partir dessas respostas confirma-se a hipótese

levantada no projeto de pesquisa, embora os jovens no geral tenham manifestado sentir falta do coletivo de jovens que havia no AMA e o desejo de voltar a organizá-lo.

Esta pesquisa foi fundamental para refletir sobre a realidade dos jovens do assentamento Mártires de Abril e do assentamento como um todo. A partir dela surgiram outros questionamentos como refletir se é favorável para o MST a ocupação de terras tão próximas às cidades, principalmente em locais como Mosqueiro, ainda mais quando não existe um incentivo para que a reforma agrária seja efetivada de fato? Por outro lado, observando o assentamento e a relação que muitos assentados construíram com a terra, refletimos se já não teria valido à pena o assentamento Mártires de Abril, levando em consideração que o trabalho de base para a ocupação da fazenda TABA foi realizado predominantemente nos bairros de Belém e que parte das famílias mobilizadas haviam a muito tempo deixado a área rural e ido para as cidades enquanto outra parte nunca teve contato com o meio rural e o trabalho na terra?

Outras reflexões surgidas a partir da pesquisa estão relacionadas à condição da juventude que não pode ser responsabilizada pelo futuro de um assentamento quando as políticas públicas destinadas a esses sujeitos são ausentes, mesmo que a organização da juventude influencie no ânimo de um assentamento. As atividades organizadas para a juventude pelo MST buscam trabalhar nos jovens as várias dimensões humanas, nas escolas de formação e nos encontros quando são trabalhados os elementos organizativos, políticos, culturais e o trabalho como um valor humano. No caso do assentamento Mártires de Abril, talvez um elemento que pudesse ser levado em consideração pela coordenação do MST na Regional Cabana e pelo Coletivo de Jovens na Regional seja a realização das atividades voltadas à juventude dentro desse assentamento, com o objetivo de motivar e proporcionar a participação da juventude do assentamento.

Este trabalho não tem a intenção de ser concluído aqui, daí porque surgiram novos questionamentos. Começar esse estudo não foi fácil, principalmente quando se trata de adentrar numa realidade do qual se faz parte, neste caso enquanto militante do MST. As contradições, as incertezas, a necessidade de justificar as ações ou a falta delas esteve presente em vários momentos na produção desse trabalho, assim como dificuldades encontradas para construir o histórico do Mártires de Abril e do MST no Pará o que nos indicou que se faz urgente que o Movimento comece a registrar sua história, tanto pelos militantes que estão nas Universidades, quanto por aqueles que ajudam a construir esta Organização. Não registrar a história poderia significar está sempre começando.

REFERÊNCIAS

ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Centro Agropecuário / EMBRAPA – Amazônia Oriental, 2004.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. ANPED. n.5 e n.6. 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo; *et al.* **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, Unesco. 1998.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULILO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos Teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações**. Geografia Londrina. v.9, nº2, p. 113-127, jul/dez. 2000.

ANTUNES, Ricardo. **OS SENTIDOS DO TRABALHO**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ARAÚJO, R.M. de L; ALVES, João. P da C. Juventude, Trabalho e Educação: questões de diversidade e classe das juventudes na Amazônia. In: XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2013, LISBOA.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ASSIS, WILLIAM SANTOS DE. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2014.

ASSUNÇÃO, Maria de. **Liberdade**, Nº.57 Maio 2016. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/juventude-e-trabalho-no-campo#.Vz5hYT8oDtQ>>. Acesso em 10/03/2016.

BENTES, Midiã Oliveira. **O Processo Organizativo do MST através dos Núcleos de Base: A experiência do Assentamento João Batista II**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2013.

BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo_a_passo_versao_atual_16_setembro.pdf>. Acesso em: 05/06/2016.

Estatuto da Juventude, Portal da juventude, Secretaria Nacional da juventude. Disponível em: <<http://Juventude.gov.br/estatuto#.V9IhKz8oDtQ>>. Acesso em 30/01/2015.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário. PRONAF. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf> >. Acesso em 14/07/2016.

BRINGEL, Fabiano Oliveira. **Do Rural ao Urbano**: Territorialidade do MST em Área Metropolitana. Caso do Acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. 2001.

BRUMER, A.; PANDOLFO, C.G; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar**: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência, poder. Florianópolis, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em 5/03/2016.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbarno: campo-cidade no imaginário de jovens rurais, In: TEIXEIRA da Silva, F. C. Santos; COSTA, L. F. C. (orgs). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro. Ed. Campus/Pronex, 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). Retratos da juventude brasileiro: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Orgs). **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair**: Uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ/PPGAS. 2005.

_____. Balanços e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (Orgs). **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

_____. de. Juventude: hierarquia social e relações de poder na luta pela construção de um ator político. In: PAPA, Fernanda, et. al. (org). **Juventude em formação**: textos de uma experiência petista, São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

_____; MARTINS, M; ALMEIDA S; *et al.* **Os jovens estão indo embora: Juventude rural e a construção de um novo ator político.** Mauad, Rio de Janeiro, 2009.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil (Brasília):** Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p.

COSTA, Maria Regina Caetano. **O futuro profissional entre o rural e o urbano.** Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo -RS/ Pelotas. 119f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2428/1/Tese_Maria_Regina_Caetano_Costa>. Acesso em: 10/02/2016.

COSTA, Maria Augusta Freitas. **Rede Turística e Organização Espacial:** uma análise da ilha de Mosqueiro, Belém/PA. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. 2007.

_____; TAVARES, Maria Goretti da Costa; RIBEIRO, Williane de Oliveira. **As Práticas Turísticas na Orla Oeste da Ilha de Mosqueiro,** Região Metropolitana de Belém, PA. Revista Rosa dos Ventos, 5 (3), p. 528-544, jul/set, 2013.

DALMAGRO, Sandra. **A escola no contexto das lutas do MST.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2010%20TESE%20UFSC%20SANDRA%20VF.pdf>>. Acesso em: 17/03/2016.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil.** 2007. Disponível em: <http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 10/07/2015.

_____. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 N o 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em 20/11/2015.

FCV CPDOC. **Diretrizes do Estado Novo (1937-1945):** Criação da Companhia Vale do rio Doce. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45>. Acesso em 10/08/2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil:** perplexidades, desafios e perspectivas. In.: Novaes e Vannuchi (Org). Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo. Perseu Abramo. 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

IANNI, Otávio. O Jovem Radical. In: BRITO, Sulamita de (Org). **Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América de hoje**. Coleção textos básicos de Ciências Sociais. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Trabalho e Rendimento, Educação e Deslocamento. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000011363712202012375418902674.pdf>. Acesso em: 10/06/2016.

_____. **IBGE lança Estatísticas do século XX**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm#sub_populacao. Acessado em: 10/08/2016.

INCRA. **Modalidade Descentralizada de Reforma Agrária**: Roteiro para criação de Projeto de Assentamento Casulo. Disponível em: [para-criacao-de-projeto-de-assentamento-casulo/projeto_casulo_roteiro_08_05_2013.pdf](http://www.incra.gov.br/para-criacao-de-projeto-de-assentamento-casulo/projeto_casulo_roteiro_08_05_2013.pdf). Acesso em 03/11/2015.

LIMA, Maria Helena Palmer. **Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>. Acesso em 10/01/2016.

LIMA, Suzana M. V; et. al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília, MDA. 2013. 184 p. NEAD, Estudos.

MALAGODI, Edgar; MARQUES, Roberto. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (Orgs). **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

MANÇANO, Fernandes Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC. 2009. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2009%20Tese%20UFSC%20Suely%20Aparecida%20Martins.pdf>. Acesso em: 13/01/2015.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos 1844). In: FLORESTAN, F. (Org.) **Marx e Engels**. História. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais). (Tradução: Florestan Fernandes)

_____. Cadernos de Paris. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2005.

_____. O Capital. Crítica economia política. São Paulo: Abril Cultural. 1983. T I, v. 1.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989.

MEIRELES, Neto P. R.A. A juventude como sujeito social. In: **Elementos para uma problematização**. Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia. v. 2, n. 2, p.1-6, abril de 2009.

MINAYO, Celina de Souza. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017**: Investimento garantido, parceria cada vez mais forte. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/pap> >. Acesso em: 12/09/2016.

MOLINA, Mônica C. **Pluralismo Jurídico: O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o direito à propriedade fundiária no Brasil**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NASCIMENTO, Nádia F. S. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista**. Elementos para uma abordagem da “Questão Social” na região. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Políticas “Públicas” e Educação do Campo**: Em busca da cidadania Possível? Revista Travessias nº 07. 2009. Disponível em: <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_007/EDUCACAO/Pol%C3%Adticas%20p%C3%Bablicas.pdf>. Acesso em: 10/12/2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007 (Biblioteca Básica de Serviço Social); v.1 (Capítulo 1).

NOVAES, R. C. R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Sociologia Especial, Ciência & Vida. São Paulo,

ano 1, n. 2, p. 07-15. 2007. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colob/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em 20/12/2015.

NUNES, Teófila da Silva. **HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES AGRICULTORAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL**: Trabalho e emancipação no campesinato amazônico. 2014. 18f. Artigo (Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Belém. 2014.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **As construções das identidades de jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós-Graduação em Sociologia, 2010. Disponível em: <sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05/05/2015.

PAIS, Machado José. **A construção sociológica da juventude** – alguns contributos. *Análise Social*, v. XXV. 105-106, 1990 (1º, 2º), 139-165. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatóriojovem/matéria/José-machado-pais-textos de referência](http://www.uff.br/observatóriojovem/matéria/José-machado-pais-textos%20de%20referência)>. Acesso em: 15/01/2016.

_____. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. 3. ed. Porto: Âmbar, 2005. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatóriojovem/matéria/José-machado-pais-textos de referência](http://www.uff.br/observatóriojovem/matéria/José-machado-pais-textos%20de%20referência)>. Acesso em: 15/01/2016.

PORTAL BRASIL. **Novo Plano safra da Agricultura Familiar vai oferecer crédito recorde de R\$ 30 bi**. Disponível em: <www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/05/novo-plano-safra-da-agricultura-familiar-vai-oferecer-credito-recorde-de-30-bi>. Acesso em: 12/09/2016.

RAMBO, Anelise Graciele; WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G. **A JUVENTUDE RURAL E A SUCESSÃO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA HEREDITÁRIA EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**. Sober: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. UEL – Londrina, PR, 22 a 25 de 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/790.pdf>>. Acesso em: 20/11/2015.

ROCHA, André Carlos. **O MST e a luta pela terra no Pará**. 1 ed. Marabá, PA: Iguana. 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete... [et. al.]. (Orgs.). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez: 2008.

SANTOS, Amaury da S. dos; OLIVEIRA, Lanna C.L.de; et.al. **Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d' Ajuda-Sergipe**. *Revista brasileira de Agroecologia*, p. 100-111. 2013. Disponível em: orgprints.org/25661/1. Acesso em: 20/07/2016.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 – 1960**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular. 2005.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 43-81, maio. 1997. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. 05/07/2016.

SILVA, Jane Andréia Cabral e. **A luta pela terra: da Exclusão social à sujeitos da história. Caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro/PA**. 2004. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Sociais Aplicada. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal do Pará. Belém. Belém. 2004.

SOUZA, Bartolomea; *et al.* **Diagnóstico Rural Participativo**. 2014. 42f. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Belém. 2014.

SÓPITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2008. Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert.

STROPASOLAS, Valmir Luis. **“O MUNDO RURAL NO HORIZONTE DOS JOVENS: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC”**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. 2002.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/rl000007.pdf>. Acesso em: 20/01/2016.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo**. UFPE, Recife. 2000.

_____. OLHARES SOBRE O “RURAL” BRASILEIRO. Raízes, Campina Grande, vol. 23, nos 01 e 02, p. 82–98, jan./dez. 2004. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf. Acesso em: 20/11/2015.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: Carneiro, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. (Orgs). **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **A SITUAÇÃO JUVENIL NA AGRICULTURA FAMILIAR**. 331p. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

_____. Apontamentos para uma sociologia da juventude. In: **Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais**. Santiago, cabo verde. Ano 1, Número 1, Jan-Jun 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO

Número/Entrevista: _____

Prezado participante, gostaríamos de convidá-lo (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa de campo que servirá como base para Dissertação de Mestrado: Juventude Rural e Trabalho: O caso do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro - Belém/Pa. Com o objetivo de analisar as formas, condições e resultados do trabalho da juventude. Para a partir do conhecimento da realidade fazer proposições nos assuntos relacionados a juventude rural, e principalmente do Assentamento Mártires de Abril. Neste sentido, sua informação é essencial para nossa pesquisa.

1) Participação nas Entrevistas: Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que você poderá recusar-se à participar ou retirar seu consentimento quando quiser.

2) Sigilo: As informações relatadas serão confidenciais. Isto quer dizer que seu nome jamais será usado em nenhum Relatório ou na redação final da pesquisa. Caso venhamos a utilizar informação que tenha nos relatado, esta não será identificada com seu nome.

3) Custos, Riscos e Benefícios: Não será cobrado nada; não haverá gastos nem riscos na sua participação desta pesquisa; não estão previstos ressarcimentos ou indenizações; não haverá benefícios imediatos na sua participação, mas suas informações irão contribuir para este estudo.

Belém, ___ de _____ 2015

Jane Andréia Cabral e Silva: Assinatura do Pesquisador : _____

Nádia Socorro Fialho do Nascimento/Profa Dra Orientadora: _____

Assinatura do Entrevistado: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

Telefone de Contato: _____

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

1- Nome:

2- Idade:

3- Sexo:

4- Estado Civil: () solteiro () casado () união estável () divorciado () separado ()
outro/a

4.1. Nome do/a cônjuge

4.2. Idade do/a cônjuge

5- Grau de Escolaridade: () fundamental incompleto () fundamental completo () médio
() superior () outros

5.1. Do cônjuge

6- Número de filhos

6.1. Homens

6.2. Mulheres

6.3. Idades

6.4. Escolaridade dos filhos/as

7- Outras pessoas além dos filhos/as moram em sua casa? Qual a idade deles

7.1- Sobrinhos

7.2- Enteados

7.3- Primos

7.4- Agregados

8. Naturalidade (onde você nasceu):

8.1. Onde seu cônjuge nasceu?

9- Procedência (Onde morava antes de ir para o Acampamento):

9.1. E o/a cônjuge

10- Já morou em outro acampamento

10.1. Onde?

10.2. E o/a cônjuge

10.3. Onde

11- Ano em que chegou no AMA

11.1. Ano que o cônjuge chegou

12- Você ou sua família já tinha contato com o trabalho produtivo na terra?

() SIM () NÃO

12.1- Qual trabalho vocês exercem em seu lote?

() Psicultura () Agricultura () Pequenos animais () Outros _____

13- Seus filhos trabalham?

13.1. () Sim () Não

13.2. Dentro do AMA ()

13.3. Fora do AMA ()

13.3.1. Onde

13.3. 2. Dentro e fora do AMA ()

13.3.3. Onde

14- Qual a idade dos filhos/as que trabalham?

15- Qual a idade dos que trabalham e não são filhos/as?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS DO AMA**DATA: março de 2016****I – IDENTIFICAÇÃO**

- 1- Nome
- 2- Idade
- 3- Sexo
- 4- Estado Civil
- 5- Número de filhos
- 6- Grau de Escolaridade
- 7- Residência: () lote próprio () lote dos pais () outros

II – PERFIL

1. Onde você morava antes de vir para o Assentamento Mártires de Abril/AMA?
2. Em que etapa da sua vida você chegou ao AMA?
() Infância () Adolescência () Juventude
3. Como você ou sua família ficarão sabendo do AMA?
4. Em que momento você chegou ao AMA?
() Ocupação () Acampamento () Assentamento
5. O que influenciou sua vinda para o AMA?
6. Antes de chegar ao AMA você estudava?
() Sim () Não - Por que?
7. Está estudando?
() Sim () Não - Por que?

8. Pretende voltar a estudar?

Sim Não - Por que?

9. Tem interesse em alguma profissão?

Sim Não - Qual?

10. Para você o AMA está localizado na área urbana ou na área rural?

11. A localização do AMA facilita ou dificulta o trabalho no lote de produção familiar?

Sim Não - Por que?

III – CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS JOVENS DO AMA

1. Você, ou sua família, já tinha contato com o trabalho agrícola antes de vir para o AMA?

Sim Não - Onde/Qual?

2. Você trabalha num lote de produção familiar?

Sim Não - Por quê

3. Se SIM, de quem: Pais Próprio Outros

4. Se SIM, esse trabalho é diário, semanal ou eventual?

5. Você se identifica com o trabalho agrícola? Sim Não - Por que?

6. Qual a sua renda mensal com o trabalho agrícola no lote?

até 1/2 salário mínimo até 01 salário mínimo até 02 salários mínimos

7. Você também trabalha fora do lote de produção familiar?

Sim Não - Onde?

8. Se SIM, qual atividade você exerce nesse emprego?

9. Se SIM, esse trabalho é diário, semanal ou eventual?

10. De que maneira você chegou até este emprego? () procura própria () convite () De quem?

11. Qual a sua renda mensal nesse emprego fora do lote?

() até 1/2 salário mínimo () até 01 salário mínimo () até 02 salários mínimos

12. Você trabalha de carteira assinada nesse emprego?

() Sim () Não

IV – ORGANIZAÇÃO DOS JOVENS NA ORGANIZAÇÃO DO AMA

1. Você participa de alguma organização no AMA?

() Sim () Não - Qual/ais?

2. Você participa das atividades organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra/MST no AMA?

() Sim () Não - Por que?

3. Você se identifica com o MST?

() Sim () Não - Por que?

5. Existe alguma organização de jovens coordenada pelo MST no AMA?

() Sim () Não – Qual/ais?

6. Você conhece o Coletivo de jovens do AMA?

() Sim () Não

7. Você participa do Coletivo de jovens do AMA?

() Sim () Não - Por que?

8. Você se relaciona com os outros jovens do AMA?

Sim Não - Por que?

9. O que você faz no seu tempo livre?

10. Você teria alguma proposta/ideia para melhorar as condições de trabalho e de vida no AMA?

Sim Não - Qual/ais?

ANEXOS

ANEXO A: FOTOS

Foto 8 - Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade, UFRA, Belém/PA. - janeiro de 2015
Fonte: Carlinhos Luz (2015)



Foto 9 - Mística no Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade, UFRA, Belém/PA - janeiro de 2015
Fonte: Carlinhos Luz (2015)



Foto 10 - Mobilização de denúncia contra o extermínio da juventude no campo e na cidade, Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade, UFRA, Belém/PA - janeiro de 2015
Fonte: Carlinhos Luz (2015)



Foto 11 - Mística no 10º Encontro nacional Pedagógico da Juventude, Curva do “S”, Marabá/PA - abril de 2016
Fonte: Carlinhos Luz (2015)



Foto 12 - Mística no 10º Encontro nacional Pedagógico da Juventude, Curva do “S”, Marabá/PA - abril de 2016
Fonte: Carlinhos Luz (2015)



Foto 13 - Plenária de estudo no 10º Encontro nacional Pedagógico da Juventude, Curva do “S”, Marabá/PA -
abril de 2016
Fonte: Carlinhos Luz (2015)



Foto 14 - Trabalho voluntário nos lotes de produção, Assentamento Luiz Carlos Prestes, Irituia. Escola Regional de Formação de Militantes “Luiz Beltrame”. Regional Cabana. - Julho de 2016.

Fonte: Beatriz Luz (2016)



Foto 15 - Trabalho voluntário nos lotes de produção, Assentamento Luiz Carlos Prestes. Irituia. Escola Regional de Formação de Militantes “Luiz Beltrame”. Regional Cabana. - Julho de 2016

Fonte: Alef Soares (2016)